PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Direito

**A INFLUÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE NA
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOBERANIA DOS ESTADOS**

Luciano dos Santos Diniz

Belo Horizonte

2008

Luciano dos Santos Diniz

**A INFLUÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE NA
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOBERANIA DOS ESTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Bruno Wanderley Junior

BELO HORIZONTE

2008

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D585i Diniz, Luciano dos Santos
A influência do direito internacional do meio ambiente na construção de uma nova soberania dos Estados / Luciano dos Santos Diniz. Belo Horizonte, 2008. 133f.

Orientador: Bruno Wanderley Júnior
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Direito.

1. Direito ambiental internacional. 2. Soberania. 3. Direitos humanos. 4. Cooperação internacional. I. Wanderley Júnior, Bruno. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

CDU: 351.777.6

Luciano dos Santos Diniz

A influência do Direito Internacional do Meio Ambiente na construção de uma nova soberania dos Estados

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte, 2008

Bruno Wanderley Júnior (Orientador) – PUC Minas

Mário Lúcio Quintão Soares – PUC Minas

Adriana Campos Silva – UFMG

O início e a concretização desse ciclo só foram possíveis graças ao estímulo, ao apoio e ao carinho dispensado por aquele que, a cada dia, faz com que eu queira tornar-me melhor, para continuar merecedor do seu amor e imensa paciência.

AGRADECIMENTOS

À Nossa Senhora Desatadora dos Nós, que tem guiado meus passos, intercedido em minhas dificuldades e desenrolado as linhas da minha vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Bruno Wanderley Júnior, pela atenção dispensada e maestria na transmissão do conhecimento.

À minha mãe, por me amar exatamente como sou, sem quaisquer restrições. De quem me orgulho e a qual sou grato pelas orações, pelas palavras de apoio e pela inestimável companhia.

Ao Paulo, por trilhar comigo os tortuosos caminhos que nos levam ao amadurecimento e à realização. A quem sou grato pela cumplicidade, pelo incansável estímulo e compreensão.

Aos meus irmãos, Eduardo e Rafael, pelo afeto e pela valiosa torcida.

À Dulce e Nilza, pelo acolhimento, pelo incentivo e pelo carinho.

À minha amiga e companheira de escritório, Simone Ribeiro, pela consideração e por me ajudar, sempre, com boa vontade e prontidão.

Aos meus companheiros de jornada, Rogéria Rocha, Cristiane Pedersoli, Silvia Gusmão, Bárbara Lobo, Davi França, Maria Eugênia Comini, Alessandra Mahé, Dalvo Leal, Silvestre Rossi. Em especial às amigas Isabella Monteiro e Letícia Junger, pelo desvelo e generosa assistência nesses tempos de bruscas alterações de humor, de flagelo, de infindável pesquisa, de escrita e, espero, de êxito.

Aos amigos Cristiane Serpa, Márcia Viana, Natália Franco, Ludmila Guimarães, Rodrigo Neiva, Otávio Rezende, Fabíola Cordeiro, Cintia Gonçalves, Cláudio Rocha, Weverton Vilas Boas, Marconi Spinola, pelo desprezioso auxílio, pelo apoio e pelo carinho.

Por último quanto à ordem, mas não quanto à importância, expresso minha mais eterna gratidão aos meus familiares e aos meus amigos pelo estímulo e atenção.

RESUMO

A presente dissertação estuda a influência do Direito Ambiental Internacional na construção de uma nova soberania dos Estados. O ponto de partida é a análise circunstanciada do conceito de soberania, desde a sua clássica conceituação no século XVI até os dias atuais, em que a progressiva ampliação das normas tendentes à proteção do meio ambiente tem contribuindo para uma nova abordagem do poder soberano dos Estados, que favoreça a proteção do ser humano contra seus próprios impulsos destrutivos. Ante esse contexto, o trabalho busca enfatizar a interdependência entre os Estados nacionais perante as questões ambientais globais, que, por suas próprias características, desconhecem as fronteiras geográficas, realidades essas determinadas pelo homem e que se expressam pela delimitação de espaços territoriais. É reforçado o imperativo de proteção do meio ambiente dentro de uma perspectiva global que, ultrapassando a província meramente doméstica do direito nacional de cada Estado soberano, projeta-se no plano das declarações e legislações internacionais que buscam garantir a higidez do ambiente e a proteção da própria humanidade. Nesse aspecto, a consagração do meio ambiente como patrimônio universal modifica a atuação dos Estados no cenário internacional, exigindo soluções conjuntas e inovadoras que garantam a proteção do planeta contra a destruição e a poluição. À luz das questões ambientais, cai por terra o conceito clássico de soberania absoluta dos Estados, evoluindo para uma conjuntura de cooperação internacional em prol de finalidades comuns. O poder soberano do Estado ainda existe, mas com limitações impostas pelo Direito Ambiental Internacional.

Palavras-chave: Direito Ambiental Internacional. Soberania. Direitos Humanos. Cooperação Internacional.

ABSTRACT

The present dissertation studies the influence of the International Environment Law in building a new State sovereignty. The starting point is the circumstantiated analysis of the concept of sovereignty, from its classical definition of the sixteenth century until today, in a progressive amplification of the rules tending to the environmental protection and contributing to a new approach of the sovereign power of the States, favoring the human race protection against its own impulses of self destruction. Facing this context, the work focus on the interdependence of the National States before the global environmental agenda, that, on its own characteristics is ignorant of geographic barriers, having such realities determined by mankind expressing the scope of territorial spaces. It is enforcing the imperative of environmental protection within a global perspective that, surpassing the merely domestic national law of each sovereign State protects the plan of the declarations and international legislation that seek to guarantee the environment and the protection of mankind. Therefore, anointing the environment as a world heritage changes the role of the States in the international scenery, requiring joint innovative solutions that guarantee the protection of the planet against destruction and pollution. In the light of the environmental agenda, it falls down the classical concept of the absolute State sovereignty, evolving towards a conjuncture of international cooperation in favor of the common objectives. It is true that the sovereign State power persists, but with limitations posed by the International Environmental Law.

Key-words: International Environmental Law. Sovereignty. Human Rights. International Cooperation.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CE – Comunidade Européia
CEE – Comunidade Econômica Européia
CDN – Conselho de Defesa Nacional
CIJ – Corte Internacional de Justiça
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD – Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CR/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CS – Conselho de Segurança das Nações Unidas
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
IPCC – Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OMM – Organização Meteorológica Mundial
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
SDN – Sociedade das Nações
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
STF – Supremo Tribunal Federal
UE – União Européia
UN – Organização das Nações Unidas
UNCED – United Nations Conference on Environment and Development
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A SOBERANIA DOS ESTADOS NO DIREITO INTERNACIONAL	14
1.1 Formação do conceito de soberania no direito internacional.....	15
1.2 Soberania nos sistemas da “Sociedade das Nações” e da “Organização das Nações Unidas”	28
1.3 Definição do conceito de soberania no direito internacional.....	32
1.4 A Soberania e a negação de sua existência no âmbito internacional.....	36
1.5 Redimensão conceitual da soberania no direito internacional.....	39
1.6 Soberania na Constituição da República de 1988.....	46
2 O DIREITO AMBIENTAL NA ORDEM INTERNACIONAL	49
2.1 Contexto histórico-ambiental.....	50
2.2 Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente	55
2.3 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.....	65
2.4 Direito do Meio Ambiente e Constitucionalização da Política Ambientalista	71
2.5 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Direito Ambiental	76
3 DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE.....	82
3.1 Direito à vida e direito a um meio ambiente sadio	89
3.2 Direito à saúde e direito a um meio ambiente sadio	92
3.3 <i>Jus cogens</i> ambiental	93
3.4 Ingerência ambiental.....	96
3.5 Novos paradigmas em direito internacional do meio ambiente.....	103
4 CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

A plena realização dos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e reafirmados em outros instrumentos internacionais, está condicionada à integridade do meio ambiente global. Com efeito, a sociedade internacional reconhece que os males causados ao meio ambiente humano repercutem direta e prejudicialmente na qualidade de vida do indivíduo. Diante da importância do meio ambiente, sua proteção exsurge como um imperativo de sobrevivência das presentes gerações e um legado para as gerações futuras.

Nesse contexto, os direitos humanos, neles incluídos o direito ao meio ambiente equilibrado, devem ser entendidos em sua universalidade, como direitos fundamentais, carecendo, portanto, de proteção integrada – no plano local, nacional e global. Neste aspecto, considerada a concepção contemporânea dos direitos humanos, caracterizada por sua indivisibilidade e universalidade, havendo a violação de um deles, os demais também o serão.

A consagração do meio ambiente como patrimônio universal modifica a atuação dos Estados no cenário internacional, exigindo soluções conjuntas e inovadoras que garantam a proteção do planeta contra a sua destruição e poluição. Face à indivisibilidade do meio ambiente, que por suas características desconhece a fixação de limites geográficos, a proteção do meio ambiente demanda, concomitantemente, ações internas e em nível internacional.

Pelas exigências de proteção do meio ambiente e respeito aos direitos humanos fundamentais, os Estados desenvolvem normas internacionais conjuntas tendentes a impedir catástrofes ambientais que acarretem efeitos prejudiciais em todo o planeta Terra. Em consequência, a globalidade do meio ambiente passa a constituir um fator adicional à sua proteção, tornando o mundo menor, suavizando fronteiras e universalizando interesses, que, até então, se restringiam ao âmbito territorial dos Estados. A necessidade de proteção e preservação do meio ambiente promove, assim, a integração entre países, povo e governo, homem e natureza.

Ante esse contexto, o presente trabalho busca aprofundar o debate a respeito da soberania, conceito central nas teorias do Direito e do Estado, suas acepções ao longo da história e, sobretudo, a influência do direito ambiental internacional na construção de uma nova concepção de soberania do Estado que favoreça a proteção do ser humano e da humanidade contra seus próprios impulsos destrutivos.

Para esse mister, a presente dissertação restou dividida em três capítulos. O primeiro aborda a evolução histórica da soberania dos Estados, desde a sua acepção clássica cunhada por Jean

Bodin, mediante a apresentação de suas distintas formulações ao longo do tempo: soberania absoluta, soberania nacional, soberania estatal, soberania jurídica, soberania popular, soberania compartilhada, soberania afirmativa, com alusão aos seus insígnias teóricas, no intuito de demonstrar seu caráter dinâmico e evolutivo, cuja variação conceitual permite adequá-la às necessidades da sociedade internacional, frente às modificações políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo ao longo do tempo.

Por constituir um conceito jurídico indeterminado, cuja aceção e limites irão variar de acordo com os postulados da sociedade internacional em cada época histórica, faz-se referência às novas conceituações cunhadas pelos teóricos, cuja premissa é adequá-la à atual realidade internacional, marcadamente influenciada pela interdependência entre os Estados, sobretudo no que toca às questões relacionadas aos direitos humanos e à proteção ambiental, conduzindo-nos ao assentamento de uma nova ordem interna em que se percebe o embate entre o clássico conceito de soberania e o emergente instituto da supranacionalidade.

Neste percurso, são demonstradas: a formação do conceito de soberania no direito internacional; sua declaração, após a Primeira Guerra Mundial, no Pacto da Sociedade das Nações, vigorando apenas entre os países ocidentais mais poderosos; sua implementação, na prática, após a Segunda Guerra Mundial, dada à sua relevância no contexto internacional da época, sendo declarada, solenemente, na Carta das Nações Unidas; a definição de seu conceito no Direito Internacional, à luz de sua dupla manifestação: interna e externamente; as polêmicas doutrinárias que a envolvem, inclusive quanto à negativa de sua existência, alguns inadmitindo, inclusive, o próprio termo; finalizando pela abordagem extremamente enfática da soberania interna brasileira pela Constituição promulgada em 1988.

O segundo capítulo aborda o direito ambiental internacional, sua evolução histórica e os fatores que contribuíram para sua consolidação no ordenamento jurídico internacional e, também, na ordem jurisdicional dos Estados nacionais, com descrição detalhada dos mais importantes diplomas envolvendo a proteção do meio ambiente, notadamente a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente de 1972 - primeiro fórum intergovernamental realizado para discutir as questões políticas, sociais e econômicas geradoras de impactos no meio ambiente -, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 - cuja perspectiva era a de estabelecer as bases que deveriam orientar a atuação dos países para a melhoria das condições sociais e ambientais, tanto no âmbito local quanto planetário, dado o contínuo crescimento da degradação ambiental.

O capítulo trata ainda da constitucionalização da política ambientalista no ordenamento jurídico dos Estados nacionais, cuja abordagem consagra o direito ao ambiente como um direito

fundamental no direito constitucional comparado, embora algumas Constituições, há muito, já se ocupassem da proteção do meio ambiente. Por fim, é mencionada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, seguindo a tendência contemporânea de preocupação com os efeitos deletérios da degradação do entorno natural, declarou o direito fundamental do homem ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, exprimindo o estágio culminante de incorporação da premente necessidade de proteção do meio ambiente ao ordenamento jurídico do País.

O terceiro capítulo é reservado ao estudo dos direitos humanos e sua estreita relação com o meio ambiente, a partir da consagração do direito ao meio ambiente sadio e equilibrado como um direito de terceira geração da espécie humana. Neste contexto, são examinados: o paulatino reconhecimento dos direitos do cidadão no mundo, a partir da análise das gerações ou, como preferem alguns, dimensões de direitos; a diferenciação entre direitos humanos e direitos fundamentais – estes representando a dimensão nacional, a partir do seu efetivo reconhecimento pela ordem jurídica interna do Estado, aqueles a dimensão internacional dos direitos; a inter-relação entre o direito à vida e à saúde do homem com o reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio.

Além disso, são mencionadas a teoria do *jus cogens* - na qual os direitos e garantias fundamentais do homem, neles incluído o direito ao meio ambiente equilibrado, estão expressamente integrados, implicando, pois, na existência de um regramento de caráter obrigatório que, ultrapassando o âmbito restrito dos territórios nacionais, se impõe a todos os Estados com necessária observância -, e a tormentosa questão da ingerência ambiental, tida por muitos, como o meio para se fazer com que o Estado inadimplente observe as normas internacionais de direito ambiental, dada à ausência de uma autoridade internacional com competência para fazer cumprir suas decisões.

Finalmente, face às dificuldades enfrentadas pela sociedade internacional em matéria ambiental, fruto da crise de governabilidade, das divergências e dos interesses nada solidários manifestados pelos Estados, tentar-se-á indicar novos paradigmas em direito internacional do meio ambiente, que possam garantir a sobrevivência do homem no Planeta, a partir da solidariedade entre os povos e de um novo conceito de soberania.

1 A SOBERANIA DOS ESTADOS NO DIREITO INTERNACIONAL

A palavra soberania, segundo De Plácido Silva (1993), deriva do francês antigo *souverana* que, por sua vez, tem raiz no baixo latim *superanus*, denotando superioridade; ou seja, a supremacia ou a posição de superioridade do soberano frente aos demais. Etimologicamente, conforme Neuenschwander (2000), o adjetivo soberano, concernente à pessoa, antecedeu a formação do substantivo soberania, que, por sua vez, indica a qualidade daquela pessoa. Este fato demonstra que ocorreu um processo em que, no final, a qualidade se separou da pessoa. Por conseguinte, a soberania foi atribuída, respectivamente, ao rei, ao povo, à Nação e ao Estado, expressando, invariavelmente, a sede última do poder.

A conceituação do vocábulo soberania é uma das tarefas mais complexas na ciência política, face às inúmeras definições do termo, muitas delas totalmente contraditórias entre si (BENOIST, 2000). Marcantemente influenciada pela evolução histórica da sociedade internacional, portanto, variável no tempo e no espaço, a soberania afigura-se, inicialmente, como concepção de índole política que, no decorrer do tempo, converte-se em índole jurídica (SOARES, 1999). Nesse sentido, a compreensão da soberania passa, necessariamente, pela minuciosa análise dos diversos eventos e transformações ocorridas ao longo da história, por se tratar de um conceito essencialmente evolutivo.

Goyard-Fabre (1999), afirma que, embora o conceito de soberania seja, *stricto sensu*, um conceito de direito político “moderno”, não se pode olvidar as noções análogas que, *lato sensu*, existiram na Antiguidade e na Idade Média. Para o autor, o próprio Jean Bodin, geralmente apresentado como o primeiro teórico da soberania, não ignorava as noções que Aristóteles utilizava para designar o “poder dirigente”, nem, sobretudo, a expressão de *summum imperium*, comum entre os romanos¹. A elaboração do conceito de soberania é incompreensível se, por um lado, não se remonta à formulação que lhe davam os teóricos medievais e se, por outro, não se relaciona sua idéia com as polêmicas atinentes à questão de se saber se, no mundo cristão, era preciso atribuir primazia ao poder espiritual do Papa ou ao Poder temporal do Imperador (GOYARD-FABRE, 1999).

¹ Ressaltam-se expressões análogas utilizadas na Antiguidade e no Medievo, tais como: os termos romanos *majestas* e *potestas*, e a expressão *autarquia* utilizada por Aristóteles na obra “A Política”, os quais, todavia, distinguem-se radicalmente da concepção moderna de soberania, como indicativo do poder supremo do Estado em relação a outros poderes (GOYARD-FABRE, 1999).

Assim, o caráter dinâmico do conceito de soberania possibilita sua contínua modificação, de modo a atender às necessidades da sociedade internacional, frente às modificações políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo ao longo do tempo.

Originariamente conceituada como a qualidade do poder do Estado que não reconhece outro poder maior que o seu (ou igual) no plano interno, a moderna concepção de soberania prevê um Estado soberano direta e imediatamente subordinado à ordem jurídica internacional, embora continue a ser um poder (ou qualidade do poder) absoluto; mas, absoluto não quer dizer que lhe é próprio ou ilimitado.

Segundo Neuenschwander (2000), a soberania se encontra na base do Estado moderno e, via de consequência, da democracia moderna². Nesse passo, desde que foi pensada como qualidade do poder, a soberania permanece um conceito central nas teorias do direito e do Estado, apresentando-se em distintas formulações: soberania absoluta, soberania nacional, soberania estatal, soberania jurídica, soberania popular (MAGALHÃES, 2002).

Conforme ressaltado por Maluf (1991), a exata compreensão do conceito de soberania é pressuposto necessário para o entendimento do fenômeno estatal, porquanto não há Estado perfeito sem soberania. De todo modo, com o tempo, a soberania passa a encontrar limites nos direitos individuais, na existência de outros Estados soberanos e na ordem internacional (MIRTÔ, 1998). Nesse sentido, mister considerar a patente interdependência dos Estados na ordem internacional, demonstrada nos processos integracionistas e na consolidação de blocos regionais, como a União Européia e o Mercosul, conduzindo-nos ao assentamento de uma nova ordem interna em que se percebe o embate entre o clássico conceito de soberania e o emergente instituto da supranacionalidade.

1.1 Formação do conceito de soberania no direito internacional

Historicamente, a primeira menção a uma idéia semelhante àquela esboçada na concepção clássica de soberania ocorre na Grécia, tendo em vista que as cidades-Estado tinham como fim a

² Para Ferrajoli (2007), a noção de soberania como *suprema potestas superiorem non recognoscens* (poder supremo que não reconhece outro acima de si), remonta ao nascimento dos grandes Estados nacionais europeus.

autarquia³, isto é, a auto-suficiência. Esta era uma qualidade da *polis*, consistente em sua auto-suficiência.

Para os gregos, o Estado era uma comunidade social perfeita, só se caracterizando como tal aquelas organizações que fossem capazes de suprir todas as necessidades de seus cidadãos, sem, todavia, haver a necessidade de estabelecer qualquer tipo de relação com alguma comunidade externa (REIS, 1999). A palavra soberania ainda não existia, daí alguns autores utilizarem para as cidades-Estado a expressão “independência”. Prova-se a existência desta por meio dos institutos que regiam as relações internacionais, como, por exemplo: (i) o envio de representantes diplomáticos; (ii) a conclusão de tratados em pé de igualdade; (iii) a realização de confederações; (iv) a arbitragem para a solução de litígios internacionais. Tais situações eram facilitadas pela existência de cidades-Estado, como Atenas e Esparta, que tinham mais ou menos uma igualdade de poder, o que fazia com que a igualdade de fato conduzisse a uma igualdade jurídica (MELLO, 1999a).

Jellinek (1994) afirma que a Antiguidade não conheceu o conceito de soberania, porquanto, faltava-lhe um fundamento histórico capaz de trazer à consciência a idéia de poder soberano, qual seja: a oposição entre o poder do Estado e outros poderes. Para o mencionado autor, a soberania somente pode ser entendida a partir das lutas históricas entre os Estados no intuito de afirmar sua existência e poder.

Em Roma, dada à existência de um único centro de poder, a noção de soberania ou mesmo a de autarquia, como existia na Grécia, não se desenvolveu muito (MELLO, 1999a). O predomínio de Roma, que era quase absoluto, revela-se pelo poder de *imperium*. Corroborados neste poder, os romanos impunham, aos povos por eles vencidos, sua vontade e determinações políticas, tendo uma autoridade suprema sobre a população e o território. O limite para as ações do Império Romano decorria de suas próprias leis (PESSÔA, 2006).

Na Idade Média, observam-se as primeiras utilizações do termo, todavia, em sentido diverso do conceito moderno de soberania como indicativo do poder supremo do Estado em relação a outros poderes soberanos. Aquela época conhece o termo soberano, não o de soberania. A palavra soberano, na Idade Média, indicava, tão somente, a posição daquele que era superior num bem definido sistema hierárquico, uma posição de proeminência dos barões em seus respectivos feudos⁴.

³ “O conceito aristotélico de ‘autarquia’, definida como nota característica do Estado, diferenciando-o das demais comunidades humanas (Aristóteles, 1951:I, 1252b), distingui-se radicalmente da concepção moderna de soberania.” (SOARES, 1999, p.20).

⁴ “Na grande corrente da sociedade feudal, que unia em ordem vertical as diferentes categorias e as diversas classes, do rei, passando por uma infinita série de mediações, até o mais humilde súdito, a cada grau correspondia um status bem

Magalhães (2002) salienta que o poder, nesse período, não é unitário, mas sim, fragmentado e permanentemente negociado entre o rei e os senhores feudais. Não havendo, portanto, a idéia de um Estado nacional com um exército nacional, uma moeda nacional e um poder unitário e soberano. O controle sobre os indivíduos, dentro de uma região determinada, era geralmente dividido entre várias autoridades, as quais competiam entre si, disputando-se a fidelidade daqueles. Não havia um sistema jurídico unificado, mas vários poderes independentes que pretendiam autoridade jurídica decisiva. A falta de um órgão supremo, coordenador dos diversos sistemas jurídicos, culminava com frequência numa confusão intolerável (LUZ, 1963).

A descentralização política do período medieval - caracterizada por constantes lutas entre os senhores feudais e a realeza, entre os reis e o Papado -, gerou a reação da monarquia francesa contra a pluralidade de poderes concentrados internamente nos senhores feudais e externamente no Rei e no Papa, cujo embate resultou na independência dos Estados reais. O fim da fragmentação política da Idade Média e a conseqüente concentração desse poder nas mãos do soberano – a partir de então, o único centro de decisão e mando na esfera política -, permitiu-lhe dispor de condições absolutas para intervir em todas as questões internas do Estado, garantindo-lhe o monopólio do político e do público (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Conforme Mello (1996), a noção de soberania, ao servir de fundamento ao Estado moderno e tendo como titular única e exclusivamente o rei, favorece a unificação do poder que vai eliminar as guerras civis, ou religiosas, o que vai permitir o desenvolvimento de uma vida econômica. Nessa esteira, as normas de cunho religioso que limitavam as atividades econômicas são abandonadas; com o esfacelamento do feudalismo, o espaço econômico torna-se mais amplo; a circulação de mercadorias passa a ser realizada com maior segurança. Tudo conduz à unificação do Poder e à criação do Estado, mormente pelas armas modernas não estarem mais ao alcance financeiro dos senhores feudais.

A partir do século XV, afirmaram-se os poderes superlativos dos Estados monárquicos, cuja existência é, então, baseada, num direito próprio e originário (LUZ, 1963). Com o fito de garantir a consolidação da soberania como característica imanente do Estado e subsidiar a ação do rei na sua construção, Jean Bodin (1530-1596) – monárquico militante – publica, no ano de 1576, sua grande obra, intitulada *Seis Livros sobre a República*, na qual define a República (logo, o Estado) como o justo governo de várias famílias e do que lhes é comum com poder soberano. Conforme salientado por Brierly (1963), Bodin, que via a França dividida pelas facções e pela

definido, caracterizado por um conjunto de direitos e deveres, que não podia ser violado unilateralmente. Esta ordem hierárquica transcendia o próprio poder, uma vez que tinha como modelo a ordem cósmica: a ninguém era permitido violá-la, todos nela encontravam a garantia de seus direitos.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p.1181)

guerra civil, estava convencido de que a ausência de um poder suficientemente forte para conter as influências subversivas das rivalidades feudais e da intolerância religiosa era o grande causador de tais males, e que a melhor forma de combater tal situação seria por meio do fortalecimento da monarquia.

Por soberania, definiu Bodin, entende-se aquele poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado. A definição de Bodin destinava-se a servir e consolidar o poder real nos Estados absolutistas, posto que, para ele, a soberania era a força de coesão, o instrumento político imprescindível à República. Segundo Bodin, uma confusão de autoridades não coordenadas e independentes é fatal para um Estado, deve haver uma fonte última, e não, mais do que uma, donde nasçam as leis (BRIERLY, 1963).

A soberania, na concepção de seu principal formulador, é um poder absoluto, auto-suficiente, ou seja, não está sujeita, de nenhuma forma, a outro poder (*summa potestas superiorem non recognoscens*). Surgia, a partir de então, como sinônimo do Estado moderno, o Estado soberano, erigido a partir de teorias absolutistas e da urgência de unidade de poder (SEITENFUS; VENTURA, 1999). Nesse sentido, segundo a concepção de Bodin, não haveria, pois, Estado sem soberania⁵.

Com o advento da moderna teoria da soberania, há uma enorme mudança no contexto estatal: o novo rei é soberano na medida em que faz a lei e, por conseqüência, não é por ela limitado, encontra-se *supra legem*. Os costumes, que outrora serviam de base para a administração da justiça, não o podem mais limitar, pois, segundo Bodin, uma lei pode ab-rogar um costume, enquanto o costume não pode ab-rogar uma lei. O direito se reduz, então, à lei do soberano, que é superior a todas as outras fontes; porém, enquanto o direito tem como base a equidade e se fundamenta em um consenso tácito, na *opinio iuris* difusa na sociedade, a lei não passa de uma mera ordem do soberano (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Ainda, segundo afirma Bodin (1993), a soberania seria:

- (i) *perpétua*, transcendente, pois uma vez soberano o Estado não perde esta condição, não havendo, portanto, uma soberania por prazo certo;
- (ii) *indivisível*, na medida em que sua essência é *una*, porque não existia outro poder paralelo ou superior ao poder soberano, isto é, o soberano é a única autoridade

⁵ Conquanto em pleno período medieval, a soberania tenha sido considerada por Dante, Marsílio de Pádua, Bártolo e outros, foi com Jean Bodin, na obra *Les six livres de la Republique*, publicada em 1576, que tomou caráter superlativo (LUZ, 1963).

com poderes para promulgar a lei para todos, ordenar ou proibir o que quiser, não responde perante qualquer outro poder sobre a terra; e finalmente;

- (iii) *inalienável*, no sentido de que não se poderia transferir a soberania para outro Estado ou organização, ou seja, não há hipótese de soberania delegada, pois, se vier a fazer, estará integralmente em cada delegação.

Posto isto, a soberania não é limitada, nem em poder, nem em obrigações e, tampouco, em relação ao tempo (BODIN, 1993). Para Bodin, a manifestação essencial da soberania era o poder de fazer a guerra, celebrar a paz, fazer ou revogar a lei - a qual não podia, evidentemente, limitar o soberano que as fazia -, pois esta capacidade só a tem quem não está ligado por vínculo algum de sujeição pessoal a quem quer que seja. Assim, é o monopólio de promulgar e suprimir a lei frente a todos os indivíduos que compõem uma Nação, bem como aos que residem no território nacional, que caracteriza a soberania absoluta do rei. Para Jellinek (1994), Estado soberano é, portanto, aquele que não reconhece nenhum outro superior a si, posto se tratar de um poder supremo e independente, interna e externamente.

Conforme Vattel (2004), toda Nação que se governa por si, independentemente da forma, sem quaisquer dependências de um estrangeiro, é um Estado soberano. Nessa linha, a soberania é um poder que não reconhece outro que lhe seja superior ou concorrente quanto às relações que rege. Por serem soberanos em suas relações recíprocas, os Estados são iguais entre si, não podendo, nenhum deles, pretenderem-se juridicamente superiores aos demais. É nesse cenário incipiente, não fragmentado e comprometido com o poder monárquico que a acepção da soberania, como um poder *absoluto, inalienável, uno e indivisível*, ganha forma e consistência.

Para Mário Lúcio Soares (2001), o fundamento da concepção jurídica do Estado pressupõe o seu reconhecimento como unidade, decorrendo daí, como consequência necessária, a doutrina da indivisibilidade do poder estatal. Nesse passo, a soberania, como uma qualidade do Estado, é um superlativo que não pode dividir-se, embora tolere, junto de si, outros poderes do mesmo gênero.

Rodrigues (2003) ressalta que a soberania, enquanto poder maior a sobrepujar os demais, passou a confundir-se com a figura do rei, seu único titular, consubstanciando-se no instrumento legitimador do absolutismo monárquico então emergente. Isto porque, embora Bodin não exprimisse nenhuma preferência pessoal – visto que a soberania, em princípio, pode pertencer quer aos príncipes, quer ao povo -, a afirmação de que a soberania deve ser *una e indivisível, perpétua e suprema*, denota, no contexto político da época, que ela devia ser monopólio de um monarca hereditário. Nessa linha, Bodin propõe instituir como regra jurídico-política o tríptico: Estado, soberania, monarca (DINH; DAILLIER; PELLET, 1999).

Conquanto haja admitido um caráter absolutista em sua doutrina, é preciso ficar claro que o conceito de soberania em Bodin não consagra a existência de um poder soberano ilimitado, irresponsável e supralegal. O titular da soberania encontrava limites nas Leis Divinas, no Direito Natural e estava sujeito às obrigações contraídas com outros soberanos, sendo-lhe defeso, pois, extrapolar o direito positivo ou lesar a majestade divina. Bodin limita, ainda, a soberania, ao afirmar que o detentor do poder soberano, que pode ser exercido pelo rei, numa monarquia, por um grupo, numa aristocracia e pelo povo ou a maior parte dele, numa democracia, embora ele prefira claramente a monarquia, não pode ab-rogar as leis de uma natureza especial, denominadas *leges imperii*⁶ ou leis fundamentais do governo, que dizem respeito ao estado e ao estabelecimento do Reino e, por essa razão, são anexadas e unidas à Coroa (CHEVALLIER, 1982).

Nesse sentido, o conceito de soberania não encontrou ainda na teoria de Bodin sua expressão extrema, na medida em que o soberano fica vinculado às leis divinas e naturais (LUZ, 1963). A extraordinária inversão da acepção cunhada por Bodin verifica-se a partir de dois desenvolvimentos principais: (i) a identificação posterior da soberania com o poder absoluto superior à lei; (ii) a transformação daquilo que fora originariamente um atributo da pessoa do governante dentro do Estado num atributo deste nas suas relações com outros (BRIERLY, 1963).

No século XVI, porém, as barreiras que se opunham ao absolutismo começam a ceder, a idéia de limites ao poder da autoridade humana é abalada pela consolidação de governos fortes, nos quais os poderes dos soberanos não eram controlados. Esta tendência era fortalecida pela idéia de que a vontade do príncipe é lei, transformando o governante num poder supralegal e habituando os governados a verem no soberano o detentor do poder supremo, independentemente da forma de sua aquisição.

Esta radicalização torna-se mais evidente nos Tratados de Vestfália⁷, que puseram fim à Guerra de Trinta Anos (1618-1648) e reconheceram os princípios da soberania e da igualdade como traves mestras do equilíbrio político europeu. Ao consagrarem definitivamente a dupla derrota do Imperador e do Papa, os Tratados de Vestfália legalizam formalmente o nascimento dos novos Estados soberanos (DINH; DAILLIER; PELLET, 1999). Tal evento histórico legitimou o poder externo que estava além do território soberano, reconhecendo-se, pois, a soberania territorial e a igualdade dos Estados como princípios fundamentais das relações internacionais. Conforme

⁶ “Estas *leges imperii*, que não são feitas pelo soberano e que ele não pode revogar, são as leis fundamentais do Estado.” (BRIERLY, 1963, p.9).

⁷ Na Europa, a Paz de Vestfália, firmada com a conclusão de dois tratados - o de *Osnabrück* e o de *Münster*, respectivamente, em 14 e 24 de outubro de 1648 -, acabou com as guerras religiosas entre os países católicos e protestantes. Com a derrota do Papa e do Imperador romano-germânico, os países protestantes foram reconhecidos e os católicos ganharam a independência da Igreja. O Direito Internacional criado sob a inspiração desses acordos consubstanciava um corpo normativo alicerçado na coexistência e no intercâmbio diplomático entre os Estados europeus (PEREIRA, 2004).

Sobrino e Hee (2004), a Paz de Vestfália estabeleceu um sistema internacional baseado na pluralidade de Estados independentes e iguais. Nessa linha, o Estado passou a ser reconhecido como uma instituição política, estando associado a uma população determinada que possui, a título de herança comum, cultura, língua, religião, etnia e história próprias. Os Tratados de Vestfália acabam por desenhar o mapa político da Europa que vigoraria por, aproximadamente, trezentos anos.

Gruppi (1980), ressalta o fato de que, o Estado moderno, desde o seu nascimento, apresenta três características que o difere das demais comunidades humanas de outrora, quais sejam: (i) a autonomia, consubstanciada na plena soberania do Estado, ou seja, seu poder não depende de nenhuma outra instância; (ii) a distinção que passou a existir entre Estado e sociedade civil, o que as torna mais evidente, sobretudo na Inglaterra, com a ascensão da burguesia; embora mantido o caráter de expressão desta; (iii) a identificação absoluta entre o Estado e o monarca, o qual representa a soberania estatal.

O absolutismo real conduz inevitavelmente à afirmação da superioridade da vontade do Estado soberano, na medida em que não se pode impor nada aos monarcas sem o seu manifesto consentimento, porquanto, nas relações mútuas, não aceitam outro limite à soberania senão aquele decorrente de sua vontade. Nessa esteira, Grócio define o poder soberano como aquele cujos atos são independentes de qualquer outro poder superior e não podem ser anulados por nenhuma outra vontade humana (DINH; DAILLIER; PELLET, 1999). Os direitos atribuídos aos monarcas acabaram por se transformar nas doutrinas da não-intervenção e de igualdade formal na esfera do direito internacional moderno.

O movimento de afirmação de um poder jurídico absolutamente ilimitado ao soberano culmina na publicação da obra *Leviatã*, por Thomas Hobbes (1588-1679), no ano de 1651. Assim como Bodin, que escrevera sua obra com os olhos postos nos acontecimentos do seu tempo, Hobbes concebia a soberania como um princípio essencial de ordem, trazendo estabilidade social ao caos da guerra civil. Tanto em Hobbes quanto em Bodin, o conceito de soberania tem claramente seu sentido absolutista; porém, Hobbes é muito mais sistemático que Bodin, pois não buscou o conteúdo da soberania no exterior, senão no fim mesmo do Estado, e trata de fazê-lo derivar deste fim (RODRIGUES; FRANÇA; DINIZ, 2007, p.510).

Para ele, a segurança dos homens depende de um poder comum que os conserve em respeito e que dirija as suas ações para o bem coletivo (HOBBS, 1988). Hobbes parte da concepção de que os homens viviam num estado de natureza, no qual todos eram iguais e, em suas essências, egoístas, tendo todos os mesmos direitos naturais. Assim, por não existir nenhuma autoridade ou lei, o estado de natureza foi uma época de anarquia e, sobretudo, violência

(AZAMBUJA, 1999). Nessa linha, Hobbes propugna a criação de uma sociedade política, ou seja, o Estado, derivada de um contrato firmado entre todos do povo (titulares originários do poder), no qual aceitam perder parte de sua liberdade em benefício dessa instituição, como forma de por fim a anarquia e a violência reinantes⁸.

Hobbes entendia que o surgimento do Estado derivava de um pacto de cada homem com os demais no sentido de criar uma *pessoa artificial*, a qual se delegava o direito de governar a todos, indistintamente. A partir deste pacto social, a multidão, que é o conjunto desarticulado dos indivíduos na situação de natureza, abre mão de sua liberdade, para formar a sociedade política (MENDONÇA, 1991). Hobbes define a *pessoa artificial*, no caso o Estado, da seguinte forma:

Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum. (HOBBS, 1988, p.106).

Para Hobbes, somente pela transferência do poder soberano dos indivíduos ao Estado, seja na figura de um homem ou de uma assembléia de homens, seria possível reduzir a vontade de todos em uma vontade comum, a qual estariam submetidos. A soberania que, em princípio, residia na individualidade de cada um do povo, passa a ser propriedade da *pessoa artificial* derivada do pacto político. Nesse passo, Hobbes entendia que a soberania popular existe momentaneamente e uma única vez. Com a transferência da soberania, o indivíduo tornava-se súdito do Estado e, como tal, não teria o direito de formular um novo pacto ou transferir seu poder a outro sem a prévia aquiescência do soberano. A partir de então, ninguém tem a liberdade de resistir à espada do Estado, na medida em que essa liberdade priva a soberania dos meios para proteger-nos, sendo, portanto, destrutiva da própria essência do Estado (HOBBS, 1988).

O detentor do poder soberano o teria em caráter perpétuo, de modo a garantir a ordem e a paz na sociedade. Para ele, esta proposição se aplicava tanto à assembléia, quanto ao monarca: a primeira deveria ter o poder de preencher suas vagas quando necessário, e o segundo seria o único competente para indicar seu sucessor. Pode-se dizer que, ao propor a subordinação dos súditos ao soberano, Hobbes tenha sido o primeiro a fundar na delegação a origem do poder soberano e, desta forma, rompido a hierarquia social de origem divina, até então existente (MENDONÇA, 1991).

⁸ “Thomas Hobbes, Jonh Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778) formaram a chamada ‘escola do contrato social’. Todos esses pesadores entendiam que a natureza da sociedade, quaisquer que fossem suas origens, estava em um acordo contratual firmado entre todos os membros desta. A razão última pela qual os homens formaram uma sociedade residia na necessidade de proteção contra os perigos resultantes da ‘situação de natureza’ (*state of nature*).” (SOBRINO; HEE, 2004, p.10).

De outro lado, Hobbes ressalta que o direito não legitimava o soberano e nem era capaz de limitá-lo, porquanto, o direito era, tão somente, aquilo que este ordena. A essência da soberania, que, com Bodin, identifica o poder de fazer e anular leis, para Hobbes, deve ser estabelecida, no poder de impor, mediante o uso da força. Nesse passo, ambos os autores têm a necessidade de identificar fisicamente o detentor do poder (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Sobretudo Hobbes desenvolve a teoria de soberania estatal e, posteriormente, Locke e Rousseau definem a idéia de soberania popular (OLIVEIRA, 2005). Vemos aqui, mais uma vez, como as mudanças da doutrina da soberania refletem as alterações das realidades políticas, na medida em que a afirmação de Hobbes desloca o conceito de soberania da esfera da ciência jurídica para a ciência política.

Entretanto, a história demonstra que a visão de Hobbes não tardaria a falhar, posto que a alternância no poder não implicava necessariamente em instabilidade do Estado. Nesse sentido, Macpherson (1979), sob a ótica do mercado, explica a lacuna na teoria sustentada por Hobbes da seguinte maneira:

(Hobbes) via a sociedade como tão obrigatoriamente fragmentada pela luta de cada um pelo poder sobre os demais que igualava todos em insegurança. Não conseguiu ver que, justamente aquela mesma característica de uma sociedade que dela faz uma competição de cada um pelo poder sobre os demais, dela faz também uma sociedade dividida em classes desiguais. (MACPHERSON, 1979, p.102).

A expectativa de garantir a estabilidade social frente aos insuperáveis conflitos entre os interesses dos indivíduos malogra, porquanto, a existência de um mandatário perpétuo do poder soberano não assegurava o abrandamento das desigualdades de classe, agora não mais alicerçada em desígnio divino, mas como decorrência das relações mercadológicas à época estabelecidas. A contrariedade à previsão de Hobbes resta mais aparente quando grupos de proprietários, com interesses comuns, passam a intervir sobremaneira no processo político, sem que, contudo, as eleições de seus representantes para o corpo colegiado soberano resultassem em instabilidade do Estado (MENDONÇA, 1991).

De todo modo, Hobbes não estava enganado ao propor a delegação política ao poder soberano, fundamental à estabilidade social; à garantia de tranquilidade nas relações do mercado; no respeito à propriedade; enfim, na proteção da própria vida, longe da barbárie representada pelo estado de natureza. Assim, conforme salientado por Costa e Silva (2003), inicia-se a substituição da crença da natureza abstrata pelo homem enquanto matéria e espírito e, por conseguinte, cria-se o governo dos homens para os homens.

Pouco depois, percebe-se que o monarca pessoal já não podia desempenhar o papel que outrora lhe foi atribuído. Com o advento do governo constitucional, na esteira do Iluminismo e do Racionalismo, John Locke (1632-1704) e depois Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) lançaram a teoria de que o soberano era o povo no seu conjunto, consagrando a idéia de limitação dos poderes do Estado com vistas à proteção dos direitos individuais do cidadão. Insurgiu-se contra o exercício arbitrário do poder pelo governante, de modo que não só seus interesses sejam garantidos, mas, também, os dos governados. Nesse sentido, promove-se a transferência da titularidade da soberania da pessoa do governante para o povo. Teoria defendida no século XVIII para justificar a Revolução Americana e a Francesa (BRIERLY, 1963).

Para John Locke, o contrato social era algo permanente e irrevogável, conforme aduz na obra publicada em 1690, “O Segundo Tratado do Governo Civil”. Todavia, cabia ao poder legislativo o dever de legislar para o bem público. Acaso a confiança outorgada pelo povo fosse violada, este, por deter o poder soberano, poderia promover a substituição do legislativo. Nesse ponto, Sobrino e Hee (2004) aduzem que a manifestação imprecisa de Locke não permite definir qual é o seu real pensamento, porquanto, não se pode precisar se a soberania está depositada nas mãos do povo ou nas mãos do poder legislativo. O que leva a crer que, para ele, a soberania não era tão absoluta tal como Hobbes a concebeu. Para Locke, a melhor forma de governo é a democracia, pois nela se encontra o consentimento dos cidadãos. A monarquia somente seria admitida se as leis fossem elaboradas pelo povo e não por divina faculdade do rei (RODRIGUES; FRANÇA; DINIZ, 2007). Sua visão, em verdade, alinha-se ao pensamento da soberania parlamentar inglesa (SOBRINO; HEE, 2004).

Neuenschwander (2000) aduz que a soberania popular de Locke é idealizada a partir da concepção de um Estado de Direito, um Estado, portanto, Liberal, fundamentado numa nova racionalidade da burguesia, cuja orientação se baseia em princípios econômicos. O povo soberano seria, neste contexto, proprietário, daí decorrendo a condição de cidadão. A suposição de que no estado de natureza a propriedade é um direito natural, o que faz com que todos os homens sejam proprietários, oculta a realidade de uma sociedade que transformou a estratificação em diferenças econômicas.

Por seu turno, o autor e filósofo suíço, Jean-Jacques Rousseau argumentou em sua obra intitulada “O Contrato Social” (1762), que a lei somente pode exprimir a vontade comum dos homens da sociedade. Segundo ele, a soberania é expressão da vontade geral; equivale ao interesse comum e é sempre constante, inalterável e pura. Conforme Oliveira (2005), não se trata da vontade de todos, pois esta é a soma das particulares, das minorias coletivas e equivale-se ao mal. Segundo Rousseau (1996), a vontade deve ser geral, do contrário não o é; ou é expressão da totalidade do

povo, ou unicamente de uma parte. No primeiro caso, essa vontade declarada configura um ato de soberania e, por conseguinte, faz lei; enquanto, no segundo caso, não passa de uma vontade particular ou de um ato de magistratura; pode ser considerada, quando muito, um decreto.

Conforme Soares (2002), a soberania popular⁹ surge da reflexão dos contratualistas, compreendendo a soma das distintas frações de soberania, que pertencem como atributo a cada indivíduo, o qual, membro da comunidade estatal e detentor dessa parcela do poder soberano fragmentado, participa na escolha dos governantes.

Na teoria de Rousseau, a soberania, sendo absoluta, encontra limites apenas nas convenções gerais. A regra básica da limitação, nas palavras de Dallari (1989), é no sentido de que é defeso ao soberano sobrecarregar os cidadãos de coisas inúteis à comunidade, quiçá, exigi-las, devendo, finalmente, fazer exigências iguais a todos os súditos.

Soares (2002) afirma que, para compreender as características do poder soberano, há que, necessariamente, se referenciar a obra de Rousseau, notadamente “O Contrato Social”:

a soberania por ser apenas o exercício da vontade geral, não pode jamais se alienar, e que o soberano, que não é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode ser transmitido, não a vontade. Assim, a soberania é inalienável por ser o exercício da vontade geral, não podendo se alienar e nem ser representada por quem quer que seja, sendo também indivisível, pois a vontade só é geral se houver a participação do todo. O pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus membros, e este poder é aquele que, dirigido pela vontade geral, leva o nome de *soberania*. O poder soberano completamente absoluto, sagrado e inviolável não ultrapassa e nem pode transgredir os limites das convenções gerais. (ROUSSEAU, 1996, p.39).

Com a Revolução Francesa (1789), propagam-se as idéias de liberdade e autodeterminação dos povos. As teorias políticas de Locke e Rousseau se espalharam por toda a Europa e América, contestando os direitos das monarquias de disporem do território e do povo de um determinado Estado apenas por obra de suas vontades (SOBRINO; HEE, 2004). Nessa época, inicia-se a transferência da soberania do monarca para o povo, fato perceptível já na Constituição dos EUA¹⁰,

⁹ “São conseqüências do postulado da soberania popular: o sufrágio universal, considerado um direito de cada cidadão, o republicanismo, como diferença da soberania nacional que se harmonizou com a monarquia e o voto censitário.” (SOARES, 2002, p.559).

¹⁰ “Nós detemos essas verdades para ser auto-evidentes, que todos os homens são criados de forma igual, que são dotados pelo seu Criador com certos direitos inalienáveis, dentre eles estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. – Que, para garantir esses direitos, governos são instituídos pelos homens, decorrendo seus poderes do consentimento dos governados. – A partir do momento em que qualquer ato do governo se torne destrutivo de seus fins, é direito do povo de modificá-lo ou suprimi-lo, e de instituir um novo Governo, estabelecendo sua fundação em tais princípios e organizando seus poderes, na forma, como parece ser mais provável de proceder à sua segurança e à sua felicidade.” (SOBRINO; HEE, 2004, p.14, tradução nossa). “We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and pursuit of Happiness. – That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed. – That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the

quando da declaração de sua independência (1776), na “Declaração dos Direitos do Homem” (1789)¹¹, ou na Constituição Francesa (1791)¹².

O conceito de soberania popular evoluiu para a configuração da soberania nacional, cujo poder seria exercido por aqueles que detivessem a qualidade de cidadãos (corpo eleitoral), sendo representativos na nação como um todo, de modo que a base do Estado-nação é o genuíno consentimento da nação. Nesse sentido, enquanto corpo indivisível, formada por indivíduos dotados de consciência e identidade cultural, lingüística e histórica, participando na formação da vontade política e elaboração do direito, a nação seria a titular da soberania (FARIA, 2004). A soberania nacional, concepção desenvolvida por Sieyès, preconizava que a capacidade suprema de dominação pertence à nação, enquanto pessoa moral distinta dos indivíduos que a compõem (SOARES, 2002).

Segundo Baracho (1987) a soberania nacional passa a ser a base daquele direito público positivo procedente da concepção do Estado patrimonial. O poder soberano passa à nação personificada, que ocupa, de certa forma, o lugar do rei. Nesse sentido, a soberania, entendida como *una, indivisível, inalienável e imprescritível*, pertence única e exclusivamente à nação e nenhum segmento do povo, nem qualquer indivíduo pode substituí-la em seu exercício. O princípio da personalidade da nação, titular da soberania ou o princípio da soberania nacional, é adotado, então, pelos textos constitucionais da época revolucionária, como, por exemplo, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789)¹³.

Bonavides (1993), assinala que a distinção entre as doutrinas de soberania nacional e soberania popular reside nos efeitos da faculdade de participação política do eleitorado. Na primeira, a participação popular é limitada e está circunscrita àqueles que a nação investir na escolha de seus governantes; na segunda, há a busca da universalização da participação popular, atribuindo ao cidadão os direitos políticos que lhe cabem, por ser titular de uma parcela da soberania.

A partir de meados do século XIX, a soberania estatal torna-se objeto de especial atenção da doutrina alemã, que, influenciada pela concepção hegeliana da História, afirma ser o Estado o titular originário da soberania e que, desta forma, não pode, sem se negar, submeter-se a qualquer

Right of the People to alter or to abolish it, and to institute new Government, laying its foundation on such principles and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness.”

¹¹ O artigo 3º da “Declaração dos Direitos do Homem”, de 1789, afirma que “o princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação” (LITRENTO, 1991).

¹² O artigo 1º, título 3º, da Constituição Francesa, de 1791, declara que: “A soberania é una, indivisível, inalienável e imprescritível. Pertence à nação; nenhuma seção do povo, nenhum indivíduo pode atribuir-lhe o exercício” (LITRENTO, 1991).

¹³ “Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.”

entidade ou instituto jurídico que venha limitar seu poder. Sob esse aspecto, a teoria da personalidade jurídica do Estado enseja o deslocamento da titularidade da soberania nacional para a soberania estatal, a qual passa a ser considerada em sentido absoluto, e o Direito Internacional fica reduzido a um mero direito estatal externo¹⁴ (PEREIRA, 2004).

Pela concepção hegeliana de Estado, nas relações entre dois entes estatais soberanos não pode existir vinculações jurídicas para nenhum deles e que, pelo processo dialético, pode o Estado até desaparecer, “dando lugar a uma síntese que resulte da sua combinação com o seu contrário; mas enquanto existir como tese – e é esta situação no presente momento histórico – a sua submissão a uma disciplina transcendente é impensável”¹⁵ (PEREIRA, 1964, p.35-36)

Nesse período, aperfeiçoada a doutrina jurídica do Estado, a soberania passa a constituir uma de suas características, embora o seu reconhecimento como titular da soberania não implique na impossibilidade de reconhecer a legitimação da soberania no povo (FARIA, 2004). Conforme Dallari (1989), se a soberania é um direito, seu titular só pode ser uma pessoa jurídica. O povo, mesmo concebido como nação, não tem personalidade jurídica. Mas, como ele participa do Estado e é o elemento formador da vontade deste, a atribuição da titularidade da soberania ao Estado atende às exigências jurídicas, ao mesmo tempo em que preserva o fundamento democrático. Ou seja, a legitimação do soberano, que equivale ao nascimento do Estado, se dá com a consolidação da ordenação através do decurso do tempo. Assim, somente quando determinada ordenação consegue positividade, impondo-se o respeito dos destinatários, e se torna estável, adquirindo caráter permanente, pode-se dizer que existe poder soberano (DALLARI, 1989).

Conforme Mário Lúcio Soares (2002), Mortati aduz que a soberania popular contempla três fases: (i) na primeira, o povo era destituído de organização, fora do Estado; (ii) na segunda, consolidada pela Revolução Francesa, influenciando nas concepções liberais-burguesas, a titularidade do poder era atribuída à nação, concebida numa ordem integrante; e, (iii) na última, o Estado torna-se o titular da soberania, pois se a soberania é um direito, seu titular só pode ser uma pessoa jurídica, o que não ocorre com a nação. Trata-se da concepção legitimista, que até hoje predomina, evoluindo em perspectiva democrática.

¹⁴ Conforme Pereira (2004), foi a partir desta concepção que prosperaram as doutrinas e os argumentos filosóficos negadores da existência do Direito Internacional.

¹⁵ No século XX, após a Primeira Guerra Mundial, os totalitaristas nazi-facista e comunista reafirmaram a idéia de soberania absoluta, na medida em que seus sistemas jurídicos proclamavam o primado do Direito Interno em detrimento do Direito Internacional. Todavia, em agosto de 1968, a própria doutrina soviética passou a defender a limitação da soberania, dada à necessidade de justificar a intervenção das tropas do então Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, tomando-se como base a *doutrina Brejnev da soberania limitada* (PEREIRA, 2004).

É importante ressaltar, então, que a soberania não é um poder do Estado, mas sim uma qualidade deste poder¹⁶, assertiva esta encontrada em vários autores pesquisados.

1.2 Soberania nos sistemas da “Sociedade das Nações” e da “Organização das Nações Unidas”.

Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o conceito de soberania vinha sendo formado a partir das condições que refletiam as características da sociedade internacional. Os princípios de igualdade soberana e de não-intervenção somente se aplicavam aos países que tinham uma efetiva força de autodefesa, porquanto, não havia qualquer proibição ao uso da força.

Nesse sistema flagrantemente marcado pelo equilíbrio de poder, em que somente um pequeno grupo de países mais poderosos administrava e exercia a segurança coletiva internacional, irrompeu a Primeira Guerra Mundial. O que redundou, posteriormente, na criação da Sociedade das Nações (SDN)¹⁷, no intuito de limitar o uso da força pelos Estados e garantir a manutenção da paz internacional, embora o Pacto da Sociedade das Nações não proibisse a guerra em geral, conforme se infere do seu artigo 12 (1)¹⁸ (SOBRINO; HEE, 2004).

No sistema interestatal firmado pelo Pacto, o princípio da igualdade soberana não foi objeto de maior atenção, sendo referenciado apenas no seu artigo 22 (1)¹⁹, com o fito de expressar a autoridade de um país. Em contrapartida, há uma maior preocupação com o aspecto da não-intervenção em assuntos domésticos, o que redundou no tema da soberania territorial, porquanto os países entendiam que a proteção de seus interesses domésticos era o único fundamento que deveria

¹⁶ Em síntese, Magalhães (2002) cita a Colômbia, como exemplo de um país que perdeu sua soberania interna, a partir do momento em que o controle exercido pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) em parte do território faz com que o poder do Estado perca a sua característica de supremacia no território nacional.

¹⁷ Sua criação foi baseada na proposta de paz conhecida como “14 Pontos” (*Fourteen Points Speech*), feita pelo presidente estadunidense Woodrow Wilson, em mensagem enviada, em 8 de janeiro de 1918, ao Congresso dos Estados Unidos. Os “14 Pontos” propunham as bases para a paz e a reorganização das relações internacionais ao fim da Primeira Guerra Mundial, e o pacto para a criação da Sociedade das Nações constituíram os 30 primeiros artigos do Tratado de Versalhes.

¹⁸ **Art. 12 (1).** “Todos os membros da Sociedade concordam em que, se entre eles surgir uma controvérsia suscetível de produzir uma ruptura, submeterão o caso seja ao processo da arbitragem ou a uma solução judiciária, seja ao exame do Conselho. Concordam, também, em que não deverão, em caso algum, recorrer à guerra, antes da expiração do prazo de três meses após a decisão arbitral ou judiciária, ou o relatório do Conselho.” (MAZZUOLI, 2006, p.31).

¹⁹ **Art. 22 (1).** “Os seguintes princípios serão aplicados às colônias e territórios que, em consequência da guerra, deixarem de estar sob a soberania dos Estados que os governavam precedentemente e que são habitados por povos ainda não capazes de se dirigir, nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos constituem sagrada missão de civilização, e convém incorporar ao presente Pacto garantias para o desempenho de tal missão.” (MAZZUOLI, 2006, p.34).

nortear suas relações exteriores (princípio de autodeterminação). Entretanto, em parte alguma há menção à expressão “não-intervenção”.

Conforme Sobrino e Hee (2004), antes da criação da Sociedade das Nações, a opinião dominante era a de que o domínio reservado referia-se aos assuntos relacionados à soberania de um Estado independente, como por exemplo, o seu sistema político, o seu sistema constitucional, etc.. Segundo a concepção de “assuntos domésticos”, o direito internacional está baseado no consentimento dos Estados, existindo, portanto, assuntos que não podem ser objeto de discussão no direito internacional.

A Sociedade das Nações, por seu turno, entendeu que a competência exclusiva do Estado decorria, na realidade, da outorga do direito internacional, a quem cabia, por meio do Conselho da Sociedade das Nações, definir se o assunto que o Estado alegava ser de sua competência exclusiva realmente o era ou não - artigo 15(8)²⁰. Tratava-se, então, de uma questão definida pelo direito internacional e não pelo próprio Estado.

Na prática, no sistema da Sociedade das Nações, apenas alguns poucos países aplicavam o princípio de igualdade soberana, vigorando apenas entre os países ocidentais mais poderosos, e o direito de autodeterminação quase não foi observado.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as mudanças ocorridas na sociedade internacional e a conseqüente democratização do Direito Internacional, em razão da criação de novos Estados, do sistema das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais, acentuaram os aspectos limitativos da soberania dos Estados no âmbito da ordem jurídica internacional.

A introdução, na prática, do conceito de igualdade soberana torna-se algo absolutamente necessário no novo sistema internacional, dada à existência de conflitos ideológicos, opondo o capitalismo e o comunismo, os países ricos aos países em desenvolvimento, etc., o que culminou, em última análise, não apenas em uma agressiva fragmentação e oposição de idéias, mas, também, numa nova divisão do mundo, consoante critérios nunca antes vistos. Nessa linha, a Carta das Nações Unidas reconhece expressamente, em seu artigo 2º (1)²¹, o princípio da igualdade soberana, como sendo um dos seus principais fundamentos, no intuito de edificar um sistema regido por normas internacionais²² (SOBRINO; HEE, 2004). E a prova concreta de aplicação desse princípio

²⁰ **Art. 15 (8).** “Se uma das partes pretender e o Conselho reconhecer que a controvérsia implica uma questão que o direito internacional deixa à competência exclusiva dessa parte, o Conselho o consignará num relatório, mas sem recomendar nenhuma solução.” (MAZZUOLI, 2006, p.33).

²¹ **Art. 2º (1).** “A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros.” (MAZZUOLI, 2006, p.37).

²² Assim como a ONU é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus Estados membros, a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) o torna direito positivo ao estabelecer, no seu art. 3º, alínea “b”, que “a

fundamental é a criação de novos países já com o *status* de soberanos. O termo soberania é mencionado, ainda, no artigo 78²³ da Carta das Nações Unidas.

De acordo com Vattel (2004), os Estados são formados por homens naturalmente livres e independentes, que viviam em comum num estado de natureza antes da criação das sociedades civis. Para ele, os Estados soberanos devem ser considerados como outras tantas pessoas livres, vivendo em comum no mesmo estado de natureza. E, já que os homens são iguais por natureza, também os Estados o são. A força ou fraqueza não contam para este efeito. Assim, um anão é homem do mesmo modo que um gigante; por conseguinte, uma pequena república é tão soberana como o mais poderoso dos reinos.

O reconhecimento da igualdade soberana dos Estados no sistema da ONU era de fundamental importância. Entretanto, a manutenção de um sistema coletivo para a área de segurança internacional, por meio da cooperação entre os países mais poderosos, ainda era uma questão bastante tormentosa. Nesse sentido, como nenhum dos países vitoriosos da Segunda Guerra Mundial estava disposto a abrir mão de seu poder, criou-se o Conselho de Segurança das Nações Unidas, reservando-se um assento para os líderes das Nações Unidas: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, China e Rússia. Desta feita, no sistema da ONU, mescla-se o reconhecimento da “desigualdade” soberana entre os cinco países membros do Conselho de Segurança na área militar e o reconhecimento da igualdade soberana dos Estados na Assembléia Geral, quando se tratar de assuntos de caráter “genérico”.

O princípio de não-intervenção também encontra guarida na Carta das Nações Unidas, em seu artigo 2º (7)²⁴, contribuindo para sua consolidação no âmbito do direito internacional. *Prima facie*, o princípio de não-intervenção significa que os Estados soberanos têm o direito de serem livres de qualquer interferência externa em seus assuntos domésticos. Tal expressão denota que a Carta das Nações Unidas favorece um poder discricionário maior ao Estado na determinação da jurisdição doméstica do que a encontrada no Pacto da Sociedade das Nações, porquanto, no primeiro, fala-se em “assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado”, enquanto no segundo utiliza-se “uma questão que o direito internacional deixa à competência exclusiva dessa parte”. Nesse sentir, o direito internacional outorga ao Estado a

ordem internacional esta essencialmente constituída pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados.” (SOARES, Mário Lúcio, 2001, p.153).

²³ **Art. 78.** “O sistema de tutela não será aplicado a territórios que se tenham tornado membros das Nações Unidas, cujas relações mútuas deverão basear-se no respeito ao princípio da igualdade soberana.” (MAZZUOLI, 2006, p.50).

²⁴ **Art. 2º (7).** “Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; e este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII.” (MAZZUOLI, 2006, p.38).

jurisdição na qual este exercerá suas atividades jurídicas, ou seja, sua jurisdição interna. Ficando o Estado, portanto, subordinado ao ordenamento jurídico internacional.

Mello (1993) ressalta que a soberania é a única defesa que o Estado fraco possui em relação ao forte no plano internacional ao resguardá-lo da agressão, ou da intervenção praticada por outro Estado. Nessa perspectiva, convém salientar que, a intervenção pode assumir as mais variadas formas: diplomática; armada; econômica; de forma aberta ou oculta; para impor forma ou implantar novo governo; obrigar um Estado a celebrar tratados que não correspondem aos seus interesses; além daquelas utilizadas pelos Estados desde a antiguidade (PEREIRA, 2004).

Por outro lado, há a definitiva eliminação do termo “guerra” no artigo 2º (4)²⁵, o que é de grande relevância no contexto da evolução do direito internacional, na medida em que o direito dos países mais poderosos de utilizarem a força militar contra os países mais fracos, como permitido no sistema de Vestfália, torna-se definitivamente ilegal, substituindo-se esse direito individual pelo sistema de segurança coletiva.

Como o direito internacional tradicional, até meados do século XX, tratava basicamente de assuntos diplomático-militares, a renúncia legal, pelos países soberanos, do direito de fazer guerra ou mesmo de usar a força militar culminou no rompimento do princípio mais importante do sistema internacional outrora vigente. Muito embora a sociedade internacional tivesse que, primeiro, passar pelas inúmeras atrocidades advindas com os regimes totalitaristas (nazi-facismo e comunismo) que emergiram após a Primeira Guerra Mundial.

Diniz (1995), analisando a desigualdade existente entre os Estados soberanos, permanente geradora de tensão, ressalta que a solução dos conflitos mundiais deve residir no controle efetivo da força por parte da ONU, significando a prevalência do direito na ordem internacional.

Salienta-se ainda que, mesmo sendo a desigualdade militar e econômica uma realidade incontestável entre os países, por certo, nada têm a ver com a igualdade legal e formal preconizada pelo sistema da ONU, no sentido de que os Estados-nação são legalmente iguais em matéria de direitos e obrigações dentro do sistema jurídico internacional.

Ao longo dos séculos, verifica-se que a concepção de soberania evoluiu de comparativo para superlativo, depois para a supremacia absoluta, tornado-se, atualmente, indicador do poder superior do Estado no âmbito do direito interno e comparativo no âmbito do direito internacional, em observância aos postulados da ordem internacional (DEL’OLMO, 2002). Nesse sentir, nos termos do artigo 2º (1), a soberania dos Estados é exteriorizada pela independência destes no

²⁵ **Art. 2º (4).** “Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas.” (MAZZUOLI, 2006, p.38).

cenário internacional, sendo necessária, pois, a manifestação da vontade dos mesmos para a assunção de compromissos. Contudo, uma vez declarado o consentimento, o Estado submete-se aos compromissos assumidos e responsabiliza-se pela sua observância e efetivo cumprimento, em obediência aos postulados da ordem internacional.

Luz (1963) esclarece que o critério de independência implica em: (i) exclusividade de competência, já que o Estado monopoliza a integridade de poderes no ambiente jurídico que lhe está afeto; (ii) autonomia de competência, que garante a liberdade de ação ao Estado, sem interferência de outros Estados; (iii) plenitude da competência, configurada pela livre determinação, pelo Estado, da extensão da sua competência *ratione materiae*. Nesse sentido, Verdross (1955) ressalta que um Estado soberano é uma comunidade humana perfeita e permanente que se autogoverna em um determinado território e está diretamente vinculada ao Direito Internacional, cujas normas, em geral, respeita. Para ele, os Estados com plenitude de autodeterminação chamam-se Estados soberanos ou independentes, pois são livres para executar suas ações internas, sem se sujeitarem às diretrizes de outro Estado.

Assim, hodiernamente, a grande maioria dos Estados modernos ao disporem sobre a soberania no âmbito normativo interno enfatizam seus dois pilares fundamentais, quais sejam, os princípios de não-intervenção e de igualdade entre os Estados, os quais devem balizar a conduta dos Estados em suas relações internacionais (SOBRINO; HEE, 2004).

1.3 Definição do conceito de soberania no direito internacional

Suplantada a organização política medieval pelo advento do Estado-Nação, a soberania passa a manifestar-se de duas formas distintas: (i) *internamente*, com a sujeição ao soberano de todas as esferas que, à época, dividiam e descentralizavam o poder; e, (ii) *externamente*, em posição de igualdade com os outros Estados soberanos, cabendo-lhe decidir, em última instância, sobre a viabilidade da guerra e da paz; porquanto, já não há nenhum poder superior ao Estado (PEREIRA, 2004).

A soberania interna seria, então, o domínio que o Estado possui de seu território e sua população, bem como, para a instituição de seus Poderes constituintes e de uma ordem jurídica interna, tendo liberdade para a tomada de decisões políticas necessárias para a governabilidade do Estado. Por soberania externa passou-se a entender como sendo o poder que o Estado detém para celebrar pactos e tratados internacionais (SOARES, 2002).

Del’Olmo (2002) entende que o Estado considerado soberano é aquele que detém competência e jurisdição plenas sobre o seu território e a sua população, podendo legislar e criar seu próprio ordenamento jurídico, sem quaisquer interferências. De igual modo, dispõe de autonomia em suas relações com os demais Estados, caracterizada pela igualdade jurídica e pelo respeito mútuo, podendo estabelecer relações admitidas pelo Direito Internacional, tais como celebrar tratados e a troca de legações²⁶.

De maneira idêntica manifestou-se a doutrina francesa do século XVI, que considerou a soberania como a qualidade de um poder que é supremo e absoluto no sentido de que, do ponto de vista internacional, este poder acha-se isento de subordinação a um poder estrangeiro, e, do ponto de vista interno, se sobrepõe a qualquer outro dentro do Estado (CARRÉ DE MALBERG, 1948). Na mesma linha, Esmein (*apud* LUZ, 1963, p.9) aduz que a soberania possui dois aspectos, quais sejam: (i) o direito de dar ordens a todos os indivíduos que compõem uma Nação e aos que residem no Estado, ou seja, a *soberania interna*; (ii) o direito de representar a Nação e de estabelecer relações com as outras Nações, isto é, a *soberania externa*.

Canotilho (1998), por sua vez, entende que a soberania, no sentido moderno, traduz-se num poder soberano no plano interno e num poder independente no plano internacional. Magalhães (2000), da mesma forma, entende a soberania sob o aspecto interno, significando o poder supremo dentro das fronteiras do território, e o aspecto externo, significando a independência do Estado em relação aos demais Estados da ordem internacional.

A soberania, para Podestá Costa (1943), manifesta-se de duas formas distintas: (i) a primeira e essencial é exercida dentro do Estado ao usar o direito de jurisdição e de polícia com respeito às pessoas e às coisas que nele se encontram, ou seja, a *soberania interna*; (ii) e a outra, que aparece como um reflexo daquela quando duas ou mais soberanias se põem em contato, ou seja, a *soberania exterior*, sendo que esta supõe a existência da primeira.

Para Sibert (1951), a *soberania interna* pode ser entendida como o poder que tem o Estado de construir seu governo e sua legislação, de organizar sua administração e seus serviços públicos, de acordo com seus desígnios e sem sofrer quaisquer intervenções externas. Por outro lado, a *soberania externa*, para o mencionado autor, confunde-se com o poder de uma sociedade política de se conduzir, nas suas relações com as outras sociedades, livremente nos limites do ordenamento jurídico internacional. Isto porque, na ordem internacional, o Estado, reconhecida sua condição de paridade aos demais – ao menos no aspecto jurídico -, aceita limitações, consentâneas com o Direito Internacional, que não chegam a ferir sua soberania, uma vez que se originam em tratados

²⁶ Direito, inerente a um Estado soberano, de enviar agentes diplomáticos que os representem perante outros Estados.

com outros países ou organizações internacionais, no intuito de garantir a harmonia entre os Estados e o bem-estar de suas respectivas populações (DEL'OLMO, 2002).

Dentro dessa temática, Donnelly (2000, p.140) assim diferencia estas duas facetas da soberania:

Soberania é uma instituição complexa e contingente com dimensão interna (doméstica) e externa (internacional). Internamente, a soberania é a autoridade suprema. Mas quando as autoridades supremas interagem entre si, cada uma é exatamente igual à outra. Internamente a soberania se expressa como hierarquia, enquanto, externamente aparece como anarquia. Contudo, externamente os Estados se reconhecem mutuamente como soberanos. (tradução nossa)²⁷.

Conforme Costa e Silva (2003), o Estado é livre para escolher a forma de seu governo, suas leis e respectiva validade, sem quaisquer interferências de outros Estados. Em seu âmbito territorial, o ordenamento jurídico escolhido pelo Estado é superior, estando os indivíduos sob sua jurisdição direta à mercê desse poder. Na mesma linha, Magalhães (2000) destaca que a soberania na ordem interna é entendida como poder supremo. Ou seja, dentro das fronteiras do Estado não existe nenhum poder paralelo ou acima daquele poder do Estado. Segundo Filomeno (2001), a soberania interna é o poder incontestável e incontestável que o Estado tem de, dentro de seu território e sobre sua população, criar, executar e aplicar seu ordenamento jurídico visando o bem comum.

A soberania é, então, conceituada como o conjunto de competências que o Estado possui, o qual lhe é outorgado pela ordem jurídica internacional (MELLO, 1993). De igual forma, Dupuy (1993), entende a soberania como sendo o poder da última palavra.

No aspecto externo Magalhães e Robert (2000) explicam que a soberania, como qualidade do poder do Estado, significa independência. O Estado soberano, nas suas relações interestatais, não tem nenhum vínculo de submissão com outro Estado, não admitindo nenhum tipo de intromissão nos seus assuntos internos ou internacionais. Nesse sentido, a quase unanimidade dos tratadistas reconhece que, se a soberania é um poder supremo, é a maior força, não querendo, todavia, dizer que seja um poder arbitrário que não reconhece limites, como se pensava no passado. Assim, do ponto de vista externo, a soberania opera como princípio de independência, posto que, perante estrangeiros e organizações internacionais, o Estado atua livremente, com

²⁷ Sovereignty is a complex and contingent institution with both internal (domestic) and external (international) dimensions. Internally, sovereignty is supreme authority. But when supreme authorities interact with one another, each is equal to the other. Domestically sovereignty expresses itself as hierarchy. Internationally it appears as anarchy. But sovereign anarchy embeds states within a system of a mutual recognition.

respeito ao princípio da igualdade e respeito aos direitos dos demais membros da sociedade internacional, nos moldes da ordem internacional formulada nos Tratados de Vestfália.

Nesse sentido, no plano externo o poder é compartilhado por todos os Estados soberanos, os quais, ao ter que se relacionarem entre si, formam um sistema de coordenação, desenvolvido a partir das idéias de compromissos mútuos e obrigação de cumpri-los de boa-fé. Em outras palavras, a soberania é considerada como a grande característica do Estado - pessoa internacional – com capacidade plena de agir.

Rezek (2002, p.215-216) explicita que:

O fato de encontrar-se sobre certo território bem delimitado uma população estável e sujeita à autoridade de um *governo* não basta para identificar o Estado enquanto pessoa jurídica de direito das gentes: afinal, esses três elementos se encontram reunidos em circunscrições administrativas várias, em províncias federadas como a Califórnia e o Pará, até mesmo em municípios como Recife e Caldas Novas. Identificamos o Estado quando seu governo – ao contrário do que sucede com o de tais circunscrições – não se subordina a qualquer autoridade que lhe seja superior, não reconhece, em última análise, nenhum poder maior de que dependam a definição e o exercício de suas competências, e só se põe de acordo com seus homólogos na construção da ordem internacional, e na fidelidade aos parâmetros dessa ordem, a partir da premissa de que aí vai um esforço horizontal e igualitário de coordenação no interesse coletivo. Atributo fundamental do Estado, a soberania o faz titular de *competências* que, precisamente porque existe uma ordem jurídica internacional, não são ilimitados; mas nenhuma outra entidade as possui *superiores*.

Seitenfus e Ventura (1999, p.63) afirmam que “o Estado soberano é aquele que não se encontra numa situação de dependência, jurídica ou geral, em relação a outro Estado”. Enquanto, para Husek (2000, p.109), “a soberania é hoje vista como uma qualidade que os Estados detêm sobre o território e sobre o povo que nele vive, que se consubstancia na exclusividade e plenitude das competências”.

Por fim, conforme afirmação de Mello (2001), a soberania não deve ser compreendida como um conceito estático, mas sim como um processo, dado esta possuir um caráter marcadamente histórico e, por conseqüência, ter a sua interpretação variado no tempo e no espaço, de acordo com a realidade e a necessidade dos Estados, primeiramente, e depois de toda a sociedade internacional. Para ele, a soberania é entendida, hoje, como absolutamente dependente da ordem jurídica internacional. Nesse sentido, soberano é o Estado que está subordinado à ordem jurídica internacional, sem que exista entre ele e o direito internacional qualquer outra coletividade de permeio, constituindo-se como o principal sujeito de direito internacional.

1.4 A Soberania e a negação de sua existência no âmbito internacional

Por constituir um dos fundamentos de toda a sistematização do direito público moderno, o conceito de soberania é de indiscutida importância e, ao mesmo tempo, motivo de inúmeras polêmicas doutrinárias. Ante as controvérsias que cercam a soberania, muitos estudiosos optam por negar a sua existência, alguns inadmitindo, inclusive, o próprio termo.

A partir da consolidação do Estado Moderno, firmaram-se os princípios que consagrariam o conceito de soberania ilimitada. Por ser uma palavra cujo significado, à luz do Direito Internacional, da Ciência Política, do Direito Constitucional e da Economia, encerra inúmeras contradições, as doutrinas contemporâneas não admitem como válidas as concepções tradicionais de soberania absoluta e, baseadas nas realidades do mundo atual, consagram o princípio da soberania como poder *limitado pelo direito*. Tratando-se a soberania, por definição, de um superlativo, uma concepção absoluta, insuscetível de limitação, esta noção não se aplica ao Estado, porquanto, na ordem internacional, o Estado não dispõe de um poder ilimitado e incontrolável (PEREIRA, 2004).

Boson (2000) salienta que o conceito de soberania vem sofrendo forte repulsa por parte dos internacionalistas mais ilustres. Nesse sentido, aponta que, pelas exigências da sociedade internacional, só se pode reconhecer ao Estado *independência limitada*. O que caracterizaria uma situação de interdependência das nações.

Para Kelsen (2005), bem como para os solidaristas franceses, a idéia tradicional de soberania deveria ser eliminada, posto acarretar obstáculos ao desenvolvimento do direito internacional e à evolução da sociedade das nações rumo a uma *civitas maxima*, que constituiria uma sociedade internacional universal, provida de organização completa e única titular do poder soberano. Da mesma maneira, Duguit e Scelle negam a existência de coletividades soberanas, por constituir a soberania uma noção inconciliável com o Direito Internacional. Se a soberania existe, não pode achar-se senão na sociedade humana global (LUZ, 1963).

Na prática, conforme afirma Mello (1999a), nunca existiu uma soberania realmente absoluta, ainda que muitos estudiosos a ressaltassem, na medida em que sua existência tornaria inviáveis as relações internacionais, culminando, pois, no próprio desaparecimento da sociedade internacional. Soberania do Estado e Direito Internacional são termos antagônicos. Para ele, o único período da história em que se chegou perto disso foi no Império Romano. Embora, também em Roma, se admitisse a conclusão de tratados entre iguais (*foedus*) e se respeitasse os enviados de “Estados” estrangeiros.

Para muitos doutrinadores, a soberania não é mais que uma competência delegada, pela sociedade internacional, aos Estados no interesse geral da humanidade, o que resulta no entendimento de que existe não só um direito internacional, mas também um direito supranacional ou humano, estando a liberdade do Estado por eles condicionada – o que acaba por flexibilizar, senão abolir, a própria noção de soberania (MAZZUOLI, 2005).

Para Telles Junior (2001), um governo é soberano somente dentro de seus limites territoriais. Em outras palavras,

nenhum Estado é soberano relativamente a outro Estado. Soberania conota superioridade, supremacia, predominância [...]. Logo, constituiria verdadeiro contra-senso a afirmação de que os Estados são soberanos em suas relações internacionais. [...]. Na relação entre os Estados, o que existe não é soberania, mas *igualdade dos Estados*. (TELLES JUNIOR, 2001, p.121).

Kelsen (2005), assevera que a idéia da igualdade de todos os Estados somente pode ser mantida se baseamos nossa interpretação dos fenômenos jurídicos na primazia do direito internacional, posto que os Estados só podem ser considerados iguais se não forem tidos como soberanos.

Nesse sentido, a partir do pensamento de vários autores, deduz-se a eliminação da soberania em face da ordem jurídica internacional, ou, pelo menos, uma transformação profunda no conteúdo da palavra, que já não traduzirá o sentido originário e tradicional. Todavia, conforme salientado por Martins (1998) a revisão do conceito de soberania, procurando adaptá-lo às condições de vida internacional e às aspirações pacifistas de que se acha animada a civilização contemporânea, acabam por precipitar-lhe a ruína, porque admitir que a soberania possa sofrer restrições é reconhecer que ela, de fato, não existe. As limitações impostas ao conceito de soberania, no sentido de adequá-la as exigências atuais do direito internacional, acaba por atentar contra o seu tríplice sentido: gramatical, lógico e histórico.

As modernas relações internacionais não se compadecem, pois, com a arraigada acepção de soberania, e buscam afastá-la da ordem internacional, a fim de viabilizar uma maior interação entre os Estados, dando-lhes direitos, mas, também, obrigações na ordem internacional. Para muitos, caberia ao Direito Internacional, depois de vencidas as amarras que o conceito de soberania ainda lhe impõe, instituir a paz universal sobre fundações profundas e sólidas, de modo a realizar a aspiração medieval da *civitas máxima* – ideal comum dos contemporâneos (MARTINS, 1998).

Como se viu, o conceito de soberania foi o produto de uma situação histórica, pretendendo, em princípio, a afirmação da sociedade nacional em substituição à sociedade feudal, sendo plausíveis as exageradas prerrogativas atribuídas ao soberano pelos diversos autores, reunidos em

torno de um ideal. Considerada como caráter supremo, desloca-se, mais tarde, para o Príncipe, ora em decorrência da nação ou do povo. Por fim, entendida como atributo do Estado-pessoa, volta-se para o Direito Internacional, onde é negada por muitos e sujeita a revisão por outros (LUZ, 1963).

Contudo, ainda que impossível, modernamente, admitir um Estado com poderes ilimitados, não há como fugir ao entendimento do Estado como entidade soberana, na medida em que não só a terminologia diplomática refere-se à “soberania”, como, ainda, vários acordos, tratados e a própria jurisprudência internacional. Mesmo porque, desde a sua conceituação por Bodin, a soberania vem se manifestando de forma variável no tempo, não se tratando, pois, de um conceito rígido como querem alguns (LUZ, 1963).

Nestas condições, dizer que

a soberania não existe porque precedentemente tinha sido dominial ou um poder pessoal do rei; que, dizendo-se absoluta, não é absoluta, nem indivisível, pois o Estado coexiste com outros corpos e com indivíduos dotados de direito subjetivo próprio. Que sendo absoluta não pode ser limitada; que a limitação por sua própria vontade não é limitação, porque está sempre sujeita a extralimitar-se, é discutir em plano lógico e formal coisas que, sendo *formações* e não *construções* não têm por fim realizar a lógica, mas a vida, e a contradição lógica não tem aí nenhuma importância. (CAMPOS, 1961, p.128).

Assim, todo o Estado civilizado pode ainda hoje chamar-se soberano, por ser a autoridade superior dentro dos limites de sua jurisdição própria, em relação aos seus nacionais ou às pessoas e coisas que se achem dentro de suas fronteiras territoriais, podendo adotar, livremente, a forma de governo e a organização política que julgar preferível; estabelecer a legislação que considerar conveniente; aplicar soberanamente a justiça; organizar sua administração política e judiciária, como lhe parecer mais útil; exercer o domínio sobre seu território. No aspecto externo, um Estado que se considere estritamente ligado, não só pelos acordos internacionais por ele aceitos, mas pelas regras e princípios gerais de Direito Internacional reconhecidas entre as nações civilizadas, não é já “soberano”, no verdadeiro sentido da palavra. Não está livre de infringir as regras e acordos por um exercício arbitrário de sua vontade soberana (LUZ, 1963).

Nesse sentido, entendida (a soberania) em consonância com os ditames das concepções modernas, não há nenhum desvirtuamento das suas tendências mais lídimas, sequer a negação do Direito Internacional moderno, que a pressupõe, necessariamente. Ademais, se desde a sua concepção, a soberania vem sofrendo interpretações em seu conteúdo, com variação, inclusive, dos titulares do poder soberano e das limitações ao seu exercício (direito divino, natural e das gentes), é passível de sofrer, também, as influências da realidade social de nossos dias. Até porque, cada clima histórico tem uma teoria jurídica que lhe é própria (LUZ, 1963).

1.5 Redimensão conceitual da soberania no direito internacional

Tratando-se de um conceito jurídico indeterminado²⁸ e cuja aceção e limites irão variar de acordo com a consciência jurídica e as circunstâncias políticas em cada época histórica, a soberania, para Mello (1999a), é uma das noções mais obscuras e mais polêmicas no âmbito do Direito Público e da Ciência Política. No estágio em que se encontra, hoje, a sociedade internacional, levando-se em consideração o intercâmbio entre os povos e a interdependência dos Estados, nos campos econômico, cultural, científico, social e político, a soberania deve ser entendida sob uma óptica consentânea com os postulados da sociedade internacional, de modo a adequá-la à atual realidade.

Conforme Pereira (2004), na medida em que o processo de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais avançou, reestruturando as relações na ordem internacional, principalmente a partir da segunda metade do século XX, o Direito Internacional Clássico, que nascera como um direito europeu de coexistência, para regular quase que exclusivamente as questões atinentes à guerra e à paz, restou suplantado pela emergência de um novo Direito Internacional, de amplitude verdadeiramente universal, voltado à cooperação, ao associativismo e à solidariedade, pois, cada vez mais, comporta normas de conteúdo variado, centradas em questões políticas, econômicas, científicas e tecnológicas, sociais, culturais, ambientais e, sobretudo, nos direitos humanos.

Observa-se que, quanto mais se desenvolve o Direito Internacional mais se reduz o âmbito da soberania e o poder discricionário dos Estados, o que acaba por abrandar o caráter original do conceito de soberania (DEL'OLMO, 2002). Portanto, além das limitações decorrentes do direito natural, dos ideais de justiça e bem comum e das forças econômicas, a soberania encontra limites, também, no Direito Internacional, sobretudo mediante a celebração de tratados ou compromissos assumidos com outros Estados ou Organizações Internacionais (FARIA, 2003).

Nesse sentido, o conceito de soberania, passa, nos dias atuais, por uma completa transformação, mormente se considerada sua marcada natureza política, as implicações econômicas que lhe são incidentes, as mudanças e os processos históricos que hoje caracterizam, sobremaneira, as ordens interna e externa dos Estados (PEREIRA, 2004).

²⁸ Os conceitos jurídicos indeterminados são expressões vagas utilizadas pelo legislador com o fito de facultar o ajuste de certas normas a uma realidade cambiante ou pouco conhecida, garantido ao intérprete a possibilidade de adequar a legislação às condições socioeconômicas, políticas e culturais que envolvem o caso concreto e condicionam a aplicação da lei (MELLO, 1999a).

Pereira (2004) afirma que a globalização²⁹ acentuou a evidência de que o Estado, como principal ator internacional, perdera parte da antiga importância que lhe fora conferida, a partir da Paz de Vestfália, e que, atualmente, se vê ameaçado em seu poder e limitado, em suas ações internas e externas, pelas forças econômicas e pela redução de seu papel pelo consenso neoliberal e pelas doutrinas minimalistas, que subordinam os Estados, sobretudo as nações periféricas, a organismos multilaterais interventores, tais como, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, entre outros.

A relativização do poder soberano dos Estados pode ser demonstrada, ainda, através da formação de blocos econômicos e instituição de comunidades de caráter supranacional, o que, para alguns, implicaria na divisibilidade e delegabilidade de soberania a órgãos supranacionais.

A esse respeito, Mazzuoli (2005) afirma que um novo conceito de soberania aponta para a existência de um Estado não isolado, mas incluso numa sociedade e num sistema internacional como um todo. Para ele, à medida que os Estados, voluntariamente, assumem compromissos mútuos em convenções internacionais, que diminuem a competência discricionária de cada contratante, suas soberanias são restringidas e isto constitui uma tendência do constitucionalismo contemporâneo, que aponta a prevalência da perspectiva monista internacionalista para a regência das relações entre o direito interno e o direito internacional. Nessa perspectiva, os Estados impõem-se restrições e limites, sem que possam, em seguida, juridicamente, libertar-se, por um ato de vontade própria e exclusiva, dos deveres que impuseram a si mesmos.

Assim como se organizou a sociedade humana, assim como cada indivíduo perdeu sua liberdade pessoal para criar a sociedade humana, corporificada em nações, assim estas hão de perder parte da sua soberania com o fito de criar esse superorganismo necessário à paz do mundo e à felicidade dos homens. Nesse cenário, constata-se a universalização dos princípios da cooperação e da solidariedade, os quais se consubstanciam no sustentáculo do próprio Direito Internacional (MAZZUOLI, 2005).

Os contornos desse novo cenário mundial, que prima pela parceria, estão a indicar a intensificação do regionalismo ou da integração dos Estados, tendo-se como parâmetro a

²⁹ Definida por Castells (*apud* PEREIRA, 2004, p.632-633) como sendo “um processo segundo o qual as atividades decisivas num âmbito de ação determinado (a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do ambiente e o crime organizado) funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta. Trata-se de processo historicamente novo (distinto da internacionalização e a existência de uma economia mundial) porque somente na última década se constituiu um sistema tecnológico (telecomunicações, sistemas de informação interativos e transporte de alta velocidade em um âmbito mundial, para pessoas e mercadorias) que torna possível essa globalização. A informacionalização da sociedade, a partir da revolução tecnológica que se constitui como novo paradigma operante na década de 1970, é a base da globalização da economia. A exitosa *perestroyka* do capitalismo, junto com a fracassada reestruturação do estatismo, conduziu na última década, à constituição de um sistema econômico articulado globalmente, funcionando com regras cada vez mais homogêneas entre as empresas e os territórios que o constituem. Pela primeira vez na história, a economia de todo o planeta é capitalista”.

proximidade geográfica e a afinidade de interesses e de necessidades essenciais (RODRIGUES, 2003). O processo de integração entre os Estados soberanos, estrategicamente, deixa de lado a integração política global, que chocava-se frontalmente com as soberanias nacionais, adotando-se o sistema pragmático de integração por setores fundamentalmente econômicos, visando paulatinamente abolir barreiras para a livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas, cujo propósito maior se concentra na busca de desenvolvimento pelos entes que o protagonizam.

Dentre os organismos regionais que incrementam a seara externa hodiernamente, destacam-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Européia (UE) como os mais lídimos paradigmas de cooperação interestatal; distinguindo-se, contudo, no que toca à intensidade dos laços que estabelecem entre si (RODRIGUES, 2003).

Enquanto a integração no MERCOSUL opera-se num plano intergovernamental, priorizando os interesses de cada Estado-Membro, a UE adota um modelo de integração supranacional, no qual predominam os interesses comunitários em detrimento das unidades estatais que a compõem. Não fora isso, o MERCOSUL apresenta-se institucionalmente dependente dos Estados-Membros, enquanto a UE comporta uma estrutura autônoma, com funcionários exclusivos. Além disso, no MERCOSUL, as normas jurídicas concernentes às decisões comuns não possuem aplicabilidade direta, sendo necessária a sua incorporação ao ordenamento jurídico interno, mediante um processo de internalização. Por sua vez, na UE, vigoram os princípios da regra comunitária sobre a norma interna e da aplicabilidade imediata de seu conteúdo (RODRIGUES, 2003).

Conforme Pereira (2004), a criação da Comunidade Económica Européia (CEE) pelo Tratado de Roma, firmado em 25 de março de 1957, e os sucessos posteriores que redundariam na UE e, portanto, na consolidação da integração do continente após a ratificação do Tratado de Maastricht, como não poderia deixar de ser, operou profundas alterações na natureza da soberania dos Estados-Membros no âmbito interno e externo. As relações que se estabeleceram entre os Estados-Membros a partir de então consolidaram o sistema normativo do Direito Comunitário (Direito Regional), constituindo-se como forte elemento de coordenação e de integração dos Estados-Membros, dada à força impositiva conferida ao poder normativo comunitário frente às legislações nacionais pela transferência de parcelas do poder soberano dos Estados.

Nesse sentido, a UE possui poderes singulares e comporta em seu bojo uma estrutura autônoma, com órgãos que dispõem de campo de atuação específico e de capacidade decisória; concebendo, assim, uma ordem jurídica comunitária distinta dos direitos nacionais individualmente considerados e a estes sobreposta naquelas matérias cuja competência lhe foi fixada (RODRIGUES, 2003). Nessas condições, a organização política que delibera, em última

instância, não é mais o Estado. Daí porque o poder de normatização das comunidades supranacionais seja realizado sem nenhuma interferência do Executivo ou do Legislativo estatal, cujos poderes são anulados por aquele outro poder: o dos órgãos comunitários, cujo direito passa a reger diretamente os indivíduos da organização supranacional (LITRENTO, 1991).

Rodrigues (2003) ressalta, entretanto, que para alcançar a supranacionalidade no âmbito político-jurídico, os membros da União Européia cedem-lhe determinados poderes, a fim de que ela possa atuar com independência em relação aos desígnios políticos que a viabilizaram. Nesse passo, os Estados-Membros, visando à constituição de uma ordem comunitária e à efetiva aplicação das normas dela provenientes, restam por submeter-se às decisões emanadas de seus órgãos.

Portanto, conforme observa Kerber (2001), a supranacionalidade do bloco europeu expressa um poder de mando superior aos Estados-Membros, resultado da transferência de parcelas de suas soberanias operadas pelas unidades estatais em benefício da organização comunitária, permitindo-lhe a orientação e a regulação de certas matérias, tendo em vista os anseios integracionistas.

Cumprido salientar, todavia, que mesmo quando a integração envolve a instituição de órgãos supranacionais, conforme se verifica na União Européia, sua compatibilidade com a soberania não resta afastada, posto que as limitações daí decorrentes são aceitas pelos Estados-Membros como exercício de sua soberania, e não como abandono ou abdicação do poder supremo, implicando na possibilidade de avocação das funções que tiverem sido inicialmente conferidas ao órgão comum. Contudo, Rodrigues (2003) ressalta que, apesar de ser atribuído o direito de denúncia do tratado, o processo de integração é considerado irreversível, sendo bastante remota a possibilidade de algum Estado envolvido efetivar as competências denunciatórias e desligar-se da organização.

Del'Olmo (2002) enfatiza que, com a supranacionalidade não há renúncia nem perda de soberania, mas mera transferência de parcela de seu exercício a um novo organismo institucional. Para ele, há uma renúncia parcial da soberania, uma delegação de parte dela, que não chega a representar uma ruptura propriamente dita, cabendo ressaltar, inclusive, que a própria limitação da soberania deve ser vista como um exercício regular da mesma, na medida em que o Estado entende ser mais consentânea com seus objetivos a instituição da supranacionalidade. Desta maneira, o que se constata com a aproximação e o estreitamento de laços é o fortalecimento e a reafirmação da soberania dos Estados participantes, posto que essa congregação é produto da vontade soberana de seus agentes (RODRIGUES, 2003).

Stelzer (2000) observa que a transferência de parcelas de soberania somente tornou-se possível pela mutação que a acepção de soberania sofreu ao longo do tempo. Acaso a conceituação

de soberania continuasse baseada na idéia de poder absoluto e intangível do Estado, o ato de transferência de parcelas do poder soberano redundaria na própria extinção do Estado. Antes uma e absoluta, a soberania passou, então, a se demonstrar divisível.

Mário Lúcio Soares (2001), refletindo acerca do processo de integração dos Estados, afirma haver uma tendência irreversível de dissolução da soberania do Estado nacional em favor de instituições supranacionais que, acoplados aos inerentes problemas de interdependência e modificações no direcionamento e controle dos regimes políticos e sistemas econômicos dos Estados, pode representar o início de uma ordem mundial universalista.

Para Leão (2002), as grandes mudanças na sociedade internacional exigem uma rediscussão de conceitos, como de soberania nacional, de constitucionalismo, cidadania e Estado. Nesse cenário emerge um novo constitucionalismo, o de caráter integracionista ou regionalizado em blocos, onde haverá a soberania nacional dividida, com ênfase ao princípio de subsidiariedade e reestruturação das funções do Estado.

Nesse aspecto, com relação ao desenvolvimento da União Européia, Almeida (1999, p.169) cita algumas constituições européias que prevêem a possibilidade de transferência de parcelas de soberania, delegando certas competências ao Conselho da União Européia, que passa a exercê-las com supremacia e jurisdição supranacional:

- **Alemanha** (art. 23): “A União Européia. 1. Para a edificação de uma Europa unida, a República Federal da Alemanha contribui para o desenvolvimento da União Européia que deverá respeitar os princípios da democracia, do Estado de Direito, do Estado social e federativo com o princípio da subsidiariedade e que garante uma proteção de direitos fundamentais substancialmente comparável à lei fundamental. Para este efeito, a Federação pode transferir direitos de soberania por uma lei aprovada pelo *Bundesrat*” (Revisão Constitucional de 21/12/92).
- **França** (art. 88-1): “A República participa das Comunidades Européias e da União Européia, constituídas de Estados que escolheram livremente, em virtude dos tratados que as instituíram, de exercer em comum algumas de suas competências” (Revisão Constitucional de 25/06/92).
- **Irlanda** (art. 29): “Nenhuma disposição da presente Constituição torna válidas as normas, atos ou disposições adotadas pelo Estado, com vista a fazer face às suas obrigações de membro da Comunidade e não impede que as normas, atos ou disposições adotadas pela Comunidade ou pelas suas instituições tenham, no Estado, força de lei.”
- **Itália** (art. 11): “A Itália [...] consente, em condições de paridade com os outros Estados, nas limitações de soberania necessárias a uma nova ordem que assegure a paz e a justiça internacionais que tenham este objetivo.”
- **Dinamarca** (art. 20): “As atribuições de que estão investidas as autoridades do Reino nos termos da presente Constituição podem ser delegadas por lei, em termos a determinar, às autoridades interestatais que são criadas para promover a ordem jurídica e a colaboração entre os Estados.”
- **Luxemburgo** (art. 49): “O exercício de atribuições reservadas aos poderes legislativo, executivo e judiciário pode ser temporariamente atribuído a instituições de direito internacional.”

Nesse sentir, a noção de soberania encontra-se em perfeita consonância com a atual realidade internacional consubstanciada nos processos de integração, ainda que envolvam caráter supranacional, os quais devem se sujeitar à expressão dos respectivos povos, através de consultas públicas como forma de imprimir legitimidade democrática à sua instituição, concretizando o princípio de autodeterminação dos povos. Desse modo, não só a soberania não se opõe à integração, como a torna viável (RODRIGUES, 2003).

Diante das relações internacionais atuais, materializada, sobretudo, no contexto econômico e nos processos de integração dos Estados, um novo conceito de soberania passou a ser desenvolvido, qual seja, a *soberania compartilhada*. O poder soberano, por conseguinte, passaria a ser exercido em comum pelas unidades estatais que protagonizam a integração supranacional, em prol de um ou vários objetivos comuns (LORENTZ, 2001).

Conforme Del'Olmo (1999), em atenção a esse novo conceito de soberania, os Estados aceitam delegar atribuições a um organismo superior, com abrangência sobre vários Estados, em benefício de todos, e passam a acatar e respeitar as normas emanadas desse poder superior, dessa instituição supranacional. De outro lado, ainda que submissos a uma comunidade que lhes é autônoma, os Estados conservam o seu poder soberano naqueles temas que lhes são exclusivos.

Na mesma medida, o contexto da soberania compartilhada entre os Estados acaba por consagrar os processos de universalização e internacionalização dos direitos humanos, porquanto, é inegável que a convivência em um mesmo cenário internacional de Estados tão diferentes e com características, interesses e necessidades absolutamente distintas, torna imprescindível a necessária observância dos preceitos humanitários, mesmo que não pactuados (FRENEDA, 2006).

Em se tratando de proteção dos direitos humanos, a acepção clássica de soberania sofre, ainda, outra transformação, na medida em que, no cenário internacional de proteção, os Estados perdem a discricionariedade de, internamente, a seu alvedrio e a seu talante, fazer ou deixar de fazer o que bem lhes convier. Não existem direitos humanos globais, internacionais e universais, sem uma soberania flexibilizada; porquanto, o respeito aos direitos humanos não é assunto de interesse exclusivamente interno de um Estado, mas sim de toda a sociedade mundial (MAZZUOLI, 2005). Nesse sentir, a proteção aos direitos fundamentais do homem é, por conseguinte, considerada assunto de legítimo interesse internacional, pelo fato de dizer respeito a toda a humanidade.

Há, pois, no cenário internacional de proteção dos direitos humanos, um enfraquecimento da noção da não-interferência internacional em assuntos internos, consoante elencado no artigo 2º (7) da Carta das Nações Unidas, flexibilizando, senão abolindo, a própria noção de soberania absoluta. Para Mazzuoli (2005), o princípio da não-ingerência em assuntos internos não pode ser

interpretado com o fim de limitar o mecanismo de monitoramento internacional em sede de direitos humanos. Tais direitos, pela universalidade e indivisibilidade que lhes são iminentes, não dizem respeito a um ou outro Estado, mas a todos indistintamente.

A esse respeito, o Secretário Geral das Nações Unidas, B. Boutros-Ghali (*apud* MAZZUOLI, 2005, p.334) enfatiza que:

Ainda que o respeito pela soberania e integridade do Estado seja uma questão central, é inegável que a antiga doutrina da soberania exclusiva e absoluta não mais se aplica e que esta soberania jamais foi absoluta, como era então concebida teoricamente. Uma das maiores exigências intelectuais de nosso tempo é a de repensar a questão da soberania (...). Enfatizar os direitos dos indivíduos e dos direitos dos povos é uma dimensão da soberania universal, que reside em toda a humanidade e que permite aos povos um envolvimento legítimo em questões que afetam o mundo como um todo. É um movimento que, cada vez mais, encontra expressão na gradual expansão do Direito Internacional.

Em suma, conforme asseverado por Mazzuoli (2005) o sistema de proteção internacional dos direitos humanos das Nações Unidas, neles incluído o direito ao meio ambiente equilibrado, não ameaça a soberania nacional dos Estados, uma vez que seu caráter de proteção é de natureza complementar e subsidiária, incumbindo primordialmente aos Estados a efetiva proteção desses direitos. Apenas no caso do Estado não zelar pela proteção dos mesmos é que o sistema da ONU entra em ação, como meio de se efetivar a proteção internacional dos direitos humanos.

A reboque dos problemas ambientais experimentados pelas Nações do globo terrestre e da implementação do conjunto de regras e princípios oriundos do direito ambiental internacional, surge o conceito de *soberania afirmativa*, como forma de pautar a atuação dos Estados frente ao meio ambiente humano, concebido como um bem que não reconhece fronteiras interestatais.

Pedro (2006) aduz que, atualmente, no âmbito das relações internacionais, impera o conceito de soberania afirmativa, ou seja, os tratados e convenções internacionais deixaram de adotar um conceito formal de autodeterminação ou meramente nominal de soberania nacional para traçar linhas de execução dos seus objetivos. Os diplomas internacionais vêm utilizando o conceito difuso de “direitos de soberania”, vinculando o exercício da soberania a provas materiais de efetivo controle do Estado sobre seu território.

Este novo conceito de soberania alude a uma atuação local concreta do Estado na proteção dos seus recursos naturais, por meio de políticas públicas coerentes e efetivas na conservação e proteção ambiental. O descuido Estatal frente à proteção do meio ambiente justificaria a legítima ingerência de um ou vários Estados em seus assuntos nacionais.

Há que se mencionar, por fim, que, com o aumento da cooperação internacional entre os países, as práticas da ONU³⁰ indicam uma tendência à facilitação da “intervenção” por motivos de interesse internacional comum.

1.6 Soberania na Constituição da República de 1988

A soberania é atributo do Estado, qualquer que seja sua forma, monárquica ou republicana, federativa ou unitária, porque Estado é síntese do poder soberano. Soberania, na definição de Cretella Júnior (1992), é a situação do Estado que não está submetido a outro poder e que, por isso, pode elaborar sua Constituição, ou seja pode editar suas próprias normas, seu direito positivo no mais alto grau, de tal modo que qualquer regra heterônoma só possa valer nos casos e nos termos admitidos pela própria Constituição. Para ele, a soberania é uma força que nasce das circunstâncias históricas e nacionais em que se encontra comprometida a comunidade política em um dado momento de sua existência. Em suma, a soberania é o fundamento, e deve ser o fundamento, de todo e qualquer tipo de Estado.

Na hierarquia das normas, a Constituição está no vértice e representa, dentro do Estado-Nação, o consenso jurídico mais fundamental erigido pela comunidade nacional. Ao estudarmos a soberania no direito constitucional brasileiro, constata-se sua manifestação, de forma mais enfática, na Constituição promulgada em 1988, embora as demais Constituições consagrem vários outros preceitos constitucionais que guardam estreita associação com o conceito da soberania, tais como: (i) interesse nacional; (ii) poder do povo e para o povo; (iii) independência nacional; (iv) autodeterminação dos povos; etc. (OLIVEIRA, Raul, 2000).

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, o Brasil, consoante Cretella Júnior (1992), entra, definitivamente, no rol de países democráticos, firmando-se, assim, como Estado de direito ou Estado democrático. O preceito da soberania é elevado à norma constitucional, sendo consagrado, de forma expressa e explícita, na atual Constituição, como princípio fundamental.

³⁰ Algo revelador sobre o momento vivenciado pela sociedade internacional e os perigos ainda maiores que poderão advir das desordens ambientais em curso aconteceu no dia 17 de abril de 2007, na cidade de Nova York, quando, pela primeira vez, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) discutiu como as mudanças climáticas e os efeitos da degradação ambiental poderão desencadear o aumento de conflitos e guerras. A perda de espécies animais e vegetais e o potencial aumento dos conflitos por recursos hídricos ou de crises humanitárias decorrentes de fluxos migratórios (“refugiados ambientais”) são temas que se anunciam em nosso cotidiano caso se mantenha o atual e insustentável padrão de exploração dos recursos naturais e de poluição do meio ambiente (MONTENEGRO; BOLDUC; DEFURNY, 2007).

No Preâmbulo da Constituição da República de 1988, é afirmado que a sociedade brasileira está comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica de controvérsias³¹.

O artigo 1º consagra a soberania como primeiro fundamento nacional, no sentido de enfatizar a não-sujeição do Brasil a qualquer poder estrangeiro, seja ele derivado de outro Estado ou de Organização Internacional (FILHO, 1990). Em outras palavras, a soberania é aqui entendida no seu aspecto de não-sujeição e independência frente à ordem externa. É a capacidade de editar suas próprias normas, sua própria ordem jurídica, de tal forma que quaisquer regras heterônomas somente possam valer nos casos previstos pela própria Constituição (MORAES, 2007).

Nessa vertente, a Constituição enumera, em seu artigo 4º, algumas regras de atuação perante a sociedade internacional, estabelecendo a independência nacional como princípio orientador do país nas suas relações internacionais (inciso I); diretriz reforçada pelo princípio da autodeterminação dos povos (inciso III); pelo princípio da não-intervenção (inciso IV) e, por fim, pelo princípio da igualdade entre os Estados (inciso V).

De acordo com Moraes (2006), as relações internacionais do Brasil deverão nos princípios de independência (autêntica soberania política e econômica), autodeterminação dos povos (pré-requisito para o pleno exercício de todos os direitos humanos fundamentais), repudiando a intervenção direta ou indireta nas atividades políticas e econômicas de outros Estados.

A Constituição determina ainda, no parágrafo único do artigo 4º, que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos na América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Por meio do citado dispositivo, intenta-se constituir um mercado comum amplo, cuja futura integração dos países deverá ser entendida sob um novo prisma de soberania estatal, onde os Estados, na defesa de sua mútua soberania e existência, renunciariam ao livre exercício de algumas jurisdições, submetendo-as a regras jurídicas comuns (MORAES, 2007).

O parágrafo único do artigo 1º, por sua vez, filia o nosso poder soberano à doutrina da soberania popular, ao estabelecer a clássica afirmativa de que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Esse entendimento é complementado pelo artigo 14, o qual, sob a perspectiva rousseauiano, estabelece que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com

³¹ “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.”

valor igual para todos, e nos termos da lei”, mediante: plebiscito, referendo e iniciativa popular (OLIVEIRA, 2000).

Consoante estrita determinação do artigo 91, o Conselho de Defesa Nacional (CDN) é definido como parte integrante da estrutura do Poder Executivo, constituindo-se órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático. Nesse sentido, nas hipóteses de declaração de guerra, celebração da paz, decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal, nas iniciativas necessárias à garantia da independência nacional, etc., o Conselho de Defesa Nacional deverá ser ouvido, sendo sua atuação de relevante importância à manutenção da soberania do país.

Por certo, há outras referências ao princípio geral e fundamental da soberania no texto da Constituição da República de 1988, os quais, todavia, se mostram dispensáveis para a feitura do presente trabalho, embora seja relevante frisar a importância do princípio da soberania para a interpretação dos demais preceitos constitucionais.

2 O DIREITO AMBIENTAL NA ORDEM INTERNACIONAL

A preocupação com a qualidade ambiental vem crescendo, paulatinamente, com a evolução da sociedade, à medida que os problemas se tornam cruciais e exigem soluções capazes de reduzir os efeitos modificadores sobre o ambiente e propiciar qualidade de vida às gerações presentes e futuras. McCormick (1992), tratando da evolução histórica do movimento ambientalista, afirma que, consideradas todas as revoluções conceituais do século XX, poucas foram as que proporcionaram uma mudança tão grande nos valores humanos quanto à revolução ambientalista. Para ele, embora a mudança tenha sido lenta e o movimento ambientalista date do pós-guerra a destruição da natureza é bem anterior.

Desde seus primórdios, a humanidade vem provocando modificações no meio natural em que vive, nas mais variadas localizações climáticas, geográficas e topográficas, de modo a adequá-lo às necessidades individuais ou coletivas, garantindo, assim, a sobrevivência do homem e o seu desenvolvimento.

Se de início as transformações eram de pequena monta, elas se acentuaram ao longo do tempo, a partir da denominada “Revolução Agrícola”, ocorrida 8 mil anos a.C., e se tornaram mais intensas do século XIX em diante, quando o homem passou a utilizar, de forma sistemática, a eletricidade e os combustíveis fósseis (PHILIPPI JÚNIOR; ROMÉRO; BRUNA, 2004). Em outras palavras, a partir dos impactos gerados pela evolução do modelo de produção sobre os recursos naturais, acelera-se o processo de entropia global, (BARRAL; FERREIRA, 2006).

Nesse aspecto, o homem é o grande agente transformador do ambiente natural, sobretudo se considerada: (i) a escala de aglomeração e concentração populacional; (ii) a diversidade dos recursos extraídos do ambiente; (iii) a velocidade de extração desses recursos, que permite ou não a sua reposição; e (iv) o tratamento de seus resíduos e efluentes (PHILIPPI JÚNIOR; ROMÉRO; BRUNA, 2004).

As preocupações com o meio ambiente são recentes nas legislações internas dos Estados modernos, decorrentes de uma degradação ambiental sem precedentes, motivada por políticas de um desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, que não levavam em conta os impactos das atividades humanas no meio que a circunda. Foi a necessidade de conter a deterioração do ambiente humano ou suas radicais transformações o fator determinante para a elaboração das primeiras normas no ordenamento dos países industrializados, não por acaso, os primeiros a sentir os efeitos deletérios de um crescimento econômico e industrial dissociado da dimensão ambientalista (SOARES, Guido, 2001).

A percepção do dano ambiental faz com que a humanidade busque, de forma solidária e em escala mundial, assumir a responsabilidade por seus atos e atenuar os malefícios ambientais dele decorrentes. Nesse cenário, o Direito do Meio Ambiente é resultado de uma emergência criada pelos fenômenos que o próprio homem engendrou e que culminaram na destruição das relações harmônicas entre a sociedade humana e seu meio circundante, sendo necessário, agora, buscar meios de restabelecer um equilíbrio entre o homem e o seu meio ambiente (SOARES, Guido, 2001).

Todavia, se a questão ambiental, por si só, apresenta-se complexa, a necessidade de enfrentar os impactos então produzidos também se mostra de difícil solução, na medida em que não há como resolvê-los de forma isolada, tornando-se imprescindível a ação conjunta dos Estados e de toda a coletividade, que se traduza em ganhos sociais, econômicos, políticos, financeiros e ambientais a todos os agentes e atores envolvidos.

A tônica da cooperação, enquanto desiderato das relações internacionais e característica do Direito Internacional da atualidade, está presente, sobretudo, no Direito Internacional do Meio Ambiente, na medida em que a proteção ao meio ambiente não se exaure nas obrigações impostas aos Estados nacionais, no que concerne aos comportamentos exigíveis, mas, antes, encontra sua máxima expressão numa série de medidas de cooperação³², coordenação e/ou harmonização de suas políticas e legislações internas, com vistas a evitar condutas causadoras de mal (SOARES, Guido, 2001).

Nesse sentido, despidendo mencionar que as reivindicações de proteção ao meio ambiente, da mesma forma que as medidas tendentes à proteção dos direitos humanos, podem servir, inclusive, para encobrir políticas intervencionistas de natureza comercial internacional, a pretexto de salvaguardar o meio ambiente mundial, assinalando, pois, a complexidade e polêmica do tema.

2.1 Contexto histórico-ambiental

A evolução da tutela ambiental e o direito ao meio ambiente podem ser traçados levando-se em consideração os fatos históricos que marcaram o próprio desenvolvimento do homem na

³² Das quais são exemplos: as análises de impacto ambiental como condição prévia da realização de grandes obras; deveres de informação recíproca; de notificações sobre atividades domésticas a outros Estados; de plena participação dos cidadãos nas decisões impactantes ao meio ambiente; deveres de notificação de acidentes a vizinhos ou a pessoas interessadas; dever de adotar comportamentos conjuntos, nos casos de emergências ou acidentes ambientais (SOARES, Guido, 2001).

sociedade. Muito antes da problemática sócio-ambiental configurar-se como uma crise global houve vários alertas nesse sentido ao longo da história (PELICIONI, 2004). Segundo Paim (2003), a proteção normativa do meio ambiente decorria, inicialmente, de interesses meramente econômicos ou utilitários, ligados à propriedade ou às relações comerciais, desconsiderando a relação de tais fatores com o meio ambiente como um todo. Sob uma perspectiva de inesgotabilidade dos recursos naturais, adotavam-se normas de cunho eminentemente utilitarista, no intuito de evitar a extinção de importantes fontes de renda.

Na Grécia antiga, por reconhecer a importância das florestas na preservação da água e do solo, Platão denunciava problemas de erosão dos solos e desmatamento das colinas da Ática (PELICIONI, 2004). Em Roma, Cícero era crítico contumaz daqueles que abatiam as florestas (BIATO, 2005). A degradação do meio ambiente, principalmente no tocante a poluição do ar, levou o rei Eduardo I, no ano de 1306, a proibir o uso, em Londres, do carvão em fornalhas abertas. No caso de violação, o responsável era obrigado a pagar multa; acaso houvesse reincidência, a fornalha seria demolida; e, por fim, ocorrendo uma terceira violação da proclamação, o responsável pagaria com a própria vida (SILVA, 2002). O I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (Paris, 1923), representa, para muitos, o primeiro passo importante no sentido de abordar o problema ambiental no seu conjunto (SILVA, 2002).

No Brasil, ainda no início do período colonial, combateram-se os aventureiros que pretendiam fazer fortuna derrubando árvores e matando animais para vender suas peles. Em 1635, são criadas as primeiras Conservatórias visando à proteção do Pau-Brasil como propriedade real. Em 1797, foi assinada a primeira Carta Régia sobre a conservação das florestas e madeiras, estabelecendo rigorosas regras para a derrubada de árvores. Já em 1808, Dom João VI funda o Jardim Botânico e, em 1861, Dom Pedro II, determina a plantação da Floresta da Tijuca, com o fito de garantir o suprimento da água para o Rio de Janeiro, o qual encontrava-se ameaçado pelo desmatamento das encostas dos morros (SILVA, 2002; NAZO e MUKAI, 2002). Salienta-se, ainda, que na primeira Conferência Brasileira sobre Proteção da Natureza, realizada em 1934, já havia a consciência da possibilidade de extinção de muitas espécies e ecossistemas (BIATO, 2005).

Nos Estados Unidos, um movimento ambientalista, formado por preservacionistas e conservacionistas, marcou o final do século XIX. Nesse período, os preservacionistas buscavam proteger espécies da flora e da fauna e estimular a constituição de parques naturais protegidos³³.

³³ O “Yellowstone National Park”, criado em 1872, nos Estados Unidos, foi o primeiro parque nacional do mundo.

Em contrapartida, os conservacionistas apoiavam a utilização dos recursos naturais, por meio de um manejo adequado e planejado, ou seja, defendiam a exploração racional.

Após a Segunda Guerra Mundial, a mundialização das questões ambientais, reclamada desde o Congresso de 1923, foi materialmente favorecida pelo desenvolvimento das comunicações durante o pós-guerra e ideologicamente favorecida pela tomada de consciência, pela sociedade mundial, de uma internacionalização objetiva de todas as grandes questões do momento, na medida em que uma guerra mundial acabara de terminar, a guerra fria desenvolvia-se em escala planetária e os armamentos termonucleares representavam uma ameaça à própria sobrevivência da espécie humana (ACOT, 1990). Neste período, segundo Pelicioni (2004), importantes tratados de ecologia passaram a abordar temas relativos às conseqüências das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Contudo, a questão ambiental torna-se ainda mais complexa, quando, após a Segunda Guerra Mundial, a política americana baseada no padrão de consumo quantitativo (*american way of life*) se consolida como parâmetro de mensuração do nível de conforto e desenvolvimento de um país (RUTKOWSKI; LESSA; OLIVEIRA, 1999). Tal padrão passa a ser determinante na qualificação mundial de desenvolvimento.

As instituições internacionais criadas no pós-Segunda Guerra para financiar e estabelecer políticas internacionais a fim de propiciar o desenvolvimento econômico-social mundial, tais como BIRD³⁴, BID³⁵, USAID³⁶ e os diversos órgãos da ONU (FAO³⁷, Unesco³⁸, entre outros), tinham como parâmetro para estabelecer os níveis de desenvolvimento a quantidade de consumo de bens e serviços *per capita*, além do Produto Interno Bruto. (RUTKOWSKI; LESSA; OLIVEIRA, 1999, p.25).

Imaginava-se que os recursos naturais jamais se esgotariam, pois a natureza (entendida como um dado exterior ao homem) seria capaz de auto regenerar-se, minimizando os impactos adversos da atuação humana e, por conseqüência, garantindo o equilíbrio ambiental (SOARES, Guido, 2001). Nesse aspecto, o desenvolvimento era assimilado exclusivamente ao crescimento econômico e, portanto, nenhum aspecto do meio ambiente, da saúde e dos direitos humanos era diretamente compreendido (VARELLA, 2004).

A ilusão da inesgotabilidade dos recursos naturais, segundo Rutkowschi; Lessa e Oliveira (1999), é forjada pelo modelo racionalista, cuja premissa básica é a capacidade infinita da tecnologia de transformar os bens da natureza em recursos, e a da ciência de resolver os problemas

³⁴ Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

³⁵ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

³⁶ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

³⁷ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

³⁸ Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

que, porventura, possam derivar dessa apropriação. Tais produtos, conforme Santos (1996), passam a representar uma terceira natureza (a natureza tecnológica) distinta da natureza propriamente dita e da natureza humana.

O efeito nocivo da ação humana na natureza de modo desenfreado trouxe conseqüências para sua própria existência, como o exemplo ocorrido em dezembro de 1952, quando o ar densamente poluído de Londres (*fog* Londrino) provocou a morte de mais de quatro mil pessoas durante os quatro dias em que perdurou, obrigando a sociedade internacional a adotar medidas tendentes a evitar males irreparáveis³⁹ (SILVA, 2002; ASSUNÇÃO, 2004).

Segundo Silva (2004), a crescente intensidade dos desastres ecológicos despertou a consciência ambientalista por toda a parte, chamando a atenção das autoridades para o problema da degradação do meio ambiente, natural e cultural. Decorrendo daí a necessidade da proteção jurídica do ambiente, com o combate de todas as formas de perturbação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, culminando no surgimento de uma legislação ambiental em todos os países. Sendo interessante ressaltar que, até então, as normas internacionais de proteção ao meio ambiente tutelavam bens específicos como o uso de armas nucleares⁴⁰, a fauna e a flora⁴¹ e a proteção à camada de ozônio⁴² (LAZARONI, 2006).

A Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1954) é, conforme Silva (2002), o primeiro tratado de defesa do meio ambiente propriamente dito, ou mais precisamente, contra a poluição. Em 1969, duas outras convenções sobre o mesmo tema foram assinadas em Bruxelas, embora, nesta época, os Estados não tivessem uma consciência ecológica no seu sentido mais amplo, porquanto, a questão era encarada sob um viés bem mais restrito, de combate a problemas específicos.

A penetração do ideário ambientalista na sociedade, consoante Layrargues (1998), iniciou em meados de 1962, quando da publicação do livro de Rachel Carson, intitulado “Primavera Silenciosa”⁴³, no qual a autora abordava os efeitos nocivos causados às áreas agrícolas americanas pela má utilização dos pesticidas e inseticidas sintéticos, sobretudo o DDT⁴⁴. A publicação desta

³⁹ Um episódio mais recente e de graves conseqüências ocorreu em Bhopal, na Índia, em 1984, onde houve uma liberação acidental de isocianato de metila (composto), provocando a morte de aproximadamente duas mil pessoas. No Brasil, o primeiro *smog* (junção das palavras inglesas *smoke* – fumaça - e *fog* – neblina) de que se tem notícia ocorreu na cidade de São Paulo, em 1972, decorrente das emissões de veículos e indústrias, provocando inversão térmica, com ausência de vento e de chuvas (ASSUNÇÃO, 2004).

⁴⁰ Tratado de Moscou (1963) e Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (1963).

⁴¹ Convenção Africana para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (1968).

⁴² Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1958).

⁴³ “Silent Spring”.

⁴⁴ Sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano, é o primeiro pesticida moderno tendo sido largamente usado após a Segunda Guerra Mundial para o combate dos mosquitos causadores da malária e do tifo.

obra foi um dos acontecimentos apontados como mais significativos para o impulso da revolução ambiental, por ter conscientizado o público quanto às implicações das atividades humanas sobre o meio ambiente e os efeitos adversos da contaminação ambiental (PELICIONI, 2004).

Contudo, segundo Guido Soares (2001), a preocupação ambiental ocorreu quando a sociedade internacional deparou-se com situações emergenciais ou catastróficas, relativas à deterioração do ambiente humano devido a poluições de toda a natureza produzidas pela massiva utilização de tecnologias mal controladas e uma série de catástrofes ecológicas, que constituíam graves ameaças à saúde humana e marcaram de forma decisiva a opinião pública. O naufrágio do petroleiro Torrey Canyon⁴⁵ na Inglaterra, a contaminação da baía de Minamata⁴⁶ no Japão, a poluição atmosférica transfronteiriça⁴⁷, o contínuo envenenamento dos rios por despejos industriais, a perda da cobertura vegetal da terra, a perda da fertilidade do solo, entre outros fatores, marcaram a construção de uma nova fase no mundo, em que a responsabilidade pela sustentabilidade disseminou-se entre diversos atores sociais. Em termos gerais, desde o final da década de 1960, questões como poluição, crescimento populacional e tecnologia passaram a suscitar debates que se traduziram, mais tarde, na fundação do Clube de Roma⁴⁸.

A pretensão do Clube de Roma era mostrar a natureza do crescimento exponencial diante da finitude do planeta e, sobretudo, promover uma reflexão da humanidade em torno de seus rumos para o futuro (LAYRARGUES, 1998). A publicação do primeiro, e talvez mais importante, trabalho do Clube de Roma, intitulado “Limites do Crescimento”⁴⁹, provocou reações imediatas na sociedade internacional, ao prever que a humanidade, dentro de poucas décadas, se confrontaria com os limites de seu crescimento, face ao esgotamento dos recursos naturais. Haja vista que o

⁴⁵ Em março de 1967, o naufrágio do petroleiro Torrey Canyon culminou no derramamento de cerca de 117 mil toneladas de petróleo cru por vários quilômetros da costa da Cornualia (LAZARONI, 2006). A utilização de detergentes não testados para diluir o óleo aumentou o dano biológico (PELICIONI, 2004).

⁴⁶ No ano de 1956, inúmeros casos de disfunções neurológicas foram registrados em famílias de pescadores e animais da região que tinham como fonte de alimento os peixes que se encontravam na baía de Minamata. Após estudos, identificou-se que, desde 1939, a indústria química que havia se instalado nas margens da baía despejava catalisadores gastos em suas águas ameaçando sobremaneira a saúde humana e o próprio ecossistema, face à enorme concentração de mercúrio causadora do mal de Minamata (LAZARONI, 2006).

⁴⁷ Como exemplo, tem-se a poluição transfronteiriça causada pela Fundação Trail Smelter, instalada em Trail, província canadense, que, em suas atividades, emitia grandes concentrações de dióxido de enxofre, poluindo parte do território norte-americano, causando significativa degradação ambiental. Este caso resultou em um acordo de arbitragem firmado entre os Estados Unidos e o Canadá em abril de 1935, com vistas a solucionar a questão da poluição. Na decisão proferida pelo Tribunal Arbitral, em março de 1941, foi reconhecido o direito de que "o Estado tem sempre o dever de proteger outros Estados contra atos injuriosos praticados por indivíduos dentro de sua jurisdição" (SAMPAIO; WOLD; NARDY, 2003). Este caso é apontado por grande parte da doutrina como a primeira manifestação formal do Direito Internacional do Meio Ambiente, quanto às relações bilaterais, servindo de precedente a decisões arbitrais posteriores (SOARES, Guido, 2001).

⁴⁸ O Clube de Roma foi uma associação livre de cientistas, empresários e políticos de diversos países, liderados por Dennis L. Meadows, que se reuniu em Roma, no princípio da década de 1970, para refletir, debater e formular propostas sobre os problemas do sistema global (Layrargues, 1998).

⁴⁹ “The limits to growth: report for the Club of Rome’s on the predicament of mankind”.

meio ambiente é diretamente afetado pelo crescimento populacional, dada à necessidade de maior utilização dos recursos naturais, tanto para a produção de alimentos como para a obtenção de energia (BARRAL; FERREIRA, 2006).

Com a publicação do relatório, um novo paradigma para o desenvolvimento precisou ser urgentemente estabelecido, a partir da compreensão dos componentes econômicos políticos, naturais e sociais interdependentes do sistema global, de forma a minorar os problemas ambientais. Tornava-se imprescindível agir rapidamente para a obtenção do equilíbrio global, a partir do reconhecimento dos limites do crescimento econômico e populacional, razão pela qual recomendaram uma política de não-crescimento ou crescimento zero (PELICIONI, 2004).

Em observância às recomendações procedentes da Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, conhecida como “Conferência da Biosfera”, realizada pela UNESCO, em Paris, no ano de 1968, e à solicitação da delegação sueca presente à XXIII Assembléia Geral da ONU (1969), em favor de uma conferência sobre o meio ambiente, a ONU convoca, em 1972, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como “Conferência de Estocolmo” (PELICIONI, 2004).

2.2 Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente

A Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano⁵⁰, sediada na cidade de Estocolmo, na Suécia, em 1972, reunindo 113 países, foi o primeiro fórum intergovernamental realizado para discutir as questões políticas, sociais e econômicas geradoras de impactos no meio ambiente, com a perspectiva de suscitar medidas corretivas e de controle (PELICIONI, 2004). Fato que selou o definitivo nascimento do Direito Internacional do Meio Ambiente (SOARES, Guido, 2001).

Na época, a idéia de realização de uma Conferência acerca do meio ambiente não teve uma repercussão positiva entre os países em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia e a China, por exemplo, que vislumbravam um desenvolvimento agroindustrial acelerado, inspirados no modelo proposto pelos países desenvolvidos. As recomendações quanto à necessidade de investimentos e

⁵⁰ Convocada a partir da aprovação da Resolução nº 2.398, em dezembro de 1968, pela Assembléia Geral da ONU.

medidas relativas à proteção ambiental pareciam constituir entraves ao progresso, além de uma estratégia de ingerência na autonomia interna dos mesmos (PELICIONI, 2004).

As questões ambientais tinham importância secundária para os países em desenvolvimento, já que seus maiores desafios eram a pobreza e as seqüelas dela decorrentes: privação de alimento, moradia, vestuário, educação, saúde, etc. (SILVA, 2002). Por isso, os representantes desses países resistiram ao reconhecimento das tormentosas questões ambientais como uma realidade que necessariamente deveria ser considerada (PELICIONI, 2004).

Em uma das reuniões preparatórias da Conferência, o embaixador Miguel Osório de Almeida, então representante do Brasil, declarou que:

[...] se toda a poluição gerada pelos países industrializados pudesse ser retirada do mundo, a poluição mundial seria quase insignificante; ao contrário, se toda a poluição atribuível diretamente a atividade em países subdesenvolvidos pudesse ser retirada hoje do mundo, todos os perigos ligados à poluição continuariam a existir com praticamente a mesma intensidade. (SILVA, 2002, p.30).

Naquele momento, o dilema mais urgente era dar a dois terços da humanidade condições básicas de sobrevivência, compatíveis com a dignidade humana. Para tanto, os países industrializados tinham a obrigação moral de facilitar a transferência de tecnologias limpas em condições não-comerciais, assim como de garantir assistência financeira aos países em desenvolvimento (SILVA, 2002). Em outras palavras, enquanto o norte desenvolvido clamava por proteção ambiental, o sul reivindicava acesso ao desenvolvimento (BARRAL; FERREIRA, 2006).

Layrargues (1998) afirma que o embate entre os países do Norte e os do Sul, a respeito das responsabilidades pela possível catástrofe mundial decorrente da explosão demográfica, culminou numa queda-de-braço, agora quanto à responsabilidade da poluição do planeta. Sendo relevante questionar, enfim, o que seria mais impactante para o meio ambiente: a poluição da riqueza (consumismo exagerado) ou a advinda com a pobreza (explosão demográfica)⁵¹.

E, nessa perspectiva, conforme observa Carvalho (1991) verifica-se claramente o paradoxo do “desenvolvimento” sustentado nas desigualdades sociais, cujo modelo de crescimento e o padrão de consumo dos países desenvolvidos são impostos às elites dos países em desenvolvimento, significando a manutenção de um estilo de vida dos segmentos mais ricos e a perpetuação da iniquidade global⁵². Nesta medida, há, simultaneamente, uma dupla agressão aos

⁵¹ Embora não se possa negar que o crescimento populacional tenha um grande impacto no meio ambiente, ele é de longe superado pelo exagerado consumo dos países industrializados. Em um serviço de recenseamento realizado nos Estados Unidos, no ano de 2002, constatou-se que um norte americano, por exemplo, consome, em média, 88 vezes mais energia do que um morador de Bangladesh (MONBIOT, 2004).

⁵² Conforme Pelicioni (2004), as estatísticas fornecidas pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas demonstram que os países denominados de Primeiro Mundo contabilizam cerca de 25% da população mundial e

ecossistemas: (i) a primeira representada pelo consumo ostentatório, com o desperdício e o lixo excessivo; (ii) a segunda manifestada com o subconsumo, condições miseráveis de vida e o uso excessivo dos poucos recursos disponíveis.

A crise ecológica, neste momento, desvia o embate geopolítico em termos planetários: tradicionalmente centrado na polaridade do eixo horizontal, Leste – capitalismo, e Oeste – comunismo, sofrendo, paulatinamente, um desvio para a polaridade centrada no eixo vertical, Norte – industrializado, e Sul – não-industrializado (LAYRARGUES, 1998).

Apesar de todas as controvérsias surgidas entre os países favoráveis à idéia de crescimento zero e aqueles da corrente desenvolvimentista⁵³, a Conferência fortaleceu a idéia de que as preocupações ambientais não deveriam constituir um entrave ao desenvolvimento, porém ser parte do processo, na medida em que o meio ambiente deve constituir a principal preocupação da humanidade, pois o futuro da Terra e do homem depende das condições ambientais (PELICIONI, 2004). Na visão de Barral e Ferreira (2006), estava preparado o terreno para o surgimento do *desenvolvimento sustentável*, que na Conferência de 1972 receberia a denominação de *ecodesenvolvimento*.

Nesse sentido, a Conferência teve como principais resultados: (i) a formulação de uma legislação internacional concernente a algumas questões ambientais; (ii) a recriminação à opressão e ao colonialismo; (iii) a emergência das Organizações Não-Governamentais (ONGs) como atores sociais importantes; (iv) o incentivo à implementação de políticas públicas, de órgãos ambientais estatais e de cooperação internacional; (v) a instituição do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA)⁵⁴; (vi) a recomendação de que fosse realizada uma conferência internacional específica para se discutir a educação ambiental, tida como elemento fundamental para o combate à crise ambiental; (vii) além da adoção da Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PELICIONI, 2004).

consomem, aproximadamente, 70% da energia produzida, 85% das madeiras, 75% dos metais e 60% dos alimentos produzidos.

⁵³ O Brasil, desde o início, apresentou-se favorável à corrente desenvolvimentista. Para o Embaixador Araújo Castro, os planos submetidos à Comissão Preparatória identificavam-se com os problemas e preferências dos países industrializados e não levavam em conta as necessidades e as condições dos países em desenvolvimento. Por meio da conservação de certas áreas e regiões, buscava-se um equilíbrio ambiental global como forma de compensar os fatores de poluição criados em abundância nos países desenvolvidos (SILVA, 2002).

⁵⁴ O PNUMA, instituído, através da Resolução 1.897, fomentou, durante a década de 80, grande parte das pesquisas científicas realizadas sobre mudanças climáticas, evidenciando que um dos maiores problemas ambientais a serem enfrentados pela comunidade internacional é a emissão demasiada de gases causadores do efeito estufa. Os resultados das pesquisas realizadas pelo PNUMA levaram à formação do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 1988, organizado pelo PNUMA e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), passando a ser o principal responsável pelas previsões sobre o aquecimento global, amplamente divulgado pela mídia internacional (MÖLLER, 2007).

Na Declaração sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo (1972), com seu Preâmbulo de sete pontos e os famosos vinte e seis princípios, restou definido que o homem só pode se desenvolver, nas mais diversas acepções do termo, se, em razão da interdependência da humanidade com o meio que o circunda, buscar equilíbrio entre a dimensão humana e a dimensão natural do ambiente. Embora não estabeleça nenhuma regra concreta, a Declaração de Estocolmo propiciou a primeira moldura conceitual para a formulação e aplicação estruturada do Direito Internacional do Meio Ambiente (SAMPAIO; WOLD; NARDY, 2003).

Em seu item 1, a Declaração de Estocolmo proclama que:

1. O homem é, a um tempo, resultado e artífice do meio que o circunda, o qual lhe dá o sustento material e o brinda com a oportunidade de desenvolver-se intelectualmente, moral e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para que ele goze de todos os direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma. (U.N, 1973, tradução nossa)⁵⁵.

Consoante disposto em seu item 2, “a proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos” (U.N, 1973, tradução nossa)⁵⁶. Há, assim, o reconhecimento de que o meio ambiente e o desenvolvimento eram indivisíveis e não poderiam ser considerados de forma isolada, relacionando-se o conceito de interesse comum da humanidade tanto com o meio ambiente como com o desenvolvimento (TRINDADE, 1993).

Nos dois primeiros dispositivos da Declaração de Estocolmo depara-se com o reconhecimento de que o homem tem o direito ao desfrute de condições de vida adequada em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar.

Na segunda parte do item 3, identifica-se a preocupação com a degradação do meio ambiente decorrente das ações humanas e suas conseqüências prejudiciais para a vida:

⁵⁵ “1. Man is both creature and moulder of his environment, which gives him physical sustenance and affords him the opportunity for intellectual, moral, social and spiritual growth. In the long and tortuous evolution of the human race on this planet a stage has been reached when, through the rapid acceleration of science and technology, man has acquired the power to transform his environment in countless ways and on an unprecedented scale. Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights the right to life itself.”

⁵⁶ “2. The protection and improvement of the human environment is a major issue which affects the well-being of peoples and economic development throughout the world; it is the urgent desire of the peoples of the whole world and the duty of all Governments.”

3. [...] Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos: grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha. (U.N, 1973, tradução nossa)⁵⁷.

No item 4, ressalta-se a pobreza e a desigualdade social como fatores responsáveis pelos danos ambientais em países em desenvolvimento ao mesmo tempo em que o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico constituem, nos países desenvolvidos, fatores de degradação do ambiente.

4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguarda e melhora do meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente ligados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico. (U.N, 1973, tradução nossa)⁵⁸.

Conforme Silva (2002), a principal virtude da Declaração adotada na Conferência de Estocolmo é a de haver reconhecido que os problemas ambientais apresentados pelos países em desenvolvimento eram e continuam a ser distintos dos países industrializados; embora este reconhecimento não possa, contudo, favorecer a adoção de regras menos rígidas pelos países em desenvolvimento.

Na Conferência de Estocolmo, mostrava-se evidente a dialética complexa entre a pobreza, a riqueza e a degradação do meio ambiente. Em outras palavras, a destruição da natureza era causada pelas duas extremidades da pirâmide social, os ricos, no topo da pirâmide, e os pobres, na base (VARELLA, 2004).

Enquanto nos países desenvolvidos os problemas ambientais decorrem da manutenção de um estilo de vida baseado no consumismo e no desperdício, que preconiza altos níveis de consumo

⁵⁷ “3. [...] We see around us growing evidence of man-made harm in many regions of the earth: dangerous levels of pollution in water, air, earth and living beings; major and undesirable disturbances to the ecological balance of the biosphere; destruction and depletion of irreplaceable resources; and gross deficiencies, harmful to the physical, mental and social health of man, in the man-made environment, particularly in the living and working environment.”

⁵⁸ “4. In the developing countries most of the environmental problems are caused by under-development. Millions continue to live far below the minimum levels required for a decent human existence, deprived of adequate food and clothing, shelter and education, health and sanitation. Therefore, the developing countries must direct their efforts to development, bearing in mind their priorities and the need to safeguard and improve the environment. For the same purpose, the industrialized countries should make efforts to reduce the gap themselves and the developing countries. In the industrialized countries, environmental problems are generally related to industrialization and technological development.”

de energia, água e matérias-primas para sustentar a produção de bens e produtos, nos países em desenvolvimento os grandes impactos ambientais resultam, freqüentemente, da poluição e contaminação da água e do solo em virtude da inadequada disposição de resíduos industriais, da falta de saneamento básico, dos lixões a céu aberto, da destruição da biodiversidade em decorrência de desmatamentos e queimadas, além da exploração desenfreada das fontes de matérias-primas (PELICIONI, 2004). Tendo isto em mente, a eliminação da pobreza e a adoção de estilos de vida compatíveis com os meios ecológicos finitos do planeta são essenciais aos aprimoramentos ambientais sustentados (TRINDADE, 1993).

Nesse sentido, os demais dispositivos da primeira parte da Declaração invocam a necessidade de reorientação da relação do homem com o meio natural, através da elaboração de normas internas e da ação conjunta da sociedade internacional, de forma a preservar e melhorar o meio ambiente humano em benefício do homem e de sua posteridade. A percepção da inevitável e crescente interdependência dos Estados e o reconhecimento da existência de um verdadeiro “destino comum” resulta na crescente importância da cooperação, enquanto função e objetivo do direito internacional (NASSER, 200-).

Sob este enfoque, a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, por meio de seus Princípios, busca oferecer, à sociedade internacional, inspiração e guia para garantir a melhoria da qualidade do meio ambiente humano. Embora, no plano internacional, tais princípios não sejam, tecnicamente, considerados obrigatórios, Sampaio; Wold e Nardy (2003) salientam a importância dos mesmos para a proteção do meio ambiente, em âmbito local e internacional, por influenciarem a estruturação do direito ambiental interno e por serem efetivamente aplicados pelos formuladores da política ambiental internacional.

Nessa linha, a Declaração, já em seu primeiro princípio, reconhece o direito ambiental como direito humano fundamental, constituindo-se, pois, como um prolongamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem⁵⁹(PAIM, 2003):

Princípio 1. O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas. (U.N, 1973, tradução nossa, grifo nosso)⁶⁰.

⁵⁹ Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

⁶⁰ “Principle 1. Man has the fundamental right to freedom, equality and adequate conditions of life, in an environment of a quality that permits a life of dignity and well-being, and he bears a solemn responsibility to protect and improve the environment for present and future generations. In this respect, policies promoting or perpetuating apartheid, racial

Dentre os Princípios consagrados na Conferência de Estocolmo, o Princípio 21 é o mais significativo. Nele, reforça-se a autonomia e o poder soberano dos Estados no tocante à exploração de seus recursos naturais, ressalvada a responsabilidade dos mesmos de assegurar que as atividades exercidas em sua jurisdição não prejudiquem o ambiente de outros Estados.

Princípio 21. Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, *os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.* (tradução nossa, grifo nosso)⁶¹.

Neste caso, um Estado é obrigado a tolerar as conseqüências das atividades lícitas desempenhadas por outro Estado, embora afetando o seu território, desde que os efeitos extraterritoriais daí decorrentes não se traduzam em lesão ou prejuízo de conseqüências gravosas ao meio ambiente e à população. Silva (2002) salienta, inclusive, que a primeira parte do Princípio 21 foi acolhida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar⁶², em seu artigo 195⁶³, cujo dispositivo passou a ser de aceitação e observância obrigatórias para os países a ela vinculados.

Caso o Estado, no exercício de suas atividades, afete outros Estados ou áreas fora de sua jurisdição, pode-se responsabilizá-lo pelos danos ambientais causados e pela indenização às possíveis vítimas, consoante elencado no Princípio 22⁶⁴ da Declaração.

segregation, discrimination, colonial and other forms of oppression and foreign domination stand condemned and must be eliminated.”

⁶¹ “Principle 21. States have, in accordance with the Charter of the United Nations and the principles of international law, the sovereign right to exploit their own resources pursuant to their own environmental policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction.”

⁶² Adotada em Montego Bay, Jamaica, na data de 30 de abril de 1982.

⁶³ “**Art. 21. Leis e regulamentos do Estado costeiro relativos à passagem inofensiva**

1. O Estado costeiro pode adoptar (*sic*) leis e regulamentos, de conformidade com as disposições da presente Convenção e demais normas de direito internacional, relativos à passagem inofensiva pelo mar territorial sobre todas ou alguma das seguintes matérias:

- a) segurança da navegação e regulamentação do tráfego marítimo;
- b) protecção (*sic*) das instalações e dos sistemas de auxílio à navegação e de outros serviços ou instalações;
- c) protecção (*sic*) de cabos e ductos;
- d) conservação dos recursos vivos do mar;
- e) prevenção de infracções (*sic*) às leis e regulamentos sobre pesca do Estado costeiro;
- f) preservação do meio ambiente do Estado costeiro e prevenção, redução e controle da sua poluição;
- g) investigação científica marinha e levantamentos hidrográficos;
- h) prevenção das infracções (*sic*) às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários do Estado costeiro [...]”. (MAZZUOLI, 2006, p.320-321).

⁶⁴ “Princípio 22. Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem a zonas fora de sua jurisdição.” (U.N, 1973, tradução nossa) “Principle 22. States shall cooperate to develop further the international law regarding liability and

Por sua vez, nos Princípios 23⁶⁵ e 24⁶⁶ da Declaração, infere-se o reconhecimento das diferenças havidas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, no tocante aos valores prevalentes em cada país, ao desenvolvimento tecnológico, ao poder econômico, etc., devendo-se promover a cooperação de todos para a proteção e o melhoramento do meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os Estados.

Nessa vertente, a Declaração reconhece a responsabilidade comum dos Estados quanto à proteção do meio ambiente, porém, de forma diferenciada, dada às características e deficiências apresentadas pelos países em desenvolvimento frente aos países industrializados (LAZARONI, 2006).

Conforme Silva (2002), os países industrializados deveriam colaborar desinteressadamente com os países em desenvolvimento, mediante assistência técnica e adoção de leis severas destinadas a proibir a exportação de produtos nocivos ao ambiente e à saúde humana, como pesticidas e herbicidas, para populações de baixo nível educacional.

De igual modo, era necessário impedir a transferência de indústrias para países onde a mão-de-obra era mais barata, nos quais as exigências e as normas de proteção ambiental eram menos severas do que nos países onde têm as suas sedes. O caso de Bhopal, na Índia, constitui exemplo flagrante deste tipo de abuso (SILVA, 2002).

compensation for the victims of pollution and other environmental damage caused by activities within the jurisdiction or control of such States to areas beyond their jurisdiction.”

⁶⁵ “Princípio 23. Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.” (U.N, 1973, tradução nossa) “Principle 23. Without prejudice to such criteria as may be agreed upon by the international community, or to standards which will have to be determined nationally, it will be essential in all cases to consider the systems of values prevailing in each country, and the extent of the applicability of standards which are valid for the most advanced countries but which may be inappropriate and of unwarranted social cost for the developing countries.”

⁶⁶ “Princípio 24. Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.” (U.N, 1973, tradução nossa) “Principle 24. International matters concerning the protection and improvement of the environment should be handled in a cooperative spirit by all countries, big and small, on an equal footing. Cooperation through multilateral or bilateral arrangements or other appropriate means is essential to effectively control, prevent, reduce and eliminate adverse environmental effects resulting from activities conducted in all spheres, in such a way that due account is taken of the sovereignty and interests of all States.”

No Brasil, uma das conseqüências diretas da realização da Conferência de Estocolmo, foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)⁶⁷, que iniciou suas atividades em janeiro de 1974 (SOARES, Guido, 2001).

Decorridos dez anos desde a realização da Conferência de Estocolmo, a sociedade internacional constatava, com grande preocupação, que aumentava a destruição do meio ambiente, assim como o uso indiscriminado dos recursos não-renováveis da natureza. As ações conjuntas implementadas pelas organizações internacionais, intergovernamentais e não-governamentais não obtinham êxito ao tentarem instituir normas legais destinadas a impedir a degradação ambiental. Os poucos tratados internacionais firmados consolidavam o denominado *soft law*⁶⁸, no qual se exortava as partes contratantes a agir desta ou daquela maneira, sem, contudo, adotar normas capazes de obrigá-las a tanto (SILVA, 2002).

Em outras palavras, os instrumentos normativos de proteção ao meio ambiente resultantes da atividade diplomática dos Estados não tinham caráter obrigatório (no sentido vinculante), embora fornecessem algum grau de previsão sobre condutas dos atores sociais e até mesmo uma expectativa em relação a essas condutas. A qualificação desses instrumentos como sendo de *soft law* decorre do entendimento de que eles são portadores de um direito que ainda não é, mas virá a ser (NASSER, 200-).

Tendo-se em vista que o progresso em matéria ambiental fora insignificante, a Assembléia da ONU convoca uma nova Conferência, mas que, em razão da anterioridade, inúmeras medidas provisórias deveriam ser tomadas, iniciando-se pela criação, em 1983, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), a qual foi presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, cujas atividades encerraram-se oficialmente em dezembro de 1987, com a entrega de seu Relatório à Assembléia Geral das Nações Unidas (SILVA, 2002).

Nesse passo, o ano de 1987 constituiu um marco na evolução do pensamento ambientalista mundial, em razão da publicação do manifesto “Nosso Futuro Comum”⁶⁹, também conhecido como “Relatório Brundtland”, pela CMMAD (PELICIONI, 2004). O objetivo precípua da Comissão era reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e, por conseguinte, propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar a adoção de

⁶⁷ Instituída, no âmbito do Ministério do Interior, pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Extinta, posteriormente, pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

⁶⁸ Segundo Nasser [200-], as normas internacionais, especialmente as contidas nos tratados internacionais, serão consideradas *soft* se possuírem uma ou várias das seguintes características: (i) disposições genéricas de modo a criar princípios e não propriamente obrigações jurídicas; (ii) linguagem ambígua ou incerta impossibilitando a identificação precisa de seu alcance; (iii) conteúdo não exigível, como simples exortações e recomendações; e, por fim, (iv) ausência de responsabilização e de mecanismos de coercibilidade (tribunais).

⁶⁹ “Our Common Future”.

políticas e ações que integrassem o desenvolvimento econômico à questão ambiental. Nesse relatório foi expresso, pela primeira vez, o conceito de *desenvolvimento sustentável*, definido como aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades e interesses⁷⁰ (PELICIONI, 2004).

O Relatório Brundtland ressaltou, ainda, que a pobreza também constitui fator de poluição ambiental, na medida em que os pobres, para sobreviver, destroem seu próprio meio ambiente, derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem o solo e promovem o êxodo rural para cidades cada vez mais congestionadas (SILVA, 2002).

A Comissão classificou, então, os principais problemas ambientais da seguinte forma: (i) problemas ligados à poluição ambiental, nela incluídas as emissões de carbono para a atmosfera, as mudanças climáticas, a poluição do ar e das águas, assim como os efeitos nocivos dos produtos químicos e dos rejeitos radioativos; (ii) questões ligadas aos recursos naturais, tais como a diminuição das florestas, perda da biodiversidade, erosão e desertificação do solo, mau uso da energia, degradação das águas e diminuição dos recursos vivos do mar; (iii) problemas sociais ligados ao homem, como o uso, ordenação e ocupação do solo, suprimentos de água, serviços sanitários, sociais e educativos, administração do crescimento urbano (SILVA, 2002).

Diante dos problemas apresentados no Relatório Brundtland, a Comissão sugeriu, dentre outras coisas, que a Assembléia Geral da ONU deveria considerar a conveniência de se convocar uma nova conferência internacional, no intuito de avaliar os progressos obtidos. A recomendação da Comissão culminou na aprovação da Resolução nº 44/228⁷¹, em dezembro de 1989, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, cujas disposições foram fundamentais na preparação da Conferência de 1992, por sinalizar os assuntos que deveriam ser tratados na reunião, quais sejam: proteção da atmosfera; diminuição da camada de ozônio; poluição transfronteiriça do ar e combate à mudança climática; proteção e melhoria da qualidade da água potável; proteção dos oceanos, mares, zonas costeiras e dos recursos vivos do mar; proteção e administração dos recursos terrestres mediante o combate ao desmatamento, desertificação e secas; conservação da diversidade biológica; administração da biotecnologia, respeitando-se os padrões ambientais

⁷⁰ No original: “1. Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. It contains within it two key concepts:

- the concept of 'needs', in particular the essential needs of the world's poor, to which overriding priority should be given; and
- the idea of limitations imposed by the state of technology and social organization on the environment's ability to meet present and future needs.” (U.N., 1987).

⁷¹ “A Resolução nº 44/228 incluiu, dentre os objetivos da Conferência do Rio de Janeiro, o desenvolvimento do direito ambiental internacional, levando em linha de conta a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.” (SILVA, 2002, p.19-20).

aplicáveis; administração de rejeitos de natureza tóxica e proibição do tráfico ilícito internacional de rejeitos tóxicos perigosos (SILVA, 2002).

Um dos grandes méritos da Resolução de convocação da Conferência de 1992 foi a ênfase dada à necessidade da erradicação da pobreza e à importância de um desenvolvimento sustentável. Nesse passo, a Conferência de Estocolmo tratou do meio ambiente, enquanto a realizada em 1992 foi sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, ou seja, enfoques bastante distintos (SILVA, 2002). A Conferência de 1992 era vista por seus organizadores, nas palavras de Maurice Strong (1997, p.9), como “um ponto decisivo na pesquisa de uma nova ordem internacional”.

2.3 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Passados vinte anos da Conferência de Estocolmo, a ONU promoveu um novo encontro internacional na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (*United Nations Conference on Environment and Development – UNCED*), Cúpula da Terra, Rio-92 ou ECO-92, para que se pudesse avaliar como os países haviam efetivado as diretrizes de proteção ambiental traçadas na Conferência de 1972 e discutir os procedimentos a serem adotados em questões específicas, como as mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade, etc. (PELICIONI, 2004).

A Conferência reuniu 178 delegações governamentais e contou com a plena participação da sociedade civil, estabelecendo as bases que deveriam orientar a atuação dos países para a melhoria das condições sociais e ambientais, tanto no âmbito local quanto planetário. Haja vista que os problemas antes tidos como locais passaram a ter dimensões globais, como a poluição provocada pelas chuvas ácidas, que afetam todo o hemisfério norte. De igual modo, danos ambientais que se supunha atingir somente a geração atual poderão afetar a saúde e o bem-estar das futuras gerações, como a perda de recursos genéticos, os malefícios causados pelos rejeitos radioativos e os danos à camada de ozônio (SILVA, 2002).

A Conferência de 1992 produziu como principais resultados: (i) a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; (ii) a Agenda 21; (iii) a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima; (iv) a Convenção sobre Diversidade Biológica; (v) a Comissão de Desenvolvimento Sustentável; (vi) um acordo para negociar uma convenção mundial sobre desertificação; e (vii) a Declaração de Princípios para o Manejo Sustentável de Florestas (BARRAL; FERREIRA, 2006).

Por outro lado, os princípios que emergiram na Declaração de Estocolmo, tornaram-se, a partir da Conferência de 1992, muito mais concretos, estruturando-se em formulações mais precisas e detalhadas, para a proteção do meio ambiente (SAMPAIO; WOLD; NARDY, 2003).

No seu primeiro princípio⁷², a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente externa sua característica antropocêntrica ao atribuir ao homem o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, colocando-o em posição de destaque como o centro de todas as preocupações (PIRES, 2006). Nesse passo, o *princípio da responsabilidade intergeracional* (ou *princípio da equidade intergeracional*) reforça a noção de solidariedade humana, preocupando-se com a perpetuação da espécie humana em um ambiente sadio (entendido como um bem da humanidade), com equidade de acesso aos recursos naturais (BARRAL; FERREIRA, 2006). Donde cada geração é a um tempo usuária e guardiã do nosso patrimônio comum natural e cultural, e deveria assim deixá-lo para as gerações futuras em condições não piores do que o recebeu (TRINDADE, 1993).

Em última análise, os direitos generacionais, acompanhados das obrigações correspondentes de uso (conservar os recursos, assegurar o uso equitativo, evitar impactos adversos, prevenir desastres e minimizar o dano, etc.), são, por definição, direitos coletivos, de que é titular uma geração em relação a outras gerações, e definidos pela posição de cada geração no tempo (TRINDADE, 1993).

Reafirmando o disposto na Declaração adotada em Estocolmo e buscando avançar a partir dela, a Declaração do Rio, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, dispôs em seu segundo princípio que:

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, têm o direito soberano de explorarem os seus próprios recursos de acordo com as suas políticas de ambiente e desenvolvimento próprias, e a responsabilidade de assegurar que atividades exercidas dentro da sua jurisdição ou controle não prejudiquem o ambiente de outros Estados ou de áreas para além dos limites da jurisdição nacional. (MAZZUOLI, 2006, p.871).

Embora o reconhecimento do *princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais* seja uma repetição do Princípio 21 adotado na Declaração de Estocolmo, a insistência na tese de soberania sobre os recursos naturais e responsabilidade por danos ambientais transfronteiriços fez-se relevante, na medida em que a pressão contra a adoção deste princípio era enorme, tanto assim que a Resolução nº 44/228 também julgou necessário insistir no conteúdo do

⁷² “**Princípio 1:** Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.” (MAZZUOLI, 2006, p.871).

mencionado dispositivo. Em consequência, o princípio 21 tornou-se uma das pedras angulares do direito ambiental internacional (SILVA, 2002).

Às vésperas da realização da Rio-92, o propósito de alguns países industrializados de evitar a referência ao direito soberano do Estado sobre seus recursos naturais suscitou uma justificada reação dos países em desenvolvimento, uma vez que o fim buscado era o de legitimar a tese do dever de ingerência, a ser exercido, individual ou coletivamente, pelos Estados, em caso de inobservância das normas de proteção ambiental (SILVA, 2002). Conforme mencionado por Martin (1998) o reconhecimento de que a poluição constitui um problema que ultrapassa os limites territoriais dos Estados passou a servir de argumento para que não mais se respeitasse o princípio da inviolabilidade das fronteiras, como ocorreu na invasão norte-americana do Panamá, no final de 1989.

As pressões externas repercutiram de forma direta no Brasil, vez que a mobilização internacional traduziu-se numa tentativa de ingerência no tratamento de problemas ambientais relacionados à Amazônia brasileira, sugerindo-se que o Brasil abrisse mão de parte de sua soberania e apoiasse a criação de uma entidade supranacional para velar pela preservação ambiental da região. O Ex-presidente da França, François Mitterrand, foi um dos principais articuladores da tese de diminuição da soberania, sendo-lhe atribuída a idéia de que “em se tratando de questões de meio ambiente, o conceito de soberania dos povos deve ser revisto”, de forma a permitir o controle internacional de reservas ecológicas de importância para toda a humanidade, como a Amazônia (SILVA, 2002, p.53).

O denominado dever de ingerência, bem mais drástico do que um direito de ingerência, está ligado à noção de *enforcement* (coerção), ou seja, de execução em caso de configuração de um dano ambiental, que, por seu turno, liga-se à outra questão bastante complexa na sociedade internacional, qual seja, a responsabilidade internacional (SILVA, 2002).

Nesse sentido, questiona-se se, na hipótese de má conduta de países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a França ou a Rússia, uma entidade supranacional teria, de fato, poderes para julgar e punir o Estado infrator. Decorrendo daí a mobilização dos países em desenvolvimento para a manutenção da referência ao direito soberano de exploração dos seus recursos naturais e patrimônio biológico (SILVA, 2002).

Para Martin (1998), a divisão Norte/Sul que nasceu econômica, passa a ter a conotação de uma disputa política, porquanto, Nações meridionais, como a Austrália e a Nova Zelândia, apesar de ricas, não conseguem impedir, por exemplo, experiências nucleares, como a Francesa no atol de Mururoa, as quais colocam inúmeras regiões sob a ameaça da poluição radioativa.

Sampaio, Wold e Nardy (2003) salientam, entretanto, que, acaso o Brasil consentisse, por intermédio de adesão a tratados internacionais, que os recursos da Amazônia, por exemplo, fossem utilizados de determinada forma, ele não estaria, contudo, abrindo mão de sua soberania sobre tais recursos. Para eles, o Brasil, ao estabelecer regras sobre a utilização dos recursos naturais da Amazônia, estaria, em verdade, fazendo pleno uso de sua soberania.

De outra parte, é preciso observar que a invocação do princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais, além de sugerir uma pesquisa preliminar acerca do consentimento dado pelo Estado para aplicação de determinadas regras de direito internacional ambiental, é limitada por outros princípios de direito internacional do meio ambiente (SAMPAIO; WOLD; NARDY, 2003).

O *princípio do direito ao desenvolvimento*, previsto no Princípio 3⁷³ da Declaração do Rio, procura consolidar o direito dos Estados usarem seus recursos de acordo com suas próprias políticas nacionais, de forma a garantir o desenvolvimento cultural, econômico, social e político do país, garantindo, simultaneamente, as condições de afirmação dos direitos humanos fundamentais e da proteção do meio ambiente global (SAMPAIO; WOLD; NARDY, 2003).

De outro lado, ao consagrar o conceito de desenvolvimento sustentável em seu Princípio 7⁷⁴, a Declaração do Rio reconheceu a necessidade dos países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico por parte dos países desenvolvidos, para avançarem na direção do desenvolvimento, internalizando, todavia, o fator ambiental nas políticas formuladas. Na mesma medida, há a conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos, favorecendo a aceitação de princípios como o *princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada* (LAGO, 2005).

Este princípio, conforme Sampaio; Wold e Nardy (2003), tem sua formulação associada aos esforços empreendidos pelos países em desenvolvimento para estabelecer critérios de compartilhamento da responsabilidade internacional pela solução de problemas relacionados ao meio ambiente global que levem em consideração a realidade socioeconômica dos diferentes países. Nesse sentido, parte-se do reconhecimento de que as atividades econômicas dos países em desenvolvimento causam menos impactos negativos sobre o meio ambiente, muito embora este

⁷³ “**Princípio 3:** O direito ao desenvolvimento deve ser exercido, de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e ambientais de gerações presentes e futuras.” (MAZZUOLI, 2006, p.871).

⁷⁴ “**Princípio 7:** Os Estados cooperarão espírito de parceria global para conservar, proteger e recuperar a saúde e integridade do ecossistema da Terra. *Tendo em conta os diferentes contributos para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns mas diferenciadas.* Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na procura do desenvolvimento sustentável a nível internacional, considerando as pressões exercidas pelas suas sociedades sobre ambiente global e as tecnologias e os recursos financeiros que dispõem.” (MAZZUOLI, 2006, p.871-872, grifo nosso).

quadro venha se alterando com o passar dos anos. De outro lado, reconhece-se que os países desenvolvidos possuem recursos econômicos sensivelmente maiores em relação aos países em desenvolvimento para solucionar os problemas ambientais (SAMPAIO; WOLD; NARDY, 2003).

Os *princípios da prevenção e da precaução*⁷⁵, elencados na Carta do Rio, prevêm uma ação antecipatória sobre o meio ambiente, a fim de evitar ao máximo que o dano ambiental sobrevenha. O primeiro orienta a ação à forma de gerenciamento mais adequada ao território, controlando as atividades que possam ocasionar danos sérios e irreversíveis ao meio ambiente. No mesmo sentido, o princípio da precaução, com a particularidade de representar um amadurecimento do primeiro, estabelece que, diante de situações de ameaças de danos ao ambiente, a falta de conhecimento científico não serve de razão para retardar a adoção de medidas tendentes a evitar a degradação ambiental. Para Trindade (1993), em matéria de proteção ambiental, as medidas preventivas são as mais adequadas, pois além de comportarem um direito de informação sobre os projetos e as decisões suscetíveis de ameaçar a higidez do meio ambiente, prevêm um direito de participação no processo decisório na matéria.

Nesse passo, o *princípio da participação*⁷⁶, estatuído no Princípio 10 da Carta do Rio, dispõe que as questões ambientais são tratadas de forma mais adequada quando envolvem a participação de todos os cidadãos interessados nas etapas apropriadas do processo decisório relativo a atividades que possam ter um efeito significativo sobre o ambiente. Para tanto, os Estados devem promover e encorajar o interesse e a participação da população através da educação e da mais ampla divulgação da informação, para que as pessoas sejam conscientizadas acerca da gravidade dos problemas ambientais, com vistas a lograr sua participação efetiva e a aceitação de responsabilidade individual relativa ao meio ambiente (TRINDADE, 1993). É através do acesso à informação e à educação que as pessoas introjetam comportamentos e atitudes (SILVA, 2008).

Com efeito, a proteção do meio ambiente faz os indivíduos saírem da situação passiva de beneficiários, fazendo-os partilhar da responsabilidade na gestão dos interesses da coletividade. O direito ao meio ambiente sadio revela a um tempo uma dimensão individual (cada membro da sociedade) e uma dimensão coletiva (todos os membros de uma determinada coletividade

⁷⁵ “**Princípio 15:** Para que o ambiente seja protegido, serão aplicadas pelos Estados, de acordo com suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental.” (MAZZUOLI, 2006, p.873).

⁷⁶ “**Princípio 10:** A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e reparação de danos.” (TRINDADE, 1993, p.259-260).

humana), posto se tratar de um bem comum, de modo que a observância de tais direitos beneficia ao mesmo tempo cada membro e todos os membros da aldeia global (TRINDADE, 1993).

O *princípio do poluidor-pagador*⁷⁷, conforme salienta Sampaio; Wold e Nardy (2003), pode ser entendido como um mecanismo de alocação da responsabilidade pelos custos ambientais associados à atividade econômica. Em verdade, trata-se de princípio de caráter econômico, pelo qual, num primeiro momento, impõe-se ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção dos danos ambientais que a atividade desempenhada possa ocasionar; ou, em um segundo momento, percebida a influência negativa do homem no meio ambiente, exige-se que o agente que fez uso do recurso ambiental seja responsável pelo desequilíbrio que provocou na medida de seu passivo ambiental.

Por fim, note-se a formulação do *princípio do meio ambiente como patrimônio comum da humanidade*, cuja fórmula extraída da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas e da Convenção sobre Diversidade Biológica, corresponde a um novo conceito jurídico do direito ambiental internacional. Tal princípio, consoante Sampaio; Wold e Nardy (2003), constitui uma limitação e se contrapõe ao princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais, por afirmar, fundamentalmente, que determinados recursos naturais são comuns a toda a humanidade. Subjacente à sua formulação encontra-se não apenas a declaração do caráter comum de determinados recursos naturais, mas também o reconhecimento de que eles constituem uma preocupação comum da sociedade global e que, portanto, devem ser usados para fins pacíficos e protegidos em benefício das futuras gerações (SAMPAIO; WOLD; NARDY, 2003).

Apesar da enorme importância da Conferência, os países presentes omitiram-se quanto à discussão das causas estruturais dos graves problemas ambientais – o sistema capitalista mundial, os valores sociais, o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países e as relações de poder existente entre eles (PELICIONI, 2004).

No ano de 1997, durante a realização da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, é assinado o Protocolo de Quioto⁷⁸, que, baseado nos princípios do poluidor-pagador e da responsabilidades comum, mas diferenciada, estabeleceu metas de redução de gases causadores do efeito estufa que não se aplicam aos Estados em desenvolvimento e pode ser considerado inovador dado o seu caráter vinculante. O Protocolo de Quioto entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, sendo considerado um marco

⁷⁷ “**Princípio 16:** As autoridades nacionais deverão esforçar-se por promover a internalização dos custos ambientais e a utilização de instrumentos econômicos, tendo em conta o princípio de que o poluidor deverá, em princípio, suportar o custo da poluição, com o devido respeito pelo interesse público e sem distorcer o comércio e investimentos internacionais” (MAZZUOLI, 2006, p.873).

⁷⁸ Publicado no Brasil pelo Decreto nº 5.445, de 12 de maio de 2005.

significativo nos esforços internacionais para controlar as alterações adversas do clima⁷⁹ (BARRAL; FERREIRA, 2006).

Note-se que, a racionalidade por detrás das discussões da Convenção-Quadro reside no fato de que não importa onde as emissões de gases do efeito estufa sejam efetuadas, porquanto, a atmosfera é uma só. Assim, a mínima redução realizada em qualquer parte do planeta contribui para a melhora do quadro geral (BARRAL; FERREIRA, 2006).

Passados dez anos da Rio-92, a ONU realizou um novo encontro internacional em Johannesburgo, na África do Sul, intitulado Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10, cujo objetivo era analisar os progressos alcançados a partir da implementação dos acordos firmados na Rio-92, fortalecer os compromissos assumidos naquela ocasião, identificar as novas prioridades de ação e fortalecer as relações de cooperação e assistência entre pessoas e instituições de diversas Nações (PELICIONI, 2004).

Entretanto, a Conferência resultou em um enorme fracasso, pois nenhum dos objetivos foi alcançado e o discurso vazio mais uma vez se sobrepôs aos resultados práticos (BARRAL; FERREIRA, 2006). E isto sucede pelo fato de as normas internacionais de proteção ao meio ambiente terem um tom freqüente de diretrizes de comportamento, mais que de obrigações estritas de resultado, configurando, portanto, aquilo que mencionamos alhures: normas de *soft law*⁸⁰ (REZEK, 2002).

Nesse sentido, numa sociedade em que não há um poder central e na qual os atores internacionais estão organizados horizontalmente, a tônica das normas e diretrizes que se consolidaram nas Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro carecem do aspecto volitivo na consagração dos princípios ambientais no ordenamento jurídico interno dos Estados e, por conseguinte, de sua efetiva aplicação.

2.4 Direito do Meio Ambiente e Constitucionalização da Política Ambientalista

O Direito Ambiental surge como um novo paradigma do direito, a partir do desaparecimento da concepção de que o planeta teria absoluta capacidade de resiliência em face da

⁷⁹ Nos termos do art. 25 do Protocolo de Quioto, sua entrada em vigor estava condicionada à assinatura de, ao menos, 55 Partes da Convenção-Quadro, englobando os Estados industrializados do Anexo I, que contabilizassem, no total, 55% das emissões de dióxido de carbono em 1990.

⁸⁰ O Direito internacional do desenvolvimento, o direito internacional econômico como um todo e a proteção internacional dos direitos humanos são áreas em que também se prolifera a *soft law* (NASSER, 200-).

ação do ser humano na natureza. Na mesma medida, a própria definição de meio ambiente já pressupõe a necessidade de uma regulamentação em nível internacional, na medida em que a divisão da Terra em pedaços estanques, cercados de soberania e delimitados por fronteiras bem traçadas, de nenhuma forma corresponde a um desmembramento do meio ambiente em porções nacionais, eventualmente reguláveis pelo ordenamento jurídico dos Estados nacionais (SOARES, Guido, 2001).

De acordo com Guido Soares (2001), a proteção jurídica do meio ambiente, seja pelo ordenamento interno dos Estados, seja pelo Direito Internacional, é assunto bastante recente. O meio ambiente, entendido como um complexo dinâmico composto de elementos vivos e não vivos, os quais sofrem substanciais modificações pela ação do homem, passou a interessar ao Direito a medida em que se tornou necessário disciplinar as ações predatórias da espécie humana e suas prejudiciais conseqüências à natureza e, por reflexo, à existência do próprio ser humano.

Nesse sentido, conforme Lazaroni (2006), não é possível conceituar o meio ambiente fora de uma visão antropocêntrica, pois sua proteção jurídica depende de uma ação humana, porquanto, a valoração do meio ambiente como bem passível de tutela perpassa, necessariamente, pelo homem. Embora, esta vertente antropocêntrica não deva ser compreendida sob o prisma do utilitarismo clássico, tornando-se necessário adotar conceitos éticos no trato da natureza, protegendo-a pelos valores que ela representa em si mesma.

Fiorillo e Rodrigues (1999) entendem haver não só uma visão antropocêntrica do meio ambiente no ordenamento jurídico interno e internacional, mas uma indissociável relação econômica dos recursos ambientais com o lucro que podem gerar e, sobretudo, que a sobrevivência do próprio meio ambiente, aí incluída a espécie humana, só será possível com a permanência dessa visão antropocêntrica, a qual, todavia, não permite exageros, porquanto, como o próprio nome já diz, a palavra ecossistema engloba os seres e suas interações positivas em um determinado espaço físico.

Nesse passo, o vocábulo ambiente indica esfera, o âmbito que nos cerca, o círculo em que vivemos. Sendo assim, pela expressão já conter o sentido da palavra *meio*, pode-se considerar redundância a utilização da expressão *meio ambiente*. Todavia, para Silva (2004), determinados termos necessitam de um reforço no seu sentido, por expressarem uma idéia mais ampla, influenciando o legislador a dar aos textos legislativos a maior precisão possível, daí porque as legislações, incluindo a brasileira, em regra, empregam a expressão *meio ambiente* em vez de apenas *ambiente*.

Segundo Silva (2004, p.25) meio ambiente pode ser entendido como “a interação do conjunto de elementos naturais⁸¹, artificiais⁸² e culturais⁸³ que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. Nesse sentido, o conceito de meio ambiente, conforme Derani (1997, p.71) “não se reduz a ar, água e terra, devendo ser compreendido como o conjunto das condições de existência humana que integra e influencia o relacionamento entre os homens, sua saúde, e seu desenvolvimento.”

Nessa linha, apresenta-se o conceito de direito do meio ambiente de Prieur (*apud* SCHWANKA, 2004, p.86), da Universidade de Limoges, França:

O direito do meio ambiente é constituído por um conjunto de regras jurídicas relativas à proteção da natureza e à luta contra as poluições. Ele se define, portanto, em primeiro lugar pelo seu objeto. Mas é um direito tendo uma finalidade, um objetivo: nosso ambiente está ameaçado, o Direito deve poder vir em seu socorro, imaginando sistemas de prevenção ou de reparação adaptados a uma melhor defesa contra agressões da sociedade moderna. Então o direito do meio ambiente mais do que a descrição de direito existente é um direito portador de uma mensagem, um Direito futuro e da antecipação, graças ao qual o homem e a natureza encontrarão um relacionamento harmonioso e equilibrado.

A função do Direito Ambiental, nesse sentido, é de proteger o ambiente como um bem comum e supra-individual, razão pela qual tem sua sustentabilidade merecido preocupação de toda a humanidade. Consoante Derani (1997) o Direito Ambiental caracteriza-se por seu aspecto reformador, por atingir toda a organização da sociedade atual, cuja trajetória conduziu à ameaça da existência humana pelas atividades desempenhadas pelo próprio homem. O Direito Ambiental surge para rever e redimensionar conceitos que dispõem sobre a convivência das atividades sociais.

Nesse passo, é inegável o avanço do Direito do Meio Ambiente desde a Conferência de Estocolmo - ponto de partida para as discussões internacionais das questões ambientais -, quando se proclamou a internacionalização dos direitos humanos e do meio ambiente. A Declaração de Estocolmo acabou por influenciar os tratados internacionais e os textos constitucionais elaborados posteriormente, consagrando o direito ao ambiente como um direito constitucional fundamental no direito constitucional comparado.

⁸¹ Meio ambiente natural: constituído pelo solo, pela água, pelo ar atmosférico, pela flora e fauna, enfim, pela interação dos seres vivos e seu meio, onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o ambiente físico que a circundam (SILVA, 2004).

⁸² Meio ambiente artificial: integrado pelo espaço urbano construído, ou seja, o conjunto de edificações e dos equipamentos públicos: ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral (SILVA, 2004).

⁸³ Meio ambiente cultural: constituído pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que, embora, artificial, em regra, como obra do Homem, difere do anterior pelo sentido de valor especial que adquiriu ou de que se impregnou (SILVA, 2004).

Após a Conferência de Estocolmo, a proteção ambiental acabou inserida em muitos textos constitucionais, com o fito de adequá-los à realidade jurídica que se formava, embora algumas constituições, há muito, já se ocupassem da conservação do meio ambiente, como é o caso da Constituição do México de 1857, mas com cariz específico de proteção ambiental com a alteração realizada em 1917 (SANTOS JUNIOR, 2007).

Nesse sentido, Bonavides (1993) afirma que a preocupação com a preservação do ambiente, que hoje transcende o plano das presentes gerações, atuando também em favor das gerações futuras, tem constituído objeto de regulações normativas no âmbito doméstico do direito nacional de cada Estado e nas declarações internacionais, refletindo o compromisso das Nações com o indeclinável respeito a esse direito fundamental que assiste a toda a humanidade.

Com relação à incorporação da temática ambiental no ordenamento jurídico dos Estados nacionais após a realização da Conferência de Estocolmo, são elencados abaixo alguns países que incorporaram a proteção ambiental em seus textos constitucionais:

- **Alemanha** (art. 20a): “Consciente de sua responsabilidade também frente às gerações futuras, o Estado protegerá os recursos naturais vitais e os animais, no âmbito da ordem constitucional, por intermédio do Poder Legislativo e, no terreno da lei e do Direito, por meio dos Poderes Executivo e Judiciário.”
- **Argentina** (art. 41): “Todos os habitantes gozam do direito a um meio ambiente sadio, equilibrado, apto para o desenvolvimento humano e para que as atividades produtivas satisfaçam as necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras; e têm o dever de preservá-lo. O dano ambiental gerará prioritariamente a obrigação de recompô-lo, segundo os critérios da lei. As autoridades promoverão a proteção deste direito, a utilização racional dos recursos naturais, a preservação do patrimônio natural, cultural e da biodiversidade, a informação e educação ambientais. [...]”⁸⁴.” (tradução nossa).
- **Chile** (art. 19-8º): A Constituição assegura a todas as pessoas o direito de viver em um ambiente livre de contaminação. É dever do Estado velar para que esse direito não seja afetado e tutelar a preservação da natureza⁸⁵. (tradução nossa)
- **Espanha** (art. 45): “1. Todos têm o direito a desfrutar de um meio ambiente adequado para o desenvolvimento da pessoa, assim como o dever de conservá-lo. 2. Os Poderes Públicos velarão pela utilização racional de todos os recursos naturais, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida, defender e restaurar o meio ambiente, apoiando-se na indispensável solidariedade coletiva. 3. Para os que violem o disposto no item anterior, nos termos que a lei fixar, se estabelecerão sanções penais ou, conforme o caso, administrativas, assim como a obrigação de reparar o dano causado.”⁸⁶” (tradução nossa).

⁸⁴ “Artículo 41 - Todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de las generaciones futuras; y tienen el deber de preservarlo. El daño ambiental generará prioritariamente la obligación de recomponer, según lo establezca la ley. Las autoridades proveerán a la protección de este derecho, a la utilización racional de los recursos naturales, a la preservación del patrimonio natural y cultural y de la diversidad biológica, y a la información y educación ambientales.”

⁸⁵ “Artículo 19 - La Constitución asegura a todas las personas:

[...]

^{8º} - El derecho a vivir en un medio ambiente libre de contaminación. Es deber del Estado velar para que este derecho no sea afectado y tutelar la preservación de la naturaleza. [...].”

⁸⁶ “Artículo 45

- **México** (art. 4º): “Toda pessoa tem direito a um meio ambiente adequado ao seu desenvolvimento e bem-estar.⁸⁷” (tradução nossa).
- **Peru** (art. 2º-22): “Constitui direito fundamental da pessoa humana gozar de um ambiente equilibrado e adequado ao desenvolvimento de sua vida⁸⁸.” (tradução nossa).
- **Portugal** (art. 66): “1. Todos têm direito a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. 2. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta (*sic*) localização das actividades (*sic*), um equilibrado desenvolvimento sócio-económico (*sic*) e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitectónico (*sic*) e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial (*sic*); g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida.”
- **Uruguai** (art. 47): “A protecção do meio ambiente é de interesse geral. As pessoas devem abster-se de qualquer ato que cause a degradação, destruição ou contaminação grave do meio ambiente. A Lei regulamentará este dispositivo e poderá prever sanções para os infratores.⁸⁹” (tradução nossa).
- **Venezuela** (art. 129): “Todas as actividades suscetíveis de gerar danos ao ecossistema devem ser previamente acompanhadas de estudos de impacto ambiental e sócio-cultural. O Estado impedirá a entrada no país de dejetos tóxicos e perigosos, assim como a fabricação e o uso de armas nucleares, químicas e biológicas. Uma lei especial regulará o uso, manejo, transporte e armazenamento das substâncias tóxicas perigosas. Nos contratos que a República celebre com pessoas naturais ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, ou nas permissões que se outorguem, que envolvam os recursos naturais, se considerará incluída, quando não estiver expressa, a obrigação de conservar o equilíbrio ecológico, de permitir o acesso às tecnologias e sua transferência mútua e de restabelecer o ambiente ao seu estado natural se este sofrer alguma alteração, nos termos da lei.⁹⁰” (tradução nossa).

1. Todos tienen el derecho a disfrutar de un medio ambiente adecuado para el desarrollo de la persona, así como el deber de conservarlo.

2. Los poderes públicos velarán por la utilización racional de todos los recursos naturales, con el fin de proteger y mejorar la calidad de la vida y defender y restaurar el medio ambiente, apoyándose en la indispensable solidaridad colectiva.

3. Para quienes violen lo dispuesto en el apartado anterior, en los términos que la ley fije se establecerán sanciones penales o, en su caso, administrativas, así como la obligación de reparar el daño causado.”

⁸⁷ “Artículo 4

[...]

Toda persona tiene derecho a un medio ambiente adecuado para su desarrollo y bienestar.”

⁸⁸ “Artículo 2º - Derechos fundamentales de la persona

[...]

22. A la paz, a la tranquilidad, al disfrute del tiempo libre y al descanso, así como a gozar de un ambiente equilibrado y adecuado al desarrollo de su vida.”

⁸⁹ “Artículo 47 - La protección del medio ambiente es de interés general. Las personas deberán abstenerse de cualquier acto que cause depredación, destrucción o contaminación graves al medio ambiente. La ley reglamentará esta disposición y podrá prever sanciones para los transgresores.”

⁹⁰ “Artículo 129 - Todas las actividades susceptibles de generar daños a los ecosistemas deben ser previamente acompañadas de estudios de impacto ambiental y socio cultural. El Estado impedirá la entrada al país de desechos tóxicos y peligrosos, así como la fabricación y uso de armas nucleares, químicas y biológicas. Una ley especial regulará el uso, manejo, transporte y almacenamiento de las sustancias tóxicas y peligrosas.

A partir das diretrizes traçadas pelos princípios ambientais oriundos da Conferência de 1972 (posteriormente reprisados na Conferência de 1992), os Estados passaram a adotar políticas ambientais destinadas a administrar, controlar e planejar a utilização dos recursos naturais, sempre com a finalidade de conservar e melhorar o meio ambiente. Não fora isso, as organizações intergovernamentais e os indivíduos, em concomitância com os Estados, passaram a regular suas atuações pelo nascente Direito Ambiental Internacional⁹¹.

Tais ocorrências se sucederam face às tendências ideológicas enraizadas no desejo de satisfação intrínseco às demandas coletivas da sociedade pós-moderna; haja vista à paulatina conscientização de que o meio ambiente deve constituir a principal preocupação da humanidade e de que o futuro da Terra e do homem depende, inexoravelmente, das condições ambientais globais.

Nesse sentido, na medida em que os princípios ambientais são inscritos e abarcados pela legislação interna dos Estados, tornam-se preceitos imperativos, cuja observância pelo Estado e por todos os cidadãos é obrigatória. De igual modo, no âmbito internacional, o meio ambiente faz com que os Estados tenham uma nova visão acerca das relações interestáticas, reforçando as solidariedades geográficas e não mais somente políticas, e harmonizando os direitos nacionais (MUKAI, 2004).

2.5 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Direito Ambiental

Embora a preocupação com o meio ambiente seja antiga em nosso ordenamento jurídico, as Constituições Brasileiras que precederam a promulgada em 1988 jamais se preocuparam com a proteção do meio ambiente de forma específica e global (MILARÉ, 1991).

Segundo Moraes (2007), somente com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, seguindo a tendência contemporânea de preocupação com a possibilidade de prejuízos decorrentes da degradação dos recursos naturais, declarou-se o direito fundamental ao meio

En los contratos que la República celebre con personas naturales o jurídicas, nacionales o extranjeras, o en los permisos que se otorguen, que involucren los recursos naturales, se considerará incluida aun cuando no estuviera expresa, la obligación de conservar el equilibrio ecológico, de permitir el acceso a la tecnología y la transferencia de la misma en condiciones mutuamente convenidas y de restablecer el ambiente a su estado natural si éste resultara alterado, en los términos que fije la ley.”

⁹¹ “O direito ambiental internacional é constituído pelas regras de direito internacional devidamente desenvolvidas, tendo em vista a preservação do meio ambiente. Em conseqüência, as suas fontes são precisamente as mesmas do direito internacional. Nesse sentido, basta tomar o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça que menciona os tratados, o costume internacional, os princípios gerais do direito, as decisões judiciais e a doutrina dos autores mais qualificados.” (SILVA, 2002, p.7).

ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Conforme Horta (1995), a Constituição da República de 1988 exprime o estágio culminante de incorporação da premente necessidade de proteção do meio ambiente ao ordenamento jurídico do País.

O próprio *caput* do artigo 225, reservado ao meio ambiente na Constituição da República de 1988, é uma releitura dos Princípios 1, 2, 3 e 4 da Declaração de Estocolmo, conforme se observa da nítida semelhança entre ambos os dispositivos. Se, por um lado, a Declaração de Estocolmo declara solenemente que:

1. O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar, e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras. [...]. 2. Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequados. 3. Deve ser mantida e, sempre que possível, restaurada ou melhorada a capacidade da Terra de produzir recursos renováveis vitais. 4. O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e fauna silvestres, bem assim seu *habitat*, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Em conseqüência, ao planificar o desenvolvimento econômico, deve ser atribuída importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.⁹² (U.N., 1973, tradução nossa).

Por outro, a Constituição da República determina, em seu artigo 225, *caput*, que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Mister ressaltar que, consoante exposto no citado artigo 225, o dever de prevenir a degradação ambiental é atribuído a todos, indistintamente, e não apenas ao Poder Público, posto tratar-se de uma responsabilidade compartilhada, exigindo uma atuação conjunta dos cidadãos e do Estado na formulação de uma política ambiental preventiva. O que se pretende, então, é a

⁹² “1. Man has the fundamental right to freedom, equality and adequate conditions of life, in an environment of a quality that permits a life of dignity and well-being, and he bears a solemn responsibility to protect and improve the environment for present and future generations. [...]. 2. The natural resources of the earth, including the air, water, land, flora and fauna and especially representative samples of natural ecosystems, must be safeguarded for the benefit of present and future generations through careful planning or management, as appropriate. 3. The capacity of the earth to produce vital renewable resources must be maintained and, wherever practicable, restored or improved. 4. Man has a special responsibility to safeguard and wisely manage the heritage of wildlife and its habitat, which are now gravely imperilled by a combination of adverse factors. Nature conservation, including wildlife, must therefore receive importance in planning for economic development.”

salvaguarda dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a garantia do potencial evolutivo da espécie humana (MORAES, 2007).

Sirvinskas (2006, p.44) entende que o artigo 225 pode ser dividido em quatro tópicos, quais sejam:

a) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental da pessoa humana (direito à vida com qualidade); b) o meio ambiente é um bem de uso comum do povo – bem difuso, portanto, indisponível; c) o meio ambiente é um bem difuso e essencial à sadia qualidade de vida do homem; e d) o meio ambiente deve ser protegido e defendido pelo Poder Público e pela coletividade para as presentes e futuras gerações.

É de se perceber, pela explicação de Silva (2004), que o disposto no artigo 225⁹³ compreende três conjuntos de normas:

- (i). no *caput* se insere a norma-matriz ou norma-princípio, reveladora do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- (ii). no §1º, e respectivos incisos, acham-se as normas-instrumentos de eficácia do direito enunciado no *caput* do artigo, as quais outorgam direitos e impõem deveres ao setor ou ao recurso ambiental que lhes é objeto;

⁹³ “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.”

- (iii). por fim, o terceiro grupo caracteriza um conjunto de determinações particulares, em relação a objetos e setores, referidos nos §2º, §3º, §4º, §5º, e §6º, nos quais a incidência da norma-princípio prevista no *caput* revela-se de suma necessidade e urgência, por se tratarem de elementos que demandam imediata proteção, a fim de que sua utilização se faça sem prejuízo ao meio ambiente.

Dentro desse contexto, conforme asseverado por Moraes (2007), o artigo 225 deve ser interpretado em consonância com outros artigos da Constituição da República de 1988, notadamente:

- (i). o artigo 1º, inciso III, que consagra como fundamento da República o princípio da dignidade da pessoa humana;
- (ii). o artigo 3º, inciso II, que prevê como objetivo fundamental da República o desenvolvimento nacional;
- (iii). o artigo 4º, inciso IX, que estipula que o Brasil deve reger-se em suas relações internacionais pelos princípios da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, de maneira a permitir maior efetividade na proteção do meio ambiente.

Nesta linha, cada um, seja pessoa natural ou jurídica; pública ou privada, tem seu papel a exercer no processo de desenvolvimento sustentável e na gestão do meio ambiente. Isoladamente, mantendo ao menos uma conduta ambiental não-destrutiva; e, em conjunto, sendo pró-ativos na administração, prevenção e recuperação dos recursos naturais. Desta sorte, a Constituição da República de 1988 estabeleceu não somente um dever moral de proteção ambiental, mas também jurídico e de natureza constitucional, para as presentes gerações de transmitir esse patrimônio ambiental às gerações vindouras e nas melhores condições do ponto de vista do equilíbrio ecológico (MIRRA, 1994).

Não convém nem se ater à atitude paternalista do Estado, na vã pretensão de ser o único agente responsável pela consecução de um meio ambiente saudável, nem, muito menos, à sobrecarga do particular. Eis que as medidas de implementação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado só podem ser alcançadas à medida que o cidadão trabalhe pela efetividade desse direito e o Estado atue administrando, planejando e incentivando condutas, a fim de concretizá-lo.

De outro lado, o artigo 170 consolida o princípio da atividade econômica com a defesa do meio ambiente, expressando a idéia de desenvolvimento sustentável em sua forma mais ampla. Em outras palavras, a atividade econômica, considerado o dispositivo constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a tutela do meio ambiente, com o fito de impedir alterações nas propriedades e nos atributos que lhe são inerentes, o que

provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural (SANTOS JUNIOR, 2007).

A orientação de proteção ambiental espraia-se por todo o ordenamento constitucional, reunindo os mais diversos temas como: ação popular que busque anular ato lesivo ao meio ambiente (artigo 5º, LXXIII, CR/88⁹⁴); questões nucleares (artigos 21, XXIII⁹⁵, e 22, XXVI⁹⁶, CR/88); caça, pesca, defesa do solo e dos recursos naturais (artigo 24, VI, CR/88⁹⁷); garimpo (artigo 174, §3º, CR/88⁹⁸); função social da propriedade rural (artigo 186, II, CR/88⁹⁹); manipulação de material genético (artigo 225, §1º, II, CR/88); educação ambiental (artigo 225, §1º, VI, CR/88); recuperação do ambiente degradado por exploração da mineração (artigo 225, §2º, CR/88).

Como resultado do paradigma ambientalista, a maior parte das Declarações e Convenções internacionais sobre a matéria é incorporada ao sistema jurídico brasileiro, ao mesmo tempo em que leis nacionais de caráter ambiental, explícita e especificadamente, são recepcionadas ou

⁹⁴ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

⁹⁵ Art. 21. Compete à União:

[...]

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados [...].”

⁹⁶ Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza”.

⁹⁷ “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

⁹⁸ “Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

[...]

§ 3º - O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.”

⁹⁹ Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

[...]

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”.

promulgadas, a partir das diretrizes esboçadas na Constituição da República de 1988, compondo uma legislação que garanta efetivamente a proteção do ambiente¹⁰⁰.

Infere-se, assim, a intenção do constituinte brasileiro em albergar de vez a tendência mundial do comprometimento de todos na preservação ambiental, combatendo os mais diversos tipos de poluição e de degradação ambiental, elevando o meio ambiente à categoria de direito humano fundamental, embora não o tenha inserido diretamente no rol de direitos fundamentais do artigo 5º da Constituição da República de 1988 (SANTOS JUNIOR, 2007).

A constituição do Estado de Direito Ambiental converge, necessariamente, para mudanças profundas nas estruturas da sociedade organizada, de modo a apontar caminhos e oferecer alternativas para a superação da atual crise ambiental, preservando os valores que ainda existem e recuperando os valores que, há muito, deixaram de existir.

¹⁰⁰ Entre as leis infraconstitucionais recepcionadas pela Constituição da República de 1988, destacam-se: a que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Decreto-Lei nº 25/37); a que institui o Código Florestal (Lei nº 4.771/65); a que dispõe sobre a proteção à fauna (Lei nº 5.197/67); a que dispõe sobre responsabilidade civil e criminal por atos relacionados às atividades nucleares (Lei nº 6.453/77); a que regula o parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/79); a que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81); a que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei nº 7.347/85); a que cria o regime de exploração mineral (Lei nº 7.805/89); a que dispõe sobre a política agrícola (Lei nº 8.171/91); a que estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética (Lei nº 8.974/95); a que dispõe sobre o licenciamento ambiental (Resolução do CONAMA nº 237/97); a que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei nº 9.605/98).

3 DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE

A conquista e afirmação dos direitos humanos é resultado de um longo processo histórico, com avanços e retrocessos, que coincide com a própria formação da sociedade moderna. Processo este em constante movimento, pelo fato dos direitos humanos não serem estáticos ou outorgados, mas frutos da evolução e das contradições da sociedade (JAYME, 2005; GORCZVESKI, 2003). “Para Hanah Arendt, os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução.” (PIOVESAN, 2006, p.16)

De acordo com Bobbio (1992, p.5), os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, oriundos de certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades frente a velhos poderes, “e nascidos de forma gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.”

Embora a origem dos direitos humanos remonte às Declarações de Direitos do século XVIII¹⁰¹, e ainda mais remotamente ao Cristianismo¹⁰² e ao Direito Natural¹⁰³, a barbárie ocorrida na Segunda Guerra Mundial torna premente a necessidade do reconhecimento, pelos governantes, de direitos humanos universais, não mais restritos ao âmbito privativo dos Estados soberanos, mas tutelados pela sociedade internacional, a fim de estabelecer regras de cooperação e de solidariedade universais. Em decorrência das atrocidades vivenciadas nas duas grandes guerras mundiais, percebe-se que a proteção jurídica dos direitos humanos não pode se restringir ao âmbito de jurisdição dos Estados, na medida em que os governos, em nome do Direito, podem adotar políticas discriminatórias e injustas, como exemplificam os horrores de Auschwitz (JAYME, 2005).

Esta nova concepção abala o antigo conceito de soberania estatal absoluta, que considerava, na acepção tradicional, os Estados como os únicos sujeitos de direito internacional público, erigindo os indivíduos à condição de sujeitos de direito internacional, com as prerrogativas e mecanismos processuais necessários à salvaguarda de seus direitos internacionalmente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado (MAZZUOLI, 2001a).

¹⁰¹ O Estado de Direito liberal, originado das revoluções burguesas ocorridas nos Estados Unidos e na França no século XVIII, estabeleceu limites ao poder do governante, cujas idéias foram celebrizadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), em que se proclamavam as liberdades públicas do cidadão, através da instituição do governo de leis, em detrimento do governo de homens (JAYME, 2005).

¹⁰² A doutrina cristã representa o marco teórico do processo de efetivação dos direitos humanos, na medida em que professa a idéia de que, criados à imagem e semelhança de Deus, todos os homens têm uma liberdade irrenunciável que nenhuma sujeição política ou social pode destruir. (JAYME, 2005).

¹⁰³ Capitaneada por Grotius, a Escola do Direito Natural defendeu a existência de direitos que pertencem originariamente ao homem, por serem inerentes à sua natureza, e que, portanto, ele goza pelo simples fato de ser homem. (JAYME, 2005)

Nesse sentido, a concepção individualista da sociedade, paulatinamente, dá espaço ao reconhecimento dos direitos do cidadão do mundo, cujo primeiro registro foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem; inicia-se no direito interno dos Estados, passa pelo direito entre outros Estados e lança-se no direito cosmopolita¹⁰⁴, usando uma expressão de Kant (BOBBIO, 1992).

A partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela ONU em 1948, consolida-se a idéia de que o respeito aos princípios e regras concernentes aos direitos humanos constitui uma obrigação de todo o Estado frente aos demais, cujo propósito é assegurar a máxima proteção possível da pessoa humana. Pela primeira vez na história, um sistema de valores é, não em princípio, mas de fato, universal, na medida em que o consenso sobre a sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade global dos homens foi explicitamente declarado (BOBBIO, 1992).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, embora representando exclusivamente um ideal comum a ser alcançado por todas as nações, na qualidade de um acordo juridicamente vinculante, não se limitou a universalizar a idéia dos direitos humanos e a fomentar a sua adoção pelos Estados, mas também atribuiu um valor transterritorial aos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, além de ter sancionado os direitos das minorias e dos povos, reconhecendo a esses últimos o fundamental direito à autodeterminação (MARRAMAIO, 2007). Desde que a ONU proclamara os direitos humanos na Declaração de 1948, tais prerrogativas têm sido referência obrigatória nas relações internacionais e nas lutas contra os regimes políticos autoritários (ROTA, 1996).

Neste contexto, destaca-se a superveniente adoção do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), ambos assinados no âmbito da ONU, assim como as Convenções regionais¹⁰⁵ sobre o tema: a Americana¹⁰⁶, a Européia¹⁰⁷ e a Africana¹⁰⁸, reforçando a idéia de que os Estados estão

¹⁰⁴ “O direito cosmopolita é constituído pelos habitantes de todo o planeta, de modo que o ataque ao direito de um em qualquer lugar da Terra é considerado um ataque ao direito de todos” (CRUZ, 2006, p.111).

¹⁰⁵ Conforme Piovesan (2006) os sistemas global e regional não são dicotômicos, mas complementares. Inspirados pelas diretrizes da Declaração Universal compõem o universo instrumental de proteção dos direitos humanos, no plano internacional. Logo, estes sistemas de proteção de direitos humanos, somando-se aos sistemas nacionais, se complementam e interagem em benefício de todos os indivíduos por eles protegidos, a fim de proporcionar a maior efetividade possível na tutela e promoção de direitos fundamentais.

¹⁰⁶ A Convenção Americana sobre direitos Humanos foi concluída em São José, na Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, e entrou em vigor em 18 de julho de 1978. Sendo que os Estados Unidos não ratificaram a Convenção americana sobre direitos humanos e, provavelmente, se conservarão à margem do sistema (REZEK, 2002).

¹⁰⁷ A Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais foi adotada pelo Conselho da Europa em 1950 e entrou em vigor em 1953 (CHACON; CRUZ, 2005). Sob a perspectiva da inter-relação do direito ao meio ambiente com os demais direitos humanos, o Art. 27 da Carta dispõe que: “Todas as políticas da União devem

obrigados a assegurar direitos mínimos para uma existência humana digna a todos os indivíduos (JAYME, 2005). Tais instrumentos humanitários transcendem o nível puramente estatal em busca de um maior grau de proteção da pessoa humana, com o fito de salvaguardar os interesses comuns superiores por eles protegidos (TRINDADE, 1993).

O “direito a ter direitos”, segundo a terminologia de Hanah Arendt se consolida como referencial e paradigma da normatividade internacional de proteção aos direitos humanos (MAZZUOLI, 2001a). Um direito que, para Kant, “não é ‘uma representação fantástica de mentes exaltadas’, mas uma das condições necessárias para a busca da paz perpétua, numa época da história em que ‘a violação do direito ocorrida num ponto da Terra é percebida em todos os outros pontos’” (BOBBIO, 1992, p.128).

Impende registrar, de forma bastante sintética, a confusão teórica e normativa dos termos empregados para designar os direitos básicos do homem, sendo ora denominados *direitos naturais*, *direitos inatos* ou *originários* (para expressar sua precedência ao pacto social e denotar a sua originalidade humana); ora *direitos do homem* (expressão utilizada na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789); ora *liberdades públicas*, *direitos individuais* ou *liberdades individuais* (expressões empregadas pelos positivistas para se contrapor às idéias jusnaturalistas); e, por fim, *direitos fundamentais* (utilizados na Alemanha como designativos de posições jurídicas básicas dos indivíduos frente ao Estado ou como autolimitação do poder soberano estatal em benefício de determinados interesses privados) (SAMPAIO, 2004).

Sampaio (2004) leciona que, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, o termo *direitos humanos* seria utilizado ora no plano filosófico, ora na sua dimensão internacional, enquanto a expressão *direitos fundamentais* se restringiria aos direitos reconhecidos por uma comunidade estatal concreta.

Nas palavras de Sampaio (2004, p.8), os *direitos humanos* seriam

os direitos válidos para todos os povos ou para o homem, independente do contexto social em que se ache imerso, direitos, portanto, que não conhecem fronteiras nacionais, nem comunidades éticas específicas, porque foram afirmados – declarados ou constituídos a depender da visão dos autores – em diversas cartas e documentos internacionais como preceitos de *jus cogens* a todas as nações obrigar, tendo por começo exatamente a Declaração Universal de 1948 (dimensão internacionalista dos direitos humanos).

integrar um elevado nível de proteção do ambiente e a melhoria de sua qualidade, e assegurá-los de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável.” (MAZZUOLI, 2004).

¹⁰⁸ A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos foi aprovada pela Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) em janeiro de 1981 e entrou em vigor a partir de 1986 (CHACON; CRUZ, 2005). Dentre as várias disposições relacionadas com o direito ao meio ambiente sadio na Carta, destaca-se o Art. 24, o qual declara que: “Todos os povos têm direito ao meio ambiente geral satisfatório, propício ao seu desenvolvimento.” (MAZZUOLI, 2004).

Por sua vez, os *direitos fundamentais*, conforme Sampaio (2004, p.8), seriam aqueles “juridicamente válidos em um determinado ordenamento jurídico ou que se proclamam invioláveis no âmbito interno ou constitucional (dimensão nacional dos direitos humanos).”

Para Moraes (2007, p.94), os direitos humanos fundamentais podem ser definidos como

o conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano, que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana.

Nessa linha, os direitos humanos seriam um conjunto de faculdades atribuídas às pessoas e aos grupos sociais, expressão de suas necessidades referentes à *vida*, à *liberdade*, à *igualdade*, à *participação política*, ou qualquer outro aspecto fundamental relacionado ao desenvolvimento do homem em uma comunidade de pessoas livres, exigindo o respeito ou a atuação de toda a coletividade e do Estado, com a garantia dos poderes públicos para restabelecer seu exercício no caso de violação ou para realizar a prestação (SAMPAIO, 2004; MORAES, 2007). Os direitos humanos se converteram, portanto, em um conjunto de convicções ético-políticas admitidas por todos os países, em um mínimo denominador comum civilizatório do atual momento histórico (ROTA, 1996).

A perspectiva histórica dos direitos humanos nos remete à classificação baseada na ordem cronológica em que passaram a ser constitucionalmente reconhecidos, conforme a marca predominante dos eventos históricos e das inspirações axiológicas que deram identidade às gerações ou, para alguns, dimensões de direitos¹⁰⁹: (i) a primeira, surgida com as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, valorizava a *liberdade*; (ii) a segunda, oriunda dos movimentos sociais democratas e da Revolução Russa, enfatizava a *igualdade*; (iii) a terceira, consideradas as agruras passadas pela humanidade durante a Segunda Guerra Mundial, refletia os valores da *fraternidade* (SAMPAIO, 2004; MORAES, 2006).

A idéia de sucessão de direitos acaba por conflitar com as características fundamentais dos direitos humanos contemporâneos, sobretudo no tocante à sua indivisibilidade e interdependência, que se contrapõem à visão fragmentária e hierarquizada das gerações de direitos humanos (MAZZUOLI, 2001a). Para ele, a concepção contemporânea dos direitos do homem conjuga a

¹⁰⁹ “Alguns autores entendem que devemos denominar os diversos períodos de desenvolvimento desses direitos como *dimensões* de direitos fundamentais; de outra feita, outros entendem que devemos denominar de *gerações*. Optamos por aderir à primeira corrente, haja vista que a palavra *gerações* passa-nos uma sensação – até mesmo pela sua semântica –, de fatos e situações que, cronologicamente, se sobrepuseram, enquanto a palavra *dimensões* revela-nos a possibilidade de desenvolvimento e expansão dos direitos fundamentais, sem a necessidade de exclusão ou substituição.” (MEDEIROS, 2004, p.68).

liberdade e a igualdade, o que denota o caráter indivisível e interdependente desses direitos. Por consequência, não há como entender que uma geração sucede a outra, na medida em que há uma verdadeira interação e mesmo fusão dos direitos humanos já consagrados com aqueles que os sucedem.

Assim, os direitos fundamentais de *primeira geração*¹¹⁰ são os direitos e garantias individuais (encontram-se sob essa qualificação a liberdade em geral e as liberdades específicas como a de consciência e religião, de expressão e imprensa, direito de propriedade, à vida e à segurança, etc.) e políticos clássicos (seu núcleo se encontra no direito de votar e ser votado), surgidos institucionalmente com a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia (1776), cujos postulados foram incorporados, posteriormente, na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776) (JORA, 2006).

Os direitos fundamentais de *segunda geração*¹¹¹ são os direitos sociais (relacionados ao trabalho, ao seguro social, ao descanso, ao lazer, à saúde, à educação, à subsistência, ao amparo à doença, à velhice, etc.), econômicos e culturais surgidos no final do século XIX e início do século XX, como forma de propiciar condições mínimas de existência que permitam ao indivíduo usufruir as demais liberdades (SAMPAIO, 2004; JAYME, 2005; MORAES, 2006).

Por fim, modernamente, protege-se constitucionalmente, como direitos fundamentais de *terceira geração* os denominados direitos de solidariedade ou fraternidade - que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, a uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros *direitos difusos*¹¹² -; reconhecidamente direitos de todos e não só dos cidadãos nacionais; interesses que desconhecem fronteiras, classe ou posição social, e se definem como direitos globais (SAMPAIO, 2004; JAYME, 2005; MORAES, 2006). E isto porque o direito diz respeito à proteção de interesses pluriindividuais que superam as noções tradicionais de interesse individual ou coletivo, estruturando-se como um interesse pertencente a todos e cada um dos indivíduos componentes da pluralidade de sujeitos integrantes da aldeia global (MUKAI, 2004).

Bobbio (1992, p.6), ao escrever sobre os novos direitos, dá ênfase ao direito fundamental ao meio ambiente, afirmando que “o mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído”. E não poderia ser de outra forma, diante

¹¹⁰ Na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, os direitos de primeira geração estão albergados nos artigos 4º ao 21. Por sua vez, a Constituição do Brasil de 1988 elenca tais direitos em seu artigo 5º.

¹¹¹ Previstos nos artigos 22 ao 27 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

¹¹² Conceitua-se o *direito difuso* como “o interesse juridicamente reconhecido, de uma pluralidade indeterminada ou indeterminável de sujeitos que, potencialmente, pode incluir todos os participantes da comunidade geral de referência, o ordenamento geral cuja normativa protege tal tipo de interesse.” (ANTUNES, 1989, p.20-21).

da importância e complexidade que a temática ambiental passou a apresentar em nível mundial e da sua direta relação com os demais direitos.

A solidariedade da terceira geração de direitos fortalece a idéia de que somos todos habitantes de um mesmo e frágil mundo a exigir um arranjo universal com o fito de manter as condições de habitabilidade planetária para as presentes e futuras gerações. O que requer um mínimo de conserto entre os níveis nacionais, regionais e internacionais, em torno de responsabilidades comuns, para assegurar o direito ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (SAMPAIO, 2004).

Magalhães (2002) afirma que, pela própria característica do direito questionado, a indivisibilidade há de ser sua tônica, na medida em que tal direito não pode ser fruído, com exclusividade, por um único indivíduo, porquanto a indeterminação dos sujeitos que dele se beneficiam é um traço peculiar desta classe de direitos.

Nessa perspectiva, Farias (2005, p.185) caracteriza os direitos fundamentais de terceira geração por meio de quatro palavras-chaves, quais sejam: (i) *homem-humanidade*; (ii) *titularidade-anônima*; (iii) *existência-transgeracional*; e (iv) *qualidade-de-vida*. A primeira ressalta a solidariedade mundial dos direitos de terceira geração, destacando o homem como parte de um todo (a humanidade); a segunda sublinha que “sendo de todos não é de ninguém”; a terceira mostra-se revolucionária para a ciência jurídica ao permitir a titularidade de seres ainda nem concebidos (que não são pessoas juridicamente falando, numa dimensão temporal prospectiva); a última vislumbra aspirações humanas que transcendem a existência mínima de subsistência e projetam o homem na infinita espiral de melhoria de seu padrão de existência.

Conforme Alonso Júnior (2006, p.35), a ordem histórica demonstra que a relação do direito internacional, antes adstrita aos Estados-membros, recebe nova roupagem, atingindo num primeiro momento os indivíduos que os integram, com o desenvolvimento do entendimento do homem como sujeito de direitos. Direitos estes primeiro reconhecidos individualmente (direitos civis e políticos), com progressão à coletivização (direitos econômicos, sociais e culturais) até atingir os denominados direitos de solidariedade, avançando-se na proteção humanística de forma globalizada como que acompanhando movimento de igual terminologia de preponderância econômica (globalização).

Note-se que a geração de direitos não pára, pois os anseios e necessidades dos homens se avolumam com o tempo e surgem da emergência de novas descobertas e técnicas¹¹³, dando lugar a

¹¹³ Nesse sentido, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, reconhece a insuficiência dos direitos nela consagrados para assegurar com plenitude a dignidade do ser humano, motivo pelo qual, nos termos do seu artigo 31, admite a incorporação de novos direitos (JAYME, 2005).

propostas de direitos fundamentais de *quarta*¹¹⁴ e *quinta*¹¹⁵ *gerações* que, na visão de Sampaio (2004), estão em fase de definição e ainda não despertaram consenso entre os estudiosos.

A visão dos direitos humanos em ondas geracionais indica o caráter cumulativo da evolução desses direitos no tempo, devendo-se situá-los num contexto de unidade, indivisibilidade e interdependência, porquanto, cada geração de direitos interage, de forma integrada, com as demais (BRANCO, 2000).

Claríssima a esse respeito, a Declaração de Direitos Humanos de Viena (1993) dispõe, no seu item 5, que:

Todos os direitos humanos são *universais*¹¹⁶, *indivisíveis*¹¹⁷, *interdependentes* e *inter-relacionados*. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais¹¹⁸. (U.N, 1993, tradução nossa, grifo nosso).

Assim, independente da definição que se dê aos direitos humanos, importa realçar que tais direitos relacionam-se diretamente com a garantia de não-ingerência do Estado na esfera individual e a consagração da dignidade humana, tendo um universal reconhecimento por grande parte dos Estados, seja em nível constitucional, infraconstitucional, seja em nível de direito consuetudinário ou mesmo por tratados e convenções internacionais (MORAES, 2007).

¹¹⁴ Para alguns, seriam desdobramento da terceira geração de direitos, destacando-se a vida permanente e saudável na e da Terra, compondo os direitos intergeracionais a uma vida saudável e em harmonia com a natureza e ao desenvolvimento sustentável, como se afirmou na Carta da Terra ou na Declaração do Rio de Janeiro (SAMPAIO, 2004). Para Bobbio (1992), a quarta geração de direitos compreenderia a biotecnologia, engenharia genética e os efeitos dela decorrentes.

¹¹⁵ Direitos ainda a serem desenvolvidos, mas que tratam do cuidado, compaixão e amor por todas as formas de vida, reconhecendo-se que a segurança humana não pode ser plenamente realizada se o indivíduo não for visto como parte integrante do cosmos (SAMPAIO, 2004). Para Jora (2006), a quinta geração de direitos compreenderia os direitos da tecnologia de informação (Internet), do ciberespaço e da realidade virtual. Logo, teriam correspondência direta com o direito à privacidade e à informação.

¹¹⁶ “Caracterizam-se os direitos humanos pela universalidade, decorrência da condição invariável da pessoa humana, pois basta o indivíduo ser humano para tornar-se titular desses direitos, independentemente de suas condições subjetivas.” (JAYME, 2005, p.2).

¹¹⁷ “A indivisibilidade permeia toda a noção de direitos humanos; entre direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, não se estabelece primazia de uns em desfavor de outros, pois todos são essenciais à realização do princípio da dignidade humana.” (JAYME, 2005, p.2).

¹¹⁸ “5. All human rights are universal, indivisible and interdependent and interrelated. The international community must treat human rights globally in a fair and equal manner, on the same footing, and with the same emphasis. While the significance of national and regional particularities and various historical, cultural and religious backgrounds must be borne in mind, it is the duty of States, regardless of their political, economic and cultural systems, to promote and protect all human rights and fundamental freedoms.”

3.1 Direito à vida e direito a um meio ambiente sadio

O direito à vida é universalmente conhecido como um direito básico ou fundamental inerente a todos os indivíduos, na medida em que seu gozo é condição necessária para a fruição da totalidade dos demais direitos humanos. Nesse sentido, o direito à vida, tomado em sua dimensão ampla e própria, “compreende o direito de todo ser humano de não ser privado de sua vida (*direito à vida*) e o direito de todo ser humano de dispor dos meios apropriados de subsistência e de um padrão de vida decente (preservação da vida, *direito de viver*)” (TRINDADE, 1993, p.73).

Quadros (2002) afirma que o direito à vida vai além da simples existência física, por acreditar que tal direito expressa a síntese de todos os demais direitos que constituem os Direitos Humanos. Para ele, o exercício dos direitos individuais, a garantia dos direitos sociais, a política econômica e a própria democracia existem no sentido de oferecimento de dignidade à vida da pessoa humana.

Nessa linha, tendo em conta que a degradação do meio ambiente repercutiria negativamente sobre as condições da existência humana – a própria vida, a saúde física e mental, o bem estar das gerações presentes e futuras –, era o próprio direito à vida, em sua ampla dimensão, que acarretava o reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio. Ou seja, a garantia do direito a um meio ambiente sadio protegeria a vida humana sob dois aspectos, a saber: (i) a existência física e saúde dos seres humanos; (ii) a dignidade desta existência, ou seja, “a qualidade de vida que faz com que valha a pena viver” (TRINDADE, 1993, p.76).

Tem-se, então, que o direito a um meio ambiente sadio – entendido como o direito às condições de vida que assegurem a saúde física, moral, mental e social, a própria vida, assim como o bem estar das presentes e futuras gerações –, configura-se como extensão ou corolário do direito à vida, encontrando-se os Estados no dever de evitar riscos ambientais sérios à vida e assegurar condições de sobrevivência a todos os indivíduos.

Assim, o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem integram a base das constituições democráticas modernas, as quais asseguram a prevalência do Direito sobre o voluntarismo despótico dos soberanos. A Constituição, nesse sentido, é a expressão da vontade de todos, é a lei das leis e está reconhecidamente legitimada a limitar o poder de governantes e legisladores (JAYME, 2005).

Nessa vertente, a construção de um verdadeiro Estado Democrático de Direito não se pode dar sem o respeito aos atributos essenciais da pessoa humana expressos nos direitos fundamentais, neles incluído o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado.

Sob a ótica constitucional brasileira, o direito ao meio ambiente é vislumbrado como um direito à vida voltado às necessidades de toda a população, interessado em proteger os valores fundamentais da pessoa humana e possibilitando, de forma concreta, a defesa deste direito à vida, em face da tutela dos denominados direitos materiais constitucionais metaindividuais (PREDIGER, 2007).

Nesse sentido, ao usar a expressão *sadia qualidade de vida* no Art. 225 da CR/88, o legislador constituinte optou por estabelecer dois objetos de tutela ambiental: (i) o primeiro, de caráter *imediato*, representado pela qualidade do meio ambiente; (ii) o segundo, de caráter *mediato*, constituído pela saúde, o bem-estar e a segurança da população, que se vêm sintetizando na expressão da qualidade de vida (FIORILLO; RODRIGUES 1999).

Nota-se, pois, a indeterminação do conceito *sadia qualidade de vida*, propositadamente instituído pelo legislador no intuito de estender o espaço de incidência da norma, porquanto, se houvesse uma definição precisa de meio ambiente, inúmeras situações que poderiam ser inseridas na órbita de seu conceito atual, poderiam deixar de sê-lo, dada a restrição de seu sentido (FIORILLO; RODRIGUES, 1999).

Desta feita, considerada a absoluta simetria entre o direito ao meio ambiente e o direito à vida, infere-se que o direito à vida é objeto do direito ambiental, sendo certo que sua correta interpretação não se restringe pura e simplesmente ao direito à vida, enquanto vida humana, mas sim direito à *sadia qualidade de vida* em todas as suas formas (FIORILLO, 1995). Ou seja, a tutela ambiental não se restringe à tutela da vida, abarcando, pois, a garantia constitucional de uma vida digna e *sadia* em todas as suas formas.

Por consectário lógico, o direito ao meio ambiente é pressuposto dos demais direitos do homem, vez que, somente aqueles que possuem vida, e mais ainda, vida com qualidade e saúde, é que terão condições mínimas de exercitarem os demais direitos da pessoa humana, nestes compreendidos os direitos de primeira e segunda geração (FIORILLO; RODRIGUES, 1999). A degradação ambiental constitui, assim, uma obstrução ao pleno e eficaz exercício dos demais direitos do homem (FIORILLO; RODRIGUES, 1999)

Conforme afirmado por Trindade (1993), a luta pela proteção do ambiente acaba se identificando com a luta pela proteção dos direitos humanos, na medida em que se busque a melhoria das condições de vida em um ambiente *sadio*. Para ele, os avanços nos dois âmbitos de proteção vêm, de certa maneira, favorecer a proteção do ser humano e da humanidade contra seus próprios impulsos destrutivos.

Assim, resta evidente que a incidência do meio ambiente na existência humana é o que justifica sua inclusão no rol de direitos fundamentais, porquanto, a conservação da espécie

humana, ameaçada pela degradação ambiental, constitui um valor prioritário para qualquer sociedade (FIORILLO; RODRIGUES, 1999).

Com efeito, a constitucionalização dos direitos humanos fundamentais não significa mera enunciação formal de princípios, mas a plena positivação de direitos, cuja tutela poderá ser exigida por qualquer indivíduo junto ao Poder Judiciário, no intuito de garantir a democracia. Haja vista que o respeito aos direitos humanos fundamentais, sobretudo pelas autoridades públicas, é pressuposto básico para a construção de um verdadeiro Estado Democrático de Direito (MORAES, 2007).

No Brasil, ao tratar da questão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Supremo Tribunal Federal (STF) manifestou-se no seguinte sentido:

A QUESTÃO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE.

O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social.

Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas e formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexaurabilidade. (BRASIL, STF, MS 22.164-0/SP, Rel. Ministro Celso de Mello, DJ 17/11/1995, 39206).

Mesmo porque, como já proclamado pelo Supremo Tribunal Federal, trata-se o meio ambiente

“de um típico direito de terceira geração que assiste, de modo subjetivamente indeterminado, a todo o gênero humano, circunstância essa que justifica a especial obrigação – que incumbe ao Estado e à própria coletividade – de defendê-lo e preservá-lo em benefício das presentes e futuras gerações, evitando-se, desse modo, que irrompam, no seio da comunhão social, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade na proteção da integridade desse bem essencial de uso comum de todos quantos compõem o grupo social” (BRASIL, STF, RE 134.297-SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 22/09/1995, 30597).

3.2 Direito à saúde e direito a um meio ambiente sadio

De igual modo, o direito à saúde, a exemplo do direito à vida, impõe obrigações *negativas* (de não praticar atos que possam por em risco a saúde do homem) e *positivas* (de tomar todas as providências apropriadas à proteção e preservação da saúde humana), constituindo-se, também, como uma pré-condição para o exercício da liberdade. O direito à saúde requer, assim, a proteção da integridade física e mental do indivíduo e de sua dignidade, impondo-se à coletividade a garantia do direito à saúde, a prevenção e o tratamento de doenças (TRINDADE, 1993).

Nesse sentido, a proteção do meio ambiente acarreta indireta, mas, necessariamente, a proteção dos seres humanos, na medida em que o objeto do direito ambiental, e daí do direito a um meio ambiente sadio, é o de proteger os seres humanos ao assegurar-lhes um meio de vida adequado (TRINDADE, 1993). A toda evidência, a salvaguarda do direito à saúde exige a proclamação do direito humano à salubridade ambiental.

Verifica-se, pois, que a manutenção das condições ambientais é alicerce para a própria vida. O meio ambiente é que proporciona ao homem seu sustento material e lhe oferece a oportunidade de se desenvolver física, moral e intelectualmente. Só há qualidade de vida onde exista um meio ambiente ecologicamente equilibrado (TRINDADE, 1993).

Neste particular, a erradicação da pobreza que assola a maioria da população constitui tarefa essencial de todos os Estados e indivíduos, de modo a assegurar o atendimento de suas necessidades básicas e a maximização do bem estar para aqueles que vivem em condições de extrema pobreza. Os Estados não de proporcionar a todas estas pessoas os direitos à alimentação, à habitação, à educação, à saúde, a um salário justo, à participação democrática e ao meio ambiente sadio, mediante um desenvolvimento sustentável que proporcione uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza (TRINDADE, 1993).

Nesse aspecto, o direito ao meio ambiente sadio integra o acervo jurídico da pessoa humana a fim de garantir-lhe uma vida digna, porquanto segundo Sarlet (2006, p.40) “vida digna é necessariamente uma vida saudável.” Não é por outro motivo que, no ordenamento jurídico brasileiro, entende-se por poluição “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população”¹¹⁹.

¹¹⁹ Art. 3º, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 6.938/81.

Dentro desse contexto, embora o Brasil seja parte dos principais tratados internacionais sobre o meio ambiente concluídos sob os auspícios da ONU¹²⁰, vale ressaltar a omissão da Administração Pública brasileira no tocante à garantia de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, porquanto resta indubitável que muitas cidades nacionais apresentam péssima qualidade do ar; cursos d'água poluídos por detritos industriais e esgoto doméstico; solos contaminados por pesticidas; etc., sujeitando inúmeras pessoas às agruras provocadas pela poluição em seus diversos aspectos (SILVA, 2008).

Logo, o direito à saúde, entendida como um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidades, encontra-se indissociavelmente ligado ao direito à vida e ao direito ao meio ambiente sadio, constituindo obrigação do Estado e de toda a sociedade proteger e garantir o desfrute pleno dos direitos humanos fundamentais – liberdades, moradia, lazer, trabalho, direito ao desenvolvimento, etc. (CHACON; CRUZ, 2005).

O Relatório final da I Reunião do Grupo de Consultores Jurídicos do PNUMA (Malta, 1990), concluiu que os direitos à vida e à saúde configuram uma ponte entre os direitos humanos e o direito a um meio ambiente equilibrado. Com isso, numa perspectiva integrada, pode-se afirmar que somente é possível viver (direito à vida) com qualidade (direito de viver) e saúde (direito à saúde) se o ambiente estiver equilibrado, o que é pressuposto para o gozo de todos os demais direitos humanos (PAIM, 2003).

3.3 *Jus cogens ambiental*

Bobbio (1992, p.63), ao comentar sobre a conjuntura dos direitos humanos, dentre eles sobre o meio ambiente, assevera que, partindo-se do plano ideal para o plano real, uma coisa é falar dos direitos do homem e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva. Sobretudo se considerado que “à medida que as pretensões aumentam, a satisfação delas torna-se cada vez mais difícil.”

¹²⁰ Entre os mais recentes instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil em matéria de meio ambiente destacam-se: (i) a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, adotada pelas Nações Unidas, na cidade de Nova Iorque, em 09 de maio de 1992, aprovada, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 1/94, e promulgada pelo Decreto nº 2.652/98; (ii) o Protocolo de Quioto, adotado na cidade de Quioto, em 14 de dezembro de 1997, aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 144/02, e ratificado em 23 de agosto de 2002; (iii) a Convenção sobre diversidade biológica, adotada na cidade do Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992, aprovada, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 2/94, e promulgada pelo Decreto nº 2.519/98, tendo entrado em vigor internacional em 29 de dezembro de 1993 (MAZZUOLI, 2004).

Nessa perspectiva, Bobbio (1992) salienta que o problema fundamental em relação aos direitos humanos, hoje, não é tanto o de justificá-los filosoficamente (quanto à sua natureza e seu fundamento), mas o de garanti-los, jurídica e politicamente, de modo a impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.

Rezek (2002) ressalta que a Declaração Universal dos Direitos do Homem não é um tratado, e, portanto, seus dispositivos não constituem uma obrigação jurídica para cada um dos Estados representados na Assembléia Geral da ONU, quando da adoção do seu respectivo texto sob a forma de uma Resolução. Não raro, ante gestões externas fundadas na proteção dos direitos humanos, certos países reagiram lembrando a natureza não-convencional da Declaração.

Para Bobbio (1992), as cartas de direito, enquanto permanecem no âmbito do sistema internacional do qual promanam, representam expressões de boa vontade, ou, quando muito, diretivas gerais de ação orientadas para um futuro indeterminado e incerto, sem quaisquer garantias de realização além da boa vontade dos Estados, e sem outra base de sustentação além da pressão da opinião pública internacional ou de agências não estatais, por não existir a previsão de sanção institucionalizada internacionalmente.

Todavia, com espeque na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969), o atributo da soberania não constitui razão para que determinado Estado invoque seu direito interno com o objetivo de inadimplir determinada obrigação firmada no seio de um tratado internacional¹²¹. Não fora isso, ainda que inexistam tratados diplomáticos disciplinando a aplicação de regras entre países contraentes, a admissão da teoria do *jus cogens* implicaria na existência de um regramento de caráter obrigatório que, ultrapassando o âmbito restrito dos territórios nacionais, se impusesse a todos os Estados com necessária observância (BRITO JÚNIOR, 2005).

Ao tratar da teoria do *jus cogens*, Mazzuoli (2001b, p.88-89) explicita que:

A teoria do *jus cogens* veio, então, limitar a autonomia da vontade dos entes soberanos (*jus dispositivum*) na esfera internacional, assim o fazendo com vistas a assegurar, de certa forma, a ordem pública no âmbito externo. Integram-na, grosso modo: a) o costume internacional geral ou comum, a exemplo das normas protetoras dos próprios fundamentos da ordem internacional, como a proibição do genocídio ou do uso da força fora do quadro da legítima defesa; as normas sobre cooperação pacífica na proteção de interesses comuns, como a liberdade dos mares; as normas que proíbem a escravatura, a pirataria, o genocídio e a discriminação racial; as normas de direito humanitário, que protegem os civis em tempo de guerra etc.; b) as normas convencionais pertencentes ao direito internacional geral, a exemplo dos princípios constitucionais constantes da Carta das Nações Unidas, como os da preservação da paz, da segurança e da justiça internacionais etc.; c) o direito internacional geral, de fonte unilateral ou convencional sobre direitos e garantias fundamentais do homem, como a Declaração Universal dos

¹²¹ Nesse sentido, o artigo 27 da “Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados” consigna que “uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o descumprimento de um tratado”.

Nesse sentido, reconhece-se a obrigatoriedade e universalidade do direito internacional dos direitos humanos, cujas normas situam-se no topo da hierarquia normativa, estabelecendo limites intangíveis para todos os Estados, porquanto quem dita a última palavra sobre interpretação e aplicação das normas de direitos humanos é a jurisdição internacional, e dizer por último significa estabelecer soberana e definitivamente o direito (JAYME, 2005).

Pelo sistema de proteção dos direitos humanos, os Estados assumem o dever de cumpri-los e de fazê-los cumprir dentro das fronteiras de seu território, sendo-lhes defeso, sob a invocação do direito interno ou do princípio da soberania, furtar-se ao cumprimento do preceito estabelecido nas normas de direito internacional dos direitos humanos (JAYME, 2005; TRINDADE, 1993). Dessa evidência, o direito interno e o direito internacional formam um todo indivisível, encerrando, por conseguinte, a dicotomia entre as teorias monista e dualista¹²²; interagem objetivando a máxima proteção da pessoa humana (JAYME, 2005).

O direito internacional novo é constrangido, então, a apagar as fronteiras e a multiplicar os espaços coletivos e a idéia de interesses comuns das gerações presentes e futuras. Pelo viés dos direitos humanos e, sobretudo, da proteção do meio ambiente, o direito internacional poderá perder seu caráter egoísta dominado pela sacrossanta soberania dos Estados para se tornar enfim o direito da solidariedade, aceitando a evidência de que habitamos, todos, o mesmo planeta Terra (PRIEUR *apud* MUKAI, 2004, p.187).

A íntima relação existente entre o meio ambiente e os direitos humanos é demonstrada, ademais, pelo fato de ambos fomentarem a erosão gradual do denominado “domínio reservado dos Estados”, porquanto, o tratamento das questões relacionadas aos seus próprios nacionais e à conservação do meio ambiente torna-se uma questão de interesse internacional. Infere-se um processo de internacionalização tanto da proteção dos direitos humanos (a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948) quanto da proteção ambiental (a partir da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972).

¹²² Em síntese, a “teoria dualista”, elaborada por Heinrich Triepel, pressupõe que o Direito Internacional e o Direito interno são noções diferentes, pois estão respectivamente fundamentados em duas ordens: interna e externa. A “teoria monista” pressupõe que o Direito internacional e o Direito interno são elementos de uma única ordem jurídica e, sendo assim, haveria uma norma hierarquicamente superior regendo este único ordenamento. Esta teoria, ainda, apresenta duas correntes distintas: (i) a que defende a primazia do Direito interno, identificado por Hegel como o direito externo de Estado, isto é, o conjunto de normas estatais que disciplinam as relações entre os Estados; (ii) a que sustenta a primazia do Direito Internacional, na qual Kelsen se destaca ao defender a unidade do direito e o primado do Direito Internacional sobre o estatal (FERRAJOLI, 2007).

A propagação da ideologia dos interesses difusos, neles incluídos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um patrimônio comum da humanidade, confirma a afeição geral a toda a sorte de orientação pró-ambiente mundialmente sugerida, tendo-se em vista os riscos do homem ver-se privado do ecossistema viável à manutenção de sua espécie. Em outras palavras, a proteção da totalidade da biosfera acarreta indireta, mas necessariamente, a proteção dos seres humanos, na medida em que o fundamento do direito ambiental e, conseqüentemente, do direito a um meio ambiente sadio, é o de proteger toda a coletividade humana, assegurando-lhe o direito à vida (TRINDADE, 1993).

Refletindo sobre o tema dos direitos do homem, Bobbio (1992, p.45-46) aconselha àquele que pretenda examinar o seu desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial a ler a Declaração Universal e depois olhar em torno de si. Para ele, o indivíduo que o fizer será obrigado a reconhecer que, inobstante as corajosas formulações dos juristas, dos esforços dos políticos de boa vontade, há um longo caminho a ser percorrido. “E ele terá a impressão de que a história humana, embora velha de milênios, quando comparada às enormes tarefas que está diante de nós, talvez tenha apenas começado.” (BOBBIO, 1992, p.45-46).

Ao passo que, somente será possível falar legitimamente de tutela internacional dos direitos humanos “quando uma jurisdição internacional conseguir impor-se e superpor-se às jurisdições nacionais e quando se realizar a garantia dentro do Estado – que ainda é característica predominante da atual fase – para a garantia contra o estado” (BOBBIO, 1992, p.40-41).

Desse modo, a realidade demanda a redefinição de conceitos e atitudes arraigados na sociedade moderna, como, por exemplo, os de Estado nacional e de soberania, que precisam ser reavaliados para se tornarem capazes de ganhar concretude e estabelecer as competências necessárias que o Estado deve desempenhar na qualidade de promotor do bem comum (JAYME, 2005).

3.4 Ingerência ambiental

Indaga-se, então, se, diante desse quadro, onde a política mundial ainda é assinalada pelos conflitos dos Estados por poder, prestígio e riqueza, e da ausência de uma autoridade internacional com competência para fazer cumprir suas decisões, a comunidade internacional, por meio da

ONU, disporia da ingerência¹²³ como meio de fazer com que o Estado inadimplente observe as normas internacionais de direito ambiental. Haveria, portanto, um direito à ingerência de Estados ou órgão internacional na soberania de outros Estados, pela má gestão do meio ambiente nos limites territoriais em que exercem mencionada soberania?

Não há novidade alguma ao mencionar os efeitos deletérios da degradação ambiental, tais como: perda de biodiversidade; efeito estufa; aquecimento da atmosfera devido à emissão de gases e, por consequência, mudanças climáticas; poluição do ar urbano; chuva ácida; desertificação; proliferação de doenças causadas por insetos; alterações nos volumes de água potável; secas; enchentes; ciclones tropicais; avanço das águas do mar; contaminações associadas ao uso da energia nuclear; etc.¹²⁴. A ausência de medidas efetivas de proteção do meio ambiente amplia, consideravelmente, as tragédias ambientais, cujas catastróficas consequências revelam a necessidade de adoção de medidas urgentes e eficientes por parte dos Estados e de toda a coletividade.

Diante da crise ambiental do planeta e do desrespeito aos direitos humanos, Chagas (2004) ressalta que, os indivíduos habilitados a exercitar o controle dos seus direitos fundamentais (ou seja, direitos reconhecidos internamente), ao tentar transpor essa realidade para o plano internacional são obstados, porquanto, nesse âmbito, somente os Estados podem agir por si e por seus nacionais, dado que as normas relativas aos direitos humanos existem somente nos tratados firmados entre Estados. Nesse sentido, no caso de descumprimento de uma regra de direitos humanos, “o Estado inocente não pode recusar-se a cumprir as suas obrigações, porque o impede o art. 60-5¹²⁵, da Convenção de Viena” (CHAGAS, 2004, p.180).

Ante o descumprimento do Estado e a ausência de uma autoridade internacional com competência para fazer cumprir as decisões emanadas, Chagas (2004), posiciona-se no sentido de que a sociedade internacional, por meio da ONU, dispõe da ingerência como meio de fazer com que o inadimplente observe o pactuado. Contudo, conforme salientado pelo autor, ao ativar este instrumento, o Estado faltoso, corroborando-se no art. 2º (7) da Carta das Nações Unidas, ou

¹²³ A ingerência ou intervenção, no âmbito do Direito Internacional, só se caracteriza quando é praticada em tempo de paz, de forma compulsória, sem ter havido consentimento do Estado que a sofreu, configurando a intenção de um Estado, ou de um grupo de Estados, de impor ou tentar impor sua vontade nos assuntos inerentes a outro Estado (PEREIRA, 2004).

¹²⁴ Menciona-se ainda a grave questão dos refugiados ambientais, embora os governos, em sua maioria, ainda não reconheçam a decadência ambiental como uma causa de deslocamento de pessoas no mundo (TRINDADE, 1993).

¹²⁵ “Art. 60. Extinção ou Suspensão da Execução de um Tratado em Consequência de sua Violação

[...]

5. Os parágrafos 1 a 3 não se aplicam às disposições sobre a proteção da pessoa humana contidas em tratados de caráter humanitário, especialmente às disposições que proíbem qualquer forma de represália contra pessoas protegidas por tais tratados.” (MAZZUOLI, 2006, p.280).

mesmo no art. 19¹²⁶ da Carta da Organização dos Estados Americanos (se for o caso), invoca instantaneamente o seu poder soberano – guardião do seu discricionarismo interno. Ocorre que, para Chagas (2004), nos casos de inobservância dos direitos humanos, o direito à independência e à autodeterminação não serve de escudo contra a intervenção coercitiva dos Estados ou do órgão que os represente.

Assim, enquanto não se generaliza o conceito contemporâneo de uma soberania flexibilizada, faculta-se a prática de ingerência pelo órgão competente da ONU, em caso de descumprimento, pelos Estados, de obrigações internacionais sobre direitos humanos, no intuito de garantir a efetividade destes direitos (CHAGAS, 2004). Haja vista que, no entender de Chagas (2004), a soberania é incompatível com a proteção internacional dos direitos humanos.

Transportando o debate para a seara ambiental, cabe ao direito internacional público a tarefa de estabelecer a disposição jurídica “capaz de ir do estágio de cooperação livremente consentida ao da ingerência necessária à proteção, não só das espécies vivas, mas também dos patrimônios culturais gravemente ameaçados pelos comportamentos contrários ao ambiente” (BACHELET, 1995, p.70). Ou seja, face à importância do meio ambiente para o homem e demais seres vivos, o direito de ingerência ecológica não pode ser condicionado à vontade do Estado controlado ou controlador, ao contrário, deve ser imposto de maneira imune à soberania dos Estados (CHAGAS, 2004).

Nesse sentido, muito embora a ingerência tenha sido objeto de reprovação pela Corte Internacional de Justiça (CIJ)¹²⁷ em inúmeras ocasiões, Bachelet (1995) afirma que o risco ecológico de grande proporção (poluição marítima de grande envergadura, catástrofe nuclear, destruição de sítios naturais, etc.), cuja repercussão cause graves efeitos à saúde do Planeta, à vida das espécies animais (aqui incluída a espécie humana) e vegetais, justificaria o direito à ingerência de um ou vários Estados, ou de uma organização internacional que os reúna.

Corroborando sua assertiva, o Princípio 21 da Declaração de Estocolmo dispõe claramente que “os Estados têm uma liberdade relativa ou uma liberdade controlada para a exploração de seus recursos naturais. Nesse sentido, entende-se que a soberania ‘cria para o Estado obrigações que são corolário de seus próprios direitos’”¹²⁸ (MACHADO, 2003a, p.1008). Conforme Silva (1998), o

¹²⁶ “Art. 19. Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.” (MAZZUOLI, 2006, p.69).

¹²⁷ A Corte Internacional de Justiça, fundada em 1945, foi estabelecida pela Carta das Nações Unidas como o principal órgão judiciário das Nações Unidas.

¹²⁸ Salienta-se, todavia, que a questão da soberania permanente sobre os recursos naturais figurou entre os temas mais importantes dentre aqueles discutidos nas reuniões do Grupo dos 77 para a redação da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, aprovada em dezembro de 1974, pela Assembléia Geral da ONU, a qual estabeleceu, em seu

descaso e a inconsciência da comunidade global, nos dias de hoje, nos levam à afirmação de que se deverá caminhar, com urgência, para a definição de defeitos transnacionais que, quando praticados, lesam a própria humanidade e condenam gerações a viver com extrema dificuldade num futuro bastante próximo.

Com efeito, Chagas (2004) afirma que, somente a proporção considerável dos riscos ambientais em nível internacional facultaria a ingerência ambiental na soberania do Estado inadimplente. Nesses casos a ingerência se configuraria como um dever do Estado ou órgão ingerente em face dos demais, sobretudo se considerado que os bens que compõem o meio ambiente constituem o patrimônio da humanidade, ao passo que, em relação ao Estado que a sofre, a ingerência se apresenta como um direito de assistência, edificado a partir das sucessivas intervenções humanitárias¹²⁹.

Nesse contexto, partindo das idéias de Rawls, Cunha (2001, p.XV) sustenta que “‘devemos negar aos Estados os direitos tradicionais à guerra e à autonomia interna irrestrita’ e que o direito de intervenção é admissível não só em caso de violação dos direitos humanos, mas em hipóteses como a ‘ofensa à integridade ambiental da terra’ [...]”.

Contudo, de forma a evitar a manipulação de intervenções desnecessárias, economicamente relevantes ou a omissão de intervenções imprescindíveis, Chagas (2004), salienta que a necessidade ou não da ingerência não pode ficar restrita apenas à decisão dos Estados ou órgão que os represente, sendo, pois, relevante a efetiva participação e oitiva dos cidadãos¹³⁰, já que diretamente interessados. Em última análise, o direito ao meio ambiente proporciona à humanidade a oportunidade de, solidariamente, gerir os recursos da aldeia global.

Ocorre que a utilização da ingerência desprovida de cautela certamente culminaria em intervenções injustas, nas quais regimes que se dizem constitucionais e democráticos poderiam invocar facilmente o interesse da humanidade em matéria ambiental para justificar tais intervenções, embora movidos por interesses utilitaristas e com fins econômicos. Reforçar-se-ia a

artigo 2º (1), que: “Cada Estado tem o direito soberano e inalienável de escolher seu sistema econômico, assim como seu sistema de natureza política, social e cultural, de acordo com a vontade de seu povo, sem ingerência, pressão ou ameaça externa de qualquer tipo” (PEREIRA, 2004).

¹²⁹ Para Chagas (2004), a ingerência ecológica à soberania seria viabilizada pela atuação da assistência humanitária, cujos precedentes nas atividades das agências especializadas das Nações Unidas em favor das crianças (UNICEF), dos refugiados (ACNUR), das vítimas da fome (FAO), das radiações nucleares (AIEA), das epidemias (OMS), asseguraria a sua execução, no intuito de garantir o direito a condições de vida ecologicamente aceitáveis.

¹³⁰ “Numa sociedade dos povos razoavelmente justa, as desigualdades de poder e riqueza devem ser decididas por todos os povos, e daí a importância da razão pública de povos liberais que debatem suas mútuas relações” (CUNHA, 2001, p.XV).

idéia de que “o forte faz o que quer, e o fraco aceita o que tem de aceitar”¹³¹ (CUNHA, 2001, p.VII).

Nesse passo, não se pode perder de vista que países como o Nauru e a Alemanha não têm o mesmo peso ao tempo em que se reúnem para uma negociação, porquanto resta patente que o poderio econômico alemão é infinitamente superior ao daquele país encravado no Pacífico. De igual forma, não parece razoável imaginar que em tempos passados Inglaterra e França estivessem em pé de igualdade com o Equador, por exemplo, a até mesmo o próprio Brasil (NUNES JUNIOR, 2003).

À evidência, os países mais desenvolvidos permanecem controlando os mecanismos econômicos e intervêm, sempre que entendem necessário, na soberania das outras nações, sem nenhum respeito ao direito internacional público, enquanto reflexo do princípio da autodeterminação dos povos. É o que nos mostra Martins (2001), quando ressalta que a guerra contra o Iraque e a guerra de Kosovo, embora justificadas do ponto de vista ético (defesa do Kuwait e da etnia albanesa, respectivamente), pois em ambos os casos houve violações, por parte de Hussein e Milosevic, de direitos fundamentais do ser humano, não escondem interesses outros que não aqueles de imposição dos interesses dos países mais fortes¹³².

Em outras palavras, sob o manto da defesa dos direitos universais, os países mais desenvolvidos, num futuro próximo, poderiam entender, por exemplo, que, para a preservação da população indígena ou da biodiversidade da Amazônia (ambos tutelados pela CR/88), a Amazônia deva ser considerada território universal e não mais brasileiro, decidindo, a título de “proteger” os índios e a floresta amazônica, intervir no Brasil. Salienta-se, inclusive, que, inúmeras vezes, o tema floresta amazônica foi abordado por governantes, pela mídia e em seminários internacionais¹³³,

¹³¹ Neste contexto, ressalta-se o disposto na Resolução da Assembléia Geral, intitulada “Declaração Relativa aos Princípios do Direito Internacional sobre Relações Amigáveis e a Cooperação entre os Estados”, aprovada em 1970, dizendo que: “nenhum Estado nem grupo de Estados têm o direito de intervir, diretamente ou indiretamente, por qualquer razão que seja, nos assuntos internos ou externos de um outro Estado. Em consequência, não somente a intervenção armada, mas também qualquer outra forma de ingerência ou toda ameaça dirigidas contra a personalidade de um Estado ou contra seus elementos políticos, econômicos e culturais, são contrários ao Direito Internacional. O uso da força para privar os povos de sua identidade nacional constitui uma violação de seus direitos inalienáveis em princípio de não intervenção. Todo Estado tem o direito inalienável de escolher seu sistema político, econômico, social e cultural sem qualquer forma de ingerência da parte de não importa qual outro Estado” (PEREIRA, 2004).

¹³² Não por acaso, os países do Norte, que dominam as organizações internacionais, têm sido seletivos na crítica aos relatórios sobre os direitos humanos em seus próprios territórios, sem, contudo, terem a mesma condescendência em relação aos demais países (SAMPAIO, 2004). Ou seja, o verniz ético apenas encobre os interesses das nações mais “civilizadas”, quando seus próprios interesses estão em jogo.

¹³³ Recentemente, o texto assinado pelo jornalista do “The New York Times”, Alexei Barrionuevo, na edição de 18 de maio de 2008, intitulado “De quem é a Amazônia, afinal?”, veio engrossar o coro internacional que tem questionado a soberania do Brasil sobre a Amazônia. Em 1850, o comandante Matthew Maury, chefe do Observatório Naval de Washington, defendeu a livre navegação internacional pelo rio Amazonas. Em suas palavras, “o mundo amazônico aguarda a chegada de raças fortes e decididas para ser conquistado”. No ano de 1853, o governo dos Estados Unidos exortava que “a Amazônia, se aberta à indústria do mundo, nela se achariam frutos de riquezas”. Em 1862, logo após a vitória da União na Guerra Civil americana, o presidente Abraham Lincoln sugeriu a representantes dos negros

sendo recorrente a conclusão de que o Brasil precisa preservar a floresta amazônica para o bem da humanidade (MARTINS, 2001).

Nesse passo, diante de uma realidade em que as grandes nações continuam impondo seus estilos e sua força às nações mais fracas, inclusive por ações bélicas, a relativização da soberania, reduzindo-a a uma concepção internacional que facultaria a plena soberania somente aos países desenvolvidos, resultaria em verdadeiros atentados ao poder soberano dos Estados emergentes, sem que estes tenham um foro internacional a que apelar (MARTINS, 2001). É de se lembrar que os países desenvolvidos são mais especializados em exigir o dever de casa dos outros povos, que cumprir tal dever em sua casa, sendo bastante notar a ambivalência da atuação dos Estados Unidos, e dos demais países do “G-7”¹³⁴, ao tratar dos seus interesses econômicos em detrimento das questões ambientais¹³⁵.

Infere-se, portanto, inúmeras evidências a indicar que o princípio ambientalista de cooperação entre países, em questões que prejudiquem interesses de um, não é a tônica. Pelo contrário, o mais freqüentemente observado é o país com força política procurar posicionar-se estrategicamente para continuar usufruindo (sem a devida compensação) dos bens e serviços ambientais oferecidos pelos países mais fracos e para desfrutar das oportunidades econômicas potenciais abertas pelo ambientalismo¹³⁶ (MONTIBELLER FILHO, 2001).

Sob esta ótica, adverte-se que discursos como a importância vital da floresta amazônica para a regulação do clima do planeta e afirmações do tipo “Amazônia como pulmão do mundo”¹³⁷

libertados a criação de um Estado Livre na Amazônia. Em 1953, a primeira-ministra da Grã-Bretanha, Margareth Thatcher, asseverou que: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam seus territórios”. Em 1989, o então senador americano Al Gore (depois ele foi vice do presidente Bill Clinton em duas gestões) comentou que: “Ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é propriedade deles, pertence a todos nós.” No mesmo ano, o presidente da França, François Mitterrand, afirmou que “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. Três anos mais tarde, o presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachov, sugeriu que “o Brasil deve delegar parte dos direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais”. Também em 1992, o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, John Major, ressaltou que “as campanhas de ecologistas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares”. Em 1993, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, salientou que: “Quando se trata de meio ambiente, não há fronteiras”. Finalmente, em 1998, o chefe do órgão central das Forças Armadas dos Estados Unidos afirmou que: “Caso o Brasil faça um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente dos EUA, temos que interromper o processo” (COSTA, 2008).

¹³⁴ O poderoso grupo formado pelos sete países mais industrializados do mundo: Grã-Bretanha, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos.

¹³⁵ Haja vista à recusa dos Estados Unidos em firmar qualquer compromisso de redução da emissão de gases que causam o efeito estufa, consoante as diretrizes elencadas no Protocolo de Quito, ou mesmo de comprometer-se com as metas quantitativas de redução de emissões de gases de efeito estufa no regime climático internacional que substituirá o Protocolo após 2012.

¹³⁶ “O primeiro caso pode ser ilustrado com o comportamento reticente dos Estados Unidos em relação aos tratados da biodiversidade; o segundo com a política alemã de desenvolvimento de ecotecnologias e de fechamento de suas fronteiras através de leis ambientalistas de importações (ecoprotecionismo).” (MONTIBELLER FILHO, 2001, p.41).

¹³⁷ Mereirelles Filho (2006) explica que um dos mais recorrentes mitos acerca da Amazônia é o de que ela é o “pulmão do mundo”, pois, apenas os vegetais em crescimento produzem oxigênio. Como a Amazônia é um bioma em equilíbrio dinâmico, onde há tantas árvores jovens como maduras, o que se produz é praticamente consumido. Contudo, ele

devem ser vistos com a devida parcimônia, pois podem esconder interesses de ingerência externa no país, sob o pretexto de preservação a qualquer custo, porquanto grande parte das florestas naturais do mundo já foram devastadas, sobretudo àquelas outrora localizadas nos países desenvolvidos (SILVA, 2008)

Ademais, conforme assinala Jayme (2005), as normas internacionais de proteção aos direitos humanos e, por conseguinte, do meio ambiente, estruturam-se a partir do reconhecimento da responsabilidade primária dos Estados em cumprirem e fazerem cumprir tais direitos, atribuindo aos procedimentos internacionais caráter subsidiário. Ou seja, a regra do prévio esgotamento dos recursos de direito interno assegura que o sistema de proteção internacional funcione supletivamente, apenas na hipótese de falharem os meios de proteção internos. Assim, nos casos de não cumprimento, subsiste a obrigação dos Estados de provarem que “o máximo de seus recursos disponíveis”¹³⁸ foi utilizado para cumprir suas obrigações mínimas¹³⁹ (TRINDADE, 1993, p.104).

Por outro lado, a adoção de medidas tendentes à proteção dos recursos ambientais e garantia da higidez do ambiente devem adequar-se às particularidades de cada Estado, diante do reconhecimento das diversidades biológicas, culturais e tecnológicas dos países, levando-se em conta, ainda, as dimensões territorial e populacional, a extensão e multiplicidade dos ecossistemas, a complexidade da estrutura agrária e produtiva, bem como as grandes disparidades na distribuição de renda (SILVA, 1998). Nesse passo, a complexidade da questão ambiental demanda soluções diferenciadas, próprias, que se ajustem às realidades vivenciadas por cada nação, daí a importância de se proteger a estrutura independente e soberana dos Estados nacionais (WANDERLEY JUNIOR, 2000).

Tem-se, então, que a meta perseguida por todos os homens, de viver em harmonia com o seu ambiente, enfrenta ameaças derivadas da busca do crescimento econômico, do crescimento demográfico, das pressões impostas pelo crescimento populacional e econômico sobre os escassos recursos naturais. Tais ameaças estão interligadas e demandam ações conjuntas globais. Nesse sentido, o que inibe um plano global comum para ações com o meio ambiente não necessariamente é a existência de um sistema de Estados soberanos, mas os desacordos e conflitos existentes no campo da própria ecologia. Todos precisam aprender a aceitar limites no tocante ao consumo de

esclarece que a Amazônia é, sim, fundamental ao equilíbrio climático da Terra, atuando como regulador de diversas funções vitais. Nesse sentido, intervenções mal planejadas certamente provocarão mudanças ambientais em escala planetária, cujas conseqüências são difíceis de conceber.

¹³⁸ Interessante notar que a expressão “máximo dos recursos disponíveis” cobre não só os recursos dentro do Estado, mas também os recursos disponíveis mediante cooperação e assistência internacionais, em alusão ao princípio da cooperação de todos para a proteção e o melhoramento do meio ambiente.

¹³⁹ Guido Soares (2001) afirma que, entre todos os acidentes ambientais até então ocorridos, apenas dois casos, da Fundação Trail e do Lago Lanoux, tiveram uma apreciação por órgãos julgadores internacionais, em arbitragens instituídas nas relações entre Estados e, em seu deslinde, foi aplicado o sistema da responsabilidade por culpa.

energia e outros recursos, de poluição do meio ambiente, etc., o que vai depender da manutenção e ampliação do consenso sobre os interesses e valores comuns que fundamentam suas regras e instituições coletivas¹⁴⁰ (BULL, 2002).

À luz deste cenário, marcado pelo poderio de alguns poucos Estados nacionais, entende-se que o equilíbrio da ordem internacional exigirá o avivamento do multilateralismo e o fortalecimento da sociedade civil internacional, a partir de um solidarismo cosmopolita. Deste quadro, emerge ainda a necessidade de justicialização dos direitos humanos internacionalmente enunciados, mediante a criação de Cortes independentes, capazes de proferirem decisões obrigatórias e vinculantes para todos os Estados (PIOVESAN, 2006).

3.5 Novos paradigmas em direito internacional do meio ambiente

As dificuldades enfrentadas pela sociedade internacional em matéria ambiental espelham a crise de governabilidade reinante, haja vista às grandes divergências e os interesses nada solidários manifestados pelos Estados no tocante aos problemas que, por não reconhecerem fronteiras, atingem a humanidade. Fortalece-se, assim, a necessidade de ações efetivas voltadas para o bem comum, ou a análise, sob este enfoque, dos entendimentos já havidos, de modo a evitar o declínio isolado de nações soberanas (PIRES, 2006).

Conforme Viola (2002), se até a década de setenta todos os Estados importantes, agindo em interesse próprio, eram capazes de solucionar, seja pela conciliação, seja pela imposição, a maioria de suas disputas com outros Estados, sem prejuízo de sua soberania, a partir da década de oitenta ocorreu uma perda gradativa de autonomia de quase todos eles (com a exceção dos Estados Unidos) e uma necessidade cada vez maior de cooperação internacional, o que exige muita flexibilidade nas negociações. Em prol dos interesses e benefício de toda a coletividade, a formação de regimes internacionais econômicos, de segurança e ambientais passa a impor algumas restrições à soberania da grande maioria dos Estados.

De acordo com Habermas (2002, p.123):

¹⁴⁰ Nesse sentido, o almejado desenvolvimento sustentável não poderá ser alcançado sem que haja profundas mudanças no paradigma capitalista dominante na economia, porquanto o aumento da produção e do consumo e, na mesma esteira, o desperdício, a ideologia do conforto e o culto das necessidades, típicos do capitalismo, impõem a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais, especialmente nos países ricos dominados pelo consumismo individualista (PIRES, 2006).

A globalização do trânsito e da comunicação, da produção econômica e de seu financiamento, da transferência de tecnologia e poderio bélico, em especial dos riscos militares e ecológicos, tudo isso nos coloca em face de problemas que não se podem mais resolver no âmbito dos Estados Nacionais, nem pela via habitual do acordo entre Estados soberanos.

Nesse sentido, ao fazer um retrospecto da legitimação do Estado, Habermas (1995) menciona que o Estado-nação comporta os elementos de soberania interna e externa, território e povo, estrutura esta que tem no direito positivo a força necessária para a tomada de decisões políticas essenciais à governabilidade do Estado nos respectivos limites territoriais. Para ele, a nação (povo) seria a força legitimadora, assim compreendida como a comunidade política marcada por uma ascendência comum, seja por critérios de vizinhança, cultura, língua, hábitos, mas ainda não reunidas no âmbito de uma forma de organização estatal ou política (HABERMAS, 1995).

Assim como o Estado nacional deve seu êxito histórico à circunstância de ter substituído as débeis alianças corporativas da sociedade pré-moderna pela coesão solidária dos cidadãos em torno do conceito de Nação, a nova estrutura deve buscar um elemento legitimador capaz de motivar os povos a se unirem em torno de objetivos comuns (PIRES, 2006). Nesse sentido,

o Estado Nacional precisa livrar-se do potencial ambivalente que em outros tempos teve para ele um efeito propulsor. Hoje, quando a capacidade de ação do Estado nacional chega a seus limites, seu exemplo também se revela, por outro lado, muito instrutivo. A seu tempo, o estado nacional proporcionou um contexto de comunicação política em que foi possível aparar os impulsos abstrativos da modernização social, tomar uma população privada do contexto de vida que ela havia herdado da tradição e reacomodá-la no encadeamento de um mundo vital ampliado e racionalizado, também pela via da consciência nacional. Foi-lhe possível cumprir essa função integrativa assim que o status jurídico do cidadão vinculou-se ao fato de se pertencer culturalmente à nação. Já que o Estado nacional se vê desafiado internamente, pela força explosiva do multiculturalismo, e externamente, pela pressão problematizadora da globalização, cabe perguntar se há hoje um equivalente para o elemento de junção entre a nação de cidadãos e a nação que se constitui a partir da idéia de povo (HABERMAS, 1995, p.14).

Com efeito, fundados na consciência de que pertencemos a uma única comunidade planetária, não são poucos os estudiosos que identificam na criação de uma estrutura supra-nacional a solução para os mencionados problemas globais e, nesta linha de pensamento, alimentam a esperança no fortalecimento das instituições já existentes e criação de outras, como a ONU, da qual fazem parte alguns órgãos importantes com atividades voltadas à preservação do meio ambiente, pois, neste âmbito, nenhuma nação, hoje, basta a si mesma (PIRES, 2006).

Conforme dito por Habermas (2002, p.138),

no passado, o Estado nacional guardou de forma quase neurótica suas fronteiras territoriais e sociais. Hoje em dia, processos supranacionais irrefreáveis malogram esses controles em diversos pontos. A. Giddens definiu globalização como o adensamento, em

todo o mundo, de relações que têm por consequência efeitos recíprocos desencadeados por acontecimentos tanto locais quanto muito distantes.

O direito internacional ruma, então, à uma *civitas maxima*, como preconizou Kelsen, uma sociedade internacional universal. De acordo com Marques (2006, p.115), “a transformação jurídica que se vivencia é a passagem do direito internacional, antes fundamentado em contratos e tratados para uma definição de poder soberano no plano internacional através da confecção de uma constituição das gentes, para furtar o termo de Grócio.”

De acordo com Habermas (1993) os defensores de uma “democracia cosmopolita” buscam três objetivos: (i) a criação do *status* político dos cosmopolitas (cidadãos do mundo) que pertencem às Nações Unidas não apenas por intermédio dos seus respectivos Estados, mas por serem representados também por um parlamento mundial, cujos representantes são por eles eleitos; (ii) a construção de uma Corte de justiça internacional com as suas competências usuais cujos juízos seriam válidos também para os governos nacionais; e, por fim, (iii) a ampliação do Conselho de Segurança nos termos de um Executivo capaz de ação. Para Habermas, mesmo uma ONU operando fortalecida desse modo e ampliada nos seus fundamentos de legitimação poderia tornar-se efetivamente ativa, contudo, apenas nos âmbitos de competência limitados de uma política reativa de segurança ou de direitos humanos bem como de uma política ecológica preventiva.

É de se lembrar, contudo, que as nações credenciadas pela ONU ou outro órgão que as represente, legitimadas à intervenção do Estado faltoso, por ofensa deste aos direitos humanos, neles incluído o direito ao meio ambiente, devem, necessariamente, fazer distinção entre o seu papel como agentes e os seus interesses próprios, os quais, todavia, elas assumem naturalmente enquanto sujeitos do direito internacional. Isto porque, as ações tendentes à proteção do bem comum da humanidade devem se apresentar aos olhos do mundo como uma ação tendente à proteção da própria coletividade, ou seja, não pode ser levada a cabo em nome próprio, de modo a garantir interesses outros, utilitaristas ou econômicos (HABERMAS, 1993).

Habermas (2002), aduz que, salvo melhor juízo, tudo indica que o esvaziamento da soberania dos Estados Nacionais continuará avançando, o que fará necessária uma reestruturação e ampliação das capacidades de ação política em um plano supranacional, que, conforme observado por ele, ainda se encontra em uma fase incipiente. E complementa que, no continente europeu, norte americano e asiático, percebe-se a constituição de formas de organização supra-estatal para “regimes” continentais, que poderiam até mesmo ceder a infra-estrutura necessária à Organização das Nações Unidas, ainda hoje muito ineficiente.

Para Habermas (2002), uma ordem mundial mais pacífica e justa não pode ser concebida sem instituições internacionais capazes de agir, nem sem processos de conciliação entre os regimes

continentais ora emergentes, nem tampouco sem políticas que provavelmente só poderão se impor sob a pressão de uma sociedade civil capaz de transitar em esfera global.

Nesse sentido, embora o conceito clássico de soberania do direito internacional resulte na proibição de intromissão nos assuntos internos de um Estado reconhecido internacionalmente, proibição esta reforçada pela Carta das Nações Unidas, percebe-se, nas últimas décadas, uma mitigação do princípio de não intervenção dada à necessidade de ampliação da proteção internacional dos direitos humanos, neles incluído o direito ambiental (HABERMAS, 2002). Diante das crescentes ameaças globais que há tempo uniram as nações do mundo numa involuntária comunidade de risco, há a necessidade de criação de instituições políticas eficientes em nível supranacional, capazes de elaborar uma política interna mundial com força necessária para chegar a um consenso acerca das questões que digam respeito à sociedade internacional, mormente quanto à proteção ambiental (HABERMAS, 2002).

Salienta-se, todavia, que a concepção de instituições supranacionais capazes de brejar a derrocada ambiental, nos moldes tentados por Habermas (2002), não significa, contudo, a supressão da posição de sujeito internacional público dos Estados (com direito às suas próprias políticas de justiça, do interior e do exterior, à manutenção de suas próprias forças armadas, etc.). Aludindo à União Européia, Habermas (2002) argumenta que a “união dos Estados” deverá ser resultado exclusivamente das autorizações dadas por Estados que continuam sendo soberanos. Ou seja, no acordo da UE leva-se em consideração a independência e a soberania dos Estados-membros, na medida em que se obriga a União a respeitar as identidades nacionais dos Estados-membros.

Nunes Junior (2003) afirma que, sob o signo desta nova realidade fática, aparentemente caíra por terra o conceito clássico de soberania, assim entendido como aquele ilimitado, uno e indivisível, que não se sujeita a qualquer ordem exterior. No caso da UE, os vinte e sete países europeus que a integram delegam plexos de competência à União, cujas decisões de seus órgãos passam, então, a se sobrepor aos ditames legais do Estado soberano. Ou seja, o direito interno é sobreposto pelo ordenamento que não mais provém de um dos Poderes do Estado soberano.

No mesmo sentido, Piovesan (2006) assevera que o movimento de constitucionalização global do ordenamento jurídico internacional em torno do valor universal dos direitos humanos opera em duas vertentes: (i) a primeira na noção tradicional de soberania absoluta do Estado, que passa a sofrer um processo de relativização e flexibilização. Pois, para ela, só há direitos humanos, globais, internacionais, universais, com soberania flexibilizada. Caso contrário, não há como projetar esse tema na agenda internacional; (ii) a segunda na “idéia de que nós, cidadãos e cidadãos,

temos direitos protegidos aqui, no âmbito interno, e também no âmbito internacional” (PIOVESAN, 2000, p.1).

Sob este aspecto, Piovesan (2000) afirma que a soberania consiste hoje, sim, numa cooperação dos Estados em prol de finalidades comuns. O novo conceito de soberania aponta a existência de um Estado não isolado, mas membro da sociedade e do sistema internacional. Nesse sentido, a manifestação do poder soberano do Estado expressa-se na participação do sistema internacional de forma integrada com os demais Estados.

Do mesmo modo, Chayes e Chayes (1995) ensinam que a soberania corresponde atualmente a uma conjuntura de cooperação internacional em prol de finalidades comuns, em que o Estado não é mais aquele ente supremo, independente em todas as esferas e com um poderio absolutamente incontestável, mas sim, um membro da sociedade que é o sistema internacional. Para eles, a participação do Estado dentro da sociedade internacional se configura como um verdadeiro ato de soberania.

Por outro lado, Strenger (1998) afirma que o prevalecimento da soberania como uma instituição consolidada não é incompatível com as regras do direito internacional, mas ao contrário, ela coexiste perfeitamente com as regras que venham limitar a liberdade de ação do Estado, pois, aceitando-as, o Estado nada faz além de exercer sua soberania. Para ele, o essencial é que as limitações sejam livremente aceitas e que não tenham sido impostas por autoridade superior à sua, objetivando dominação, como registram alguns casos recentes.

Nesse passo, já que a comunidade dos povos da Terra logrou chegar tão longe, a ponto de se poder sentir a violação do direito ocorrida em um local do planeta em todos os demais locais, a elaboração de um direito cosmopolita tende a ser um complemento necessário ao direito público internacional em favor dos direitos humanos e, portanto, como diria Kant, da paz perpétua (HABERMAS, 2002). Conforme Pessoa (2006), em razão da fusão dos valores referentes aos direitos humanos, soberania e complementaridade, os Estados estariam constringidos a, nos seus limites territoriais (soberania clássica), alcançar objetivos que interessam a toda humanidade (soberania contemporânea).

De acordo com Pereira e Quadros (1993, p.35), infere-se o surgimento de um novo direito internacional, com predominância da solidariedade e cooperação:

A um Direito Internacional **clássico** que, como se disse, repousa na soberania indivisível dos Estados, tem vindo suceder-se a um Direito Internacional **novo** ou **moderno**, que vai conhecendo um crescente número de áreas onde a solidariedade entre os Estados tem vindo a predominar sobre o seu individualismo, e onde, por conseguinte, a soberania dos Estados aparece limitada pelo conjunto de regras internacionais que dão corpo àquela idéia de solidariedade: pense-se, sobretudo, nas normas internacionais sobre Direitos do

Homem (que na sua integralidade fazem hoje parte do *ius cogens*, isto é, são Direito imperativo para os Estados, e, portanto, se impõem à própria soberania dos Estados) e nos sistemas jurídicos dos vários espaços de integração que existem pelo Mundo afora.

De outro lado, ressaltam-se os benefícios advindos com as conferências realizadas pela ONU sobre questões de abrangência planetária (como aquelas envolvendo o meio ambiente, os problemas do crescimento populacional, da pobreza e do clima), cujos resultados, embora não vinculativos, polarizam a opinião pública mundial e exercem uma considerável pressão política sobre os governos, constringendo-os, enquanto integrantes da comunidade de risco, ao agir cooperativo (HABERMAS, 2002).

Nesse contexto, o movimento do direito internacional dos direitos humanos corrobora-se na clara concepção de que toda nação tem o dever de respeitar os direitos humanos dos seus cidadãos e que todas as nações e a sociedade internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar se um Estado não cumpre as suas obrigações. E é exatamente por esse motivo que o sistema normativo internacional busca desenvolver normas, procedimentos, instituições, em prol da implementação desses direitos (PIOVESAN, 2000).

Na conjuntura atual, fica cada vez mais evidente a estreiteza dos teatros sociais, o caráter público dos riscos e o enredamento dos destinos coletivos. Os processos de globalização, fortemente marcados pela aceleração da comunicação e do tráfego, expansão dos mercados e desbragada exploração dos recursos naturais, torna o horizonte mais estreito e suprime limites fronteiriços, impedindo que os riscos e os custos das ações contrárias ao ambiente sejam descarregados exclusivamente nas nações mais fracas, embora a população dessas regiões sofra mais intensamente os efeitos deletérios da degradação ambiental. Isso é evidente tanto em relação aos riscos da técnica mais desenvolvida como igualmente na produção de poluição pelas sociedades afluentes que ameaçam o mundo inteiro (HABERMAS, 1993).

De acordo com Habermas (1993), face à quebra do equilíbrio ecológico do planeta e à capacidade de destruição das novas tecnologias, surgiram novos riscos que ultrapassam as fronteiras dos Estados. Para ele, acidentes como o de Chernobyl¹⁴¹, ou modificações ecológicas advindas do buraco na camada de ozônio ou decorrentes da chuva ácida, por causa das suas amplas conseqüências e intensidades, não se deixam mais controlar nos âmbitos nacionais e, conseqüentemente, ultrapassam a capacidade de ordenação dos Estados singulares.

Todavia, enquanto os Estados estiverem em sintonia com o conceito clássico de soberania, fundamentado no reconhecimento recíproco da integridade das fronteiras estatais, é impossível que

¹⁴¹ Em 26 de abril de 1986, ocorreu na Ucrânia o pior acidente nuclear da história. Dentre as conseqüências do acidente cita-se a poeira radioativa que atingiu a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido, causando inúmeros males aos seres vivos das regiões afetadas.

se ofereça um tratamento adequado à problemática ambiental e que eles ingressem em uma comunidade internacional ou em uma sociedade universal (RODRIGUES, 2008). “As únicas certezas, por enquanto, são as de que o dogma da soberania absoluta dos estados nacionais está totalmente superado, o estado mínimo neoliberal fracassou na realização da promoção do bem comum.” (JAYME, 2005, p.190)

É preciso, pois, um remodelamento do conceito de soberania e não recorrer ao princípio da não intervenção preconizado na Carta da ONU. Haja vista que o Estado não pode mais fornecer a estrutura apropriada para a manutenção da cidadania democrática no futuro previsível. O que parece ser necessário é o desenvolvimento de capacidades para a ação política num nível acima dos e entre os Estados (MARQUES, 2006).

Sob este aspecto, ao fazer referência ao caráter transfronteiriço dos obstáculos enfrentados pelas tentativas de proteção ambiental, Leite (2003, p.16) sugere a “internacionalização das políticas de crescimento” e uma “harmonia entre os parâmetros internacionais e as políticas e decisões ambientais locais”, justamente em face do valor correspondente à soberania.

Conforme mencionado por Guido Soares (2001), as questões relacionadas ao meio ambiente encaixam-se à perfeição na tipologia das atividades dos Estados, que devem corresponder a respostas a desafios externos e ser coerentes com suas necessidades internas. Em outras palavras, face à indivisibilidade do meio ambiente, que, por sua natureza, desconhece fronteiras, a tendência dos assuntos relativos ao mesmo é tornar-se de pertinência concomitante da política interna e da diplomacia dos Estados.

A conclusão inevitável é a de que as ideologias e os interesses econômicos e estratégicos têm uma barreira que não pode ser ultrapassada: os direitos humanos e o meio ambiente (HUSEK, 2000).

Conforme salientado por Diniz (1995), a Carta da ONU, em seu preâmbulo, plantea novos paradigmas para o direito internacional público. Por óbvio, não se trata da conquista da perfeição imediata na vida da sociedade internacional. Em verdade, há um longo caminho a percorrer. Contudo, pode-se notar que os pontos cardeais estão declarados: “Nós, *os povos das nações unidas, resolvidos* [...] a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, da dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas” (MAZZUOLI, 2006, p.37).

Trindade (1993, p.23) afirma que:

A proteção dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente, juntamente com os temas do desenvolvimento humano (e a luta pela erradicação da pobreza extrema) e do desarmamento, constituem as grandes prioridades da agenda internacional

contemporânea. Requerem do direito internacional público, em processo de contínua expansão, soluções aos problemas globais que apresentam, além de um enriquecimento conceitual para fazer face às realidades dos novos tempos.

Guido Soares (2001) menciona que o fenômeno da globalidade do meio ambiente constitui um fator adicional que, ao lado de outros, tende a tornar o Mundo menor, a fazer esmaecer os limites geográficos entre os Estados e a universalizar os interesses políticos, que, em séculos anteriores, se localizam exclusivamente dentro das fronteiras estatais.

Nesse sentido, a proteção do meio ambiente e, por consequência, a proteção da pessoa humana, constituem prioridades inequívocas da agenda internacional hodierna. Nenhum cidadão pode estar hoje alheio a esta temática, sobretudo os que vivem em países, como o Brasil, detentores dos mais altos níveis de disparidades sociais do mundo, nos quais a injustiça institucionalizada é diuturnamente perpetrada. Contudo, “é certo que testemunhamos hoje uma alentadora tomada de consciência mundial quanto à premente necessidade de proteção do ser humano e do meio-ambiente” contra seus próprios impulsos destrutivos. Cabe a nós, portanto, promover a justa harmonia nas relações dos seres humanos entre si, a plena integração destes com a natureza (TRINDADE, 1993, p.24).

4 CONCLUSÃO

Tratando-se de um conceito jurídico indeterminado, cuja aceção e limites irão variar de acordo com a consciência jurídica e as circunstâncias políticas em cada época histórica, a soberania, embora permaneça um conceito central nas teorias do direito e do Estado, é tida como uma das noções mais obscuras e mais polêmicas no âmbito do Direito Público e da Ciência Política.

Inicialmente entendida, no âmbito interno, como um poder absoluto, perpétuo indivisível e inalienável que é próprio do Estado, por ser a autoridade superior dentro dos limites de sua jurisdição, a soberania, com o passar do tempo, passou a ser vista sob uma óptica consentânea com os postulados da sociedade internacional, levando-se em consideração o intercâmbio entre os povos e a interdependência dos Estados nos campos econômico, cultural, científico, social e político.

A soberania é entendida, hoje, como absolutamente dependente da ordem jurídica internacional. Ou seja, Estado soberano é aquele que, embora continue a deter um poder absoluto, está subordinado à ordem jurídica internacional, sem que exista entre ele e o direito internacional qualquer outra coletividade de permeio, constituindo-se como o principal sujeito de direito internacional.

No âmbito interno, o Estado soberano é livre para adotar a forma de governo e a organização política que julgar preferível; estabelecer a legislação que considerar conveniente; aplicar soberanamente a justiça; organizar sua administração política e judiciária, como lhe parecer mais útil; exercer o domínio sobre seu território. Contudo, no âmbito externo, um Estado que se considere estritamente ligado, não só pelos acordos internacionais por ele aceitos, mas pelas regras e princípios gerais de Direito Internacional reconhecidas entre as nações civilizadas, não é já “soberano”, no verdadeiro sentido da palavra. Não está livre de infringir as regras gerais de direito internacional e os acordos por ele firmados em razão do exercício arbitrário de sua vontade soberana, mormente no que concerne aos direitos humanos, neles incluído o direito ambiental.

Por certo, ainda que impossível, modernamente, admitir um Estado com poderes ilimitados, não há como fugir ao entendimento do Estado como entidade soberana, na medida em que não só a terminologia diplomática refere-se à “soberania”, mas, também, vários acordos, tratados e a própria jurisprudência internacional.

Não fora isso, mesmo quando a integração envolve a instituição de órgãos supranacionais, conforme se verifica na União Européia, sua compatibilidade com a soberania não resta afastada,

posto que as limitações daí decorrentes são aceitas pelos Estados-Membros como exercício de sua soberania. Ademais, a transferência de parcelas de soberania somente tornou-se possível pela mutação que a aceção de soberania sofreu ao longo do tempo. Acaso a conceituação de soberania continuasse baseada na idéia de poder absoluto e intangível do Estado, o ato de transferência de parcelas do poder soberano redundaria na própria extinção do Estado.

Em se tratando de proteção dos direitos humanos, a aceção clássica de soberania sofre, ainda, outra transformação, na medida em que, no cenário internacional de proteção, os Estados perdem a discricionariedade de, internamente, a seu alvedrio e a seu talante, fazer ou deixar de fazer o que bem lhes convier, porquanto, o respeito aos direitos humanos não é assunto de interesse exclusivamente interno de um Estado, mas sim de toda a sociedade internacional.

Entende-se, todavia, que o sistema de proteção internacional dos direitos humanos da ONU, neles incluído o direito ao meio ambiente equilibrado, também não ameaça a soberania nacional dos Estados, uma vez que seu caráter de proteção é de natureza complementar e subsidiária, incumbindo primordialmente aos Estados a efetiva proteção desses direitos. Apenas no caso do Estado não zelar pela proteção dos mesmos é que o sistema da ONU entra em ação, como meio de se efetivar a proteção internacional dos direitos humanos. Em outras palavras, as normas internacionais de proteção aos direitos humanos e, por conseguinte, do meio ambiente, estruturam-se a partir do reconhecimento da responsabilidade primária dos Estados em cumprirem e fazerem cumprir tais direitos, atribuindo aos procedimentos internacionais caráter subsidiário. Assim, somente nos casos de inobservância, subsiste a obrigação do Estado faltoso de provar que o máximo de seus recursos disponíveis foi utilizado para cumprir suas obrigações mínimas.

Em verdade, desde a barbárie ocorrida na Segunda Guerra Mundial, tornou-se premente o reconhecimento, pelos governantes, de direitos humanos universais, não mais restritos ao âmbito privativo dos Estados soberanos, mas tutelados pela sociedade internacional, a fim de estabelecer regras de cooperação e de solidariedade universais. Em decorrência das atrocidades vivenciadas nas duas grandes guerras mundiais, percebeu-se que a proteção jurídica dos direitos humanos não poderia se restringir ao âmbito de jurisdição dos Estados.

De igual forma, a crescente e contínua degradação ambiental fez com que a humanidade buscasse, de forma solidária e em escala mundial, assumir a responsabilidade por seus atos e atenuar os malefícios ambientais dele decorrentes. Percebeu-se, então, que a proteção ao meio ambiente não se exaure nas obrigações impostas aos Estados nacionais, no que concerne aos comportamentos exigíveis, mas, antes, encontra sua máxima expressão numa série de medidas de cooperação, coordenação e/ou harmonização de suas políticas e legislações internas, com vistas a evitar condutas prejudiciais ao meio ambiente e, por conseguinte, a toda humanidade.

Em razão da preocupação com a qualidade ambiental, um novo paradigma para o desenvolvimento precisou ser urgentemente estabelecido, a partir da compreensão dos componentes econômicos políticos, naturais e sociais interdependentes do sistema global, de forma a minorar os problemas ambientais e propiciar qualidade de vida às gerações presentes e futuras.

Numa época da história em que a violação do Direito ocorrida num ponto da Terra é percebida em todos os outros pontos, o atributo da soberania não constitui razão para que determinado Estado invoque seu Direito interno com o objetivo de inadimplir determinada obrigação firmada no seio de um tratado internacional. Há quem afirme ainda que, independentemente da não existência de tratados diplomáticos disciplinando a aplicação de regras entre países contraentes, a admissão da teoria do *jus cogens* implicaria na existência de um regramento de caráter obrigatório que, ultrapassando o âmbito restrito dos territórios nacionais, se impusesse a todos os Estados com necessária observância

O direito internacional novo é constringido, então, a apagar as fronteiras e a multiplicar os espaços coletivos e a idéia de interesses comuns das gerações presentes e futuras. Pelo viés dos direitos humanos e, sobretudo, da proteção do meio ambiente, o direito internacional promove a flexibilização do poder soberano dos Estados em favor do direito da solidariedade, aceitando a evidência de que nós, cidadãs e cidadãos, habitamos o mesmo planeta Terra.

Ao passo que, somente será possível falar legitimamente de tutela internacional dos direitos humanos quando uma jurisdição internacional conseguir impor-se e superpor-se às jurisdições dos Estados nacionais, garantindo-se a efetividade dos direitos humanos dentro e contra o Estado. Haja vista que as declarações de proteção aos direitos humanos e do meio ambiente não constituem uma obrigação jurídica vinculante para cada um dos Estados, favorecendo, não raro, ante gestões externas fundadas na proteção de tais direito, a insurreição dos Estados faltosos sob o manto da soberania.

Indaga-se, então, se, diante da atual conjuntura, onde a política mundial ainda é assinalada pelos conflitos dos Estados por poder, prestígio e riqueza, e da ausência de uma autoridade internacional com competência para fazer cumprir suas decisões, a sociedade internacional, por meio da ONU, disporia da ingerência como meio de fazer com que o Estado inadimplente observe as normas internacionais de direito ambiental. Mormente se considerado que, pelo Princípio 21 da Declaração de Estocolmo, posteriormente reprisado pelo Princípio 2º da Declaração do Rio de Janeiro, os Estados têm uma liberdade relativa ou uma liberdade controlada para a exploração de seus recursos naturais. Ou seja, têm o direito soberano de explorarem os seus próprios recursos naturais desde que as atividades exercidas dentro da sua jurisdição ou controle não prejudiquem o ambiente de outros Estados ou de áreas para além dos seus limites territoriais.

Ocorre que, não obstante a caracterização da crise ambiental, a utilização da ingerência desprovida de cautela certamente culminaria em intervenções injustas, nas quais regimes que se dizem constitucionais e democráticos poderiam invocar facilmente o interesse da humanidade em matéria ambiental para justificar tais intervenções, embora movidos por interesses utilitaristas e com fins econômicos.

Sobretudo se considerado que a atenção dispensada pelos zelosos países desenvolvidos com a preservação da biodiversidade e de sumidouros do efeito estufa localizados nos países em desenvolvimento, além de não atenuar suas responsabilidades históricas, por terem, em épocas passadas, devastado suas coberturas florestais, não condiz com a ausência de disposição de diminuir os elevados padrões de consumo de seus cidadãos, em particular, no que respeita ao lançamento de poluentes na atmosfera, ou, ainda, reduzir padrões de geração de energia, baseada na queima de combustíveis fósseis. Ademais, na atual conjuntura, embora a Carta da ONU indique a igualdade soberana entre os Estados, dificilmente se poderiam aplicar sanções a qualquer daqueles cinco Estados que detêm o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

À luz deste cenário, marcado pelo poderio de alguns poucos Estados nacionais, entende-se que a complexidade da questão ambiental demanda soluções diferenciadas, próprias, que se adaptem às realidades vivenciadas por cada nação, daí a importância de se proteger a estrutura independente e soberana dos Estados nacionais.

O exposto reveste-se de grande importância quando se tem em mente que a degradação ambiental provoca uma nova consciência de que todos habitam o planeta Terra e que mesmo com a diversidade das formas da vida e de trabalho, das culturas, dos conhecimentos e de suas relações com o ambiente, os problemas são similares a despeito de se viver em condições diversas em lugares distantes.

Com efeito, fundados na consciência de que o meio ambiente deve constituir a principal preocupação da humanidade, pois o futuro da Terra e do homem depende das condições ambientais, não são poucos os estudiosos que identificam na criação de uma estrutura supra-nacional a solução para os mencionados problemas globais e, nesta linha de pensamento, alimentam a esperança no fortalecimento das instituições já existentes e criação de outras, como a ONU, da qual fazem parte alguns órgãos importantes com atividades voltadas à preservação do meio ambiente, capazes de proferirem decisões obrigatórias e vinculantes para todos os Estados, pois, neste âmbito, nenhuma nação, hoje, basta a si mesma.

Desta feita, sob o signo desta nova realidade fática, aparentemente caíra por terra o conceito clássico de soberania, assim entendido como aquele ilimitado, uno e indivisível, que não

se sujeita a qualquer ordem exterior, porquanto, hodiernamente, um verdadeiro ato de soberania do Estado seria a sua participação na sociedade internacional.

Nesse passo, tem-se que, uma das maiores exigências da sociedade internacional contemporânea é o de repensar o conceito de soberania, fortalecendo a idéia de que o sistema internacional dos direitos humanos, e por consectário lógico o direito do meio ambiente, é um sistema de direitos legais, que compreende direitos e obrigações juridicamente vinculantes. A soberania corresponde, então, a uma conjuntura de cooperação internacional em prol de finalidades comuns, em que o Estado não é mais aquele ente supremo, independente em todas as esferas e com um poderio absolutamente incontestável, mas sim, um membro da sociedade que é o sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ACOT, Pascal. **História da ecologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALEMANHA. Constituição (1949) **Lei Fundamental para a República Federal da Alemanha**. Disponível em: <http://www.brasilia.diplo.de/Vertretung/brasilia/pt/03/Constituicao/introducao_20constituicao.html>. Acesso em: 29 mai. 2008.

ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. **Mercosul & União Européia**: estrutura jurídico-institucional. 2.ed. Curitiba: Juruá, 1999.

ALONSO JÚNIOR, Hamilton. **Direito Fundamental ao Meio Ambiente e Ações Coletivas**. São Paulo: RT, 2006.

ANTUNES, Luiz Felipe Colação. **A Tutela dos interesses difusos em Direito Administrativo**. Coimbra: Almedina, 1989.

ARBUET-VIGNALI, Heber. El atributo de la soberanía em el marco de la integración internacional. In: SANTIVÁÑEZ, Emma Nogales de; PIMENTA, Luiz Otávio. (Org.). **IX Encuentro Internacional de Derecho de América del Sur**: los procesos de integración en el nuevo milenio. La Paz – Bolívia, 2000, p.171-185.

ARGENTINA. Constituição (1994) **Constituição da Nação Argentina**. Disponível em: <http://www.oas.org/JURIDICO/mla/sp/arg/sp_arg-int-text-const.html>. Acesso em: 27 mai. 2008.

ARGERICH, Eloísa Nair de Andrade. Desenvolvimento Sustentável. In: SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes, AUGUSTIN, Sérgio. (Org.). **Direito Ambiental e Bioética**: legislação, educação e cidadania. Rio Grande do Sul: Educs, 2004, p.27-44.

ASSUNÇÃO, João Vicente de. Controle Ambiental do Ar. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004. Cap.4, p.101-154.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 12. ed. São Paulo: Globo Comunicações e Participações, 1999.

BACHELET, Michel. **A ingerência ecológica**. Portugal: Instituto Piaget, 1995.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Soberania, In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, n.63/64, julho de 1986, janeiro de 1987, p.24-26.

BARRAL, Welber; FERREIRA, Gustavo Assede. Direito Ambiental e Desenvolvimento. In: BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio. (Org.). **Direito ambiental e desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p.13-45.

BENOIST, Alain de. What is Sovereignty? In: **Éléments**. Tradução Julia Kostova, n.96, p.24-35, nov.99. Disponível em: <http://www.alaindebenoist.com/pdf/what_is_sovereignty.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2008.

BERGALLI, Roberto; RESTA, Eligio. (Coord.). **Soberanía: un principio que se derrumba**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.

BIATO, Márcia Fortuna. Convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudança de clima. In: **Revista de informação legislativa**, v.42, n.166, p.233-251, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/572/4/R166-15.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Tradução Carmen C, Varriale *et al.* 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BODIN, Jean. **Les six livres de la République**. Paris: Librairie Générale Française, c1993.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

BOSON, Gerson de Britto Mello. **Direito Internacional Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Aspectos de teoria geral dos direitos fundamentais. In: MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, STF, MS 22.164-0/SP, Rel. Ministro Celso de Mello, DJ 17-11-1995, PP 39206
Disponível em:
<[http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(MS\\$.SCLA.%20E%202164.NUME.\)%20OU%20\(MS.ACMS.%20ADJ%2022164.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(MS$.SCLA.%20E%202164.NUME.)%20OU%20(MS.ACMS.%20ADJ%2022164.ACMS.)&base=baseAcordaos)>.
Acesso em: 09 jun. 2008.

BRIELY, J. L. (James Leslie). **Direito Internacional**. Tradução M. R. Crucho de Almeida. 3.ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

BRITO JÚNIOR, Antônio Wellington. Os principais tratados internacionais concernentes ao meio ambiente: a busca pelo *jus cogens* ambiental. **Revista Prática Jurídica**, Editora Consulex, v.4, n.44, p.26-29, nov. 2005. Disponível em: <http://www.prse.mpf.gov.br/artigos/a_buca_pelo_jus_cogens_ambiental.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.

CAMPOS, Carlos Alvares da Silva. **Sociologia e filosofia do direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Cardal, 1961.

CAMPOS, Julio D. Gonzalez; RODRIGUEZ, Luis I. Sanchez; SANTA MARIA, Paz Andrés Saenz de. **Curso de Derecho Internacional Publico**. 6.ed. Madrid: Civitas, 1998.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CARRÉ DE MALBERG, Raymond. **Teoria general del estado**. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1948.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Introdução ao direito ambiental**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Letras & Letras, 1991.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.. **Metodologia Científica**. 5.ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CHACON, Mario Peña; CRUZ, Ingrid Fournier. Derechos humanos y medio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.10, n.39, p.189-211, jul./set. 2005.

CHAYES, Abram; CHAYES, Antonia Handeler. **The new sovereignty**: compliance with international regulatory agreements. Harvard University Press, 1995.

CHAGAS, Galileu Marinho das. Soberania e ingerência ecológica. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.9, n.35, p.178-189, jul./set. 2004.

CHEVALLIER, Jean Jacques. História do pensamento político. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CHILE. Constituição (1980) **Constituição Política da República do Chile**. Disponível em: <http://www.oas.org/JURIDICO/mla/sp/chl/sp_chl-int-text-const.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2008.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (Brasil), Centro de Estudos Judiciários. **III seminário internacional de direito ambiental**. Brasília: CJF, 2002.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS DE 1969, VIENA. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

COSTA, Octávio. Amazônia a soberania está em xeque. **ISTOÉ**. São Paulo, 28 mai. 2008, edição 20012. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2012/artigo89706-1.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

COSTA E SILVA, Danielle Cristine. **Soberania e Mercosul**. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição brasileira de 1988**. 3.ed., v.1, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

CRUZ, Fabrício Bittencourt da. Direito Cosmopolita: uma proposta ao mundo globalizado. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2006, p.102-118.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. In: RAWLS, Jonh. **O direito dos povos**. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789, FRANÇA. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/docs_declaracoes/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2008.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE VIENA DE 1993, VIENA. Disponível em: <[http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.CONF.157.23.En?OpenDocument](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.CONF.157.23.En?OpenDocument)>. Acesso em: 10 jun. 2008.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Direito internacional privado**: abordagens fundamentais – legislação – jurisprudência. Rio De Janeiro: Forense, 1999.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

DINIZ, Arthur José Almeida. **Novos Paradigmas em Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

DONNELLY, Jack. **Realism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DUGUIT, Leon. **Os Elementos do Estado**. Lisboa: Inquérito, [19-].

DUPUY, René-Jean. **O direito internacional**. Tradução Clotilde Cruz. Coimbra: Almedina, 1993.

ESPAÑA. Constituição (1978) **Constituição da Espanha**. Disponível em: <<http://www.senado.es/constitu/index.html>>. Acesso em: 29 mai. 2008.

FABRIZ, Daury Cesar. **A estética do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

FARIA, Adriana Spagnol de. **Soberania popular e a supranacionalidade no Mercosul**. 2003. 131f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte.

FARIAS, Paulo José Leite. **Água bem jurídico econômico ou ecológico?** Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional**. Tradução Carlo Coccioli, Márcio Lauria Filho. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FERRAZ, Daniel Amin. (Coord.). **Manual de Integração Regional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição de 1988**. v.1, São Paulo: Saraiva, 1990.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Direitos difusos e coletivos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de teoria geral do estado e ciência política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FINDLEY, Roger W. The Future of environmental law. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.8, n.31, p.9-19, jul./set. 2003.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Max Limonad, 1999.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Fundamentos Constitucionais da Política Nacional do Meio Ambiente: Comentários ao art. 1º da Lei n. 6.938/81. In: **Revista de Pós-Graduação do Direito da PUC-SP**, n.02, 1995.

FRAGA, Mirtô. **O conflito entre tratado internacional e norma de direito interno**: estudo analítico da situação do tratado na ordem jurídica brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FRENEDA, Eduardo Gomes. Da internacionalização dos direitos humanos e da soberania compartilhada. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá, 2006. p.559-573.

GONZALES, Evaldo T. Quilici. **A Concretização dos Direitos Humanos: os direitos fundamentais no pensamento jurídico de Norberto Bobbio**. In: XIV Congresso Nacional do CONPEDI, 14, 2005, Fortaleza – CE. Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. Disponível em: <<http://conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Everaldo%20T.%20Quilici%20Gonzales.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2008.

GORCZVESKI, Clóvis. Ciudadania y Derechos Humanos: aplicación a Brasil. In: **Separata de Ciencia Tomista**, Salamanca, v.130, n.2, p.293-312, mai./ago. 2003.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: (as concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 1980.

HABERMAS, Jürgen. **Passado como futuro**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.43, p. 87-101, nov., 1995.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. Tradução Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução Gerorge Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. (Os pensadores). São Paulo: Nova Cultura, 1988.

HORTA, Raul Machado. **Estudos de direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

HURRELL, Andrew; KINGSBURY, Benedict. **The international politics of the environment: actors, interests, and institutions.** Oxford: Clarendon, c1992.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público.** 3.ed. São Paulo: LTR, 2000.

JAYME, Fernando G. **Direitos Humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos.** Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

JELLINEK, George. **Teoria general del Estado.** 5.ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

JORA, Martin Albino. **A Proteção Constitucional do Direito Fundamental ao Meio Ambiente e o Princípio de Precaução.** 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Disponível em: <http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/direito/corpo_discente/2006_dissertacoes/martin.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2008.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KERBER, Gilberto. **Mercosul e Supranacionalidade.** São Paulo: LTr, 2001.

LAGO, André Aranha Corrêa. As negociações internacionais ambientais no âmbito das Nações Unidas e a posição brasileira. In: POPPE, Marcelo Khaled; LA ROVERE, Emílio Lebre. (Coords.). **Mudança do Clima.** CADERNO NAE. Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. v.II. Brasília, 2005, p. 41-62.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.** São Paulo: Annablume, 1998.

LAZARONI, Mizia da Silva. **Dano ambiental internacional: subsídios para a proteção jurisdicional do meio ambiente.** 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito.

LEÃO, Adroaldo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). **Globalização e Direito.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LEÃO, Adroaldo. Globalização e constitucionalismo pós-moderno. In: LEÃO, Adroaldo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). **Globalização e Direito.** Rio de Janeiro: Forense, 2002. p.1-8.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LITRENTO, Oliveiros. **A Ordem Internacional Contemporânea**: um estudo da soberania em mudança. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.

LOCKE, John. **The Second Treatise of Civil Government**. Disponível em: <<http://www.constitution.org/jl/2ndtreat.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **A supranacionalidade no Mercosul**: a doutrina, os governos, a Constituição Federal e os tratados de integração. Curitiba: Juruá, 2001.

LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

LUZ, Nelson Ferreira da. **Introdução ao Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 1963.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2003a.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Meio Ambiente e Constituição Federal. Interesse Público**, Porto Alegre, v.5, n.21, p.13-34, set./out. 2003b.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A Teoria Política do Individualismo Possessivo**: de Hobbes a Locke, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional**. 2.ed., v.I, Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional**. 2.ed., v.II, Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 21.ed., São Paulo: Saraiva, 1991.

MARQUES, Marcelo Henrique Pereira. **Constitucionalismo Global: novas tendências para cultura, soberania, e o direito frente à formação de uma aristocracia universal. Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, v.3, n.3, p.108-124, jan./jun. 2006.

MARRAMAO, Giacomo. **Passado e futuro dos direitos humanos**: da “ordem pós-hobbesiana” ao cosmopolitismo da diferença. Conferência proferida por oportunidade do XVI Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), com o tema Pensar globalmente, agir localmente, no dia 15 de novembro de 2007, no Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas, Belo Horizonte - MG. Tradução de Lorena Vasconcelos

Porto (PUC Minas) e revisão técnica de Flaviane de Magalhães Barros (PUC Minas) e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira (PUC Minas).

MARTIN, Andre Roberto. **Fronteiras e nações**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, Pedro Batista. **Da unidade do direito e da supremacia do direito internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Soberania nacional e autodeterminação dos povos. **Revista IMAE**, São Paulo, v.2, n.3, p.23-26, jan./mar. 2001.

MATTOS, Adherbal Meira. Soberania e a nova ordem mundial. In: DEL'OMO, Florisbal de Souza (Coord.). **Curso de Direito Internacional Contemporâneo**: estudos em homenagem ao Prof. Dr. Luís Ivani de Amorim Araújo pelo seu 80º aniversário. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p.3-7.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito Internacional**: tratados e direitos humanos na ordem jurídica brasileira. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001a.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Tratados internacionais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001b.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A proteção internacional dos direitos humanos e o direito internacional do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.9, n.34, p.97-123, abr./jun. 2004.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v.13, n.52, p.327-337, jul./set. 2005.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira (Org.). **Coletânea de direito internacional**. 4.ed. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso** - a história do movimento ambientalista. Tradução Marcos Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. São Paulo: Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente**: direito e dever fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MEIRELLES FILHO, João. **Livro de ouro da Amazônia**. 5.ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Econômico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional da integração**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. A Soberania através da História. In: MELLO, Celso de Albuquerque (Coord.). **Anuário: direito e globalização**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999a. p.7-22.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. O § 2º do art. 5º da Constituição Federal. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999b. p.1-33.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 13. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. v.1.

MENDONÇA, Paulo Roberto S.. O poder Soberano em Thomas Hobbes. **Direito, Estado e Sociedade**. nº 1, 2.ed., Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.

MÉXICO. Constituição (1917) **Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos**. Disponível em: <http://www.oas.org/JURIDICO/mla/sp/mex/sp_mex-int-text-const.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2008.

MILARÉ, Edis. **Legislação ambiental do Brasil**. São Paulo: APMP, 1991.

MILARÉ, Edis; LOURES, Flavia Tavares Rocha. Meio ambiente e os direitos da personalidade. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.10, n.37, p.11-27, jan./mar. 2005.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Fundamentos do direito ambiental no Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n.706, p.7-29, ago. 1994.

MÖLLER, Ana Karina Ticianelli. O Direito Ambiental e o mundo em mudanças: considerações sobre a produção de biocombustíveis no Brasil. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial. Disponível em: <http://www.uel.br/portal/frmOpcao.php?opcao=http://www.bibliotecadigital.uel.br/teses_dissertacoes.php>. Acesso em: 07 jun. 2008.

MONBIOT, George. **A era do consenso**. Tradução Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MONTENEGRO, Cristina; BOLDUC, Kim; DEFOURNY, Vincent. Uma realidade que pede resposta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2007. Tendências/Debates, p.A3.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

NASSER, Salem Hikmat. Desenvolvimento, Costume Internacional e *Soft Law*. [200-]. Disponível em:

<<http://www.direitogv.com.br/AppData/Publication/DesenvolvimentoCostumeInternacionalOfLawAlemNasser.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2008.

NAZO, Georgette Nacarato; MUKAI, Toshio. O Direito Ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.7, n.28, p.70-100, out./dez. 2002.

NEUENSCHWANDER, Juliana Magalhães. **História Semântica do conceito de soberania** – o paradoxo da soberania popular. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2000, p.12-13.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. Tradução Vítor Marques Coelho. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

NUNES JUNIOR. Venilto Paulo. O conceito de soberania no século XXI. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo, v.11, n.42, p.144-166, 2003.

OLIVEIRA, Raul José Galaad. O preceito da soberania nas constituições e na jurisprudência brasileiras. In: **Revista de informação legislativa**, v.37, n.146, p.153-173, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/587/4/r146-11.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2008.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. A soberania frente à globalização. In: **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v.2, n.1, p.202-225, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.mestrado.uniceub.br/revistamestrado/pdf/Artigo%20Liziane%20Paixao%20Silva%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

PAIANO, Daniela Braga. **A preservação ambiental e o desenvolvimento econômico: positivação do valor constitucional da dignidade da pessoa humana**. 2006. 90f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Marília, Marília. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/6d0140011f78a80a26ba02fcda615a33.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2008.

PAIM, Maria Augusta Fonseca. Direitos Humanos e Meio Ambiente. **Revista Jurídica**, Campinas, v.19, n.1, p.59-78, 2003.

PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. Soberania Afirmativa sobre nosso ambiente. **Revista Ambiente Legal. Direito, Meio Ambiente, Cidadania e Sustentabilidade**. v.1, n.2, jan./fev./mar., 2006.

PEREIRA, André Gonçalves. **Curso de direito internacional público**. Lisboa: Edições Ática, 1964.

PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de. **Manual de direito internacional público**. 3.ed. rev. e aum. Coimbra: Almedina, 1993.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. Soberania e Pós-Modernidade. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Coord.). **O Brasil e os novos desafios do direito internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p.619-662.

PEREIRA, Carlos Alberto Conti. **Direito Ambiental e Constituição**: a educação ambiental como parâmetro para a implantação do desenvolvimento sustentável. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Paraná. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/7406/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20Conti.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2008.

PEREIRA, Lusia Ribeiro; VIEIRA, Martha Lourenço Vieira. **Fazer pesquisa é um problema?** Belo Horizonte: Editora, 1999.

PERU. Constituição (1993) **Constituição Política do Peru**. Disponível em: <http://www.oas.org/JURIDICO/mla/sp/per/sp_per-int-text-const.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2008.

PESSÔA, Fernando José Breda. A transformação da soberania e o Tribunal Penal Internacional. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá, 2006. p.559-573.

PELICIONI, Andréa Focesi. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004. Cap.12, p.431-457.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVEIRA, Vicente Fernando. Saneamento Ambiental e Ecologia Aplicada. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004. Cap.2, p.19-52.

PIRES, Ederson. **A Mudança Climática, o Protocolo de Quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**: elementos de um novo paradigma de comportamento econômico-ambiental. 2006. 264f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2007-02-22T084728Z-169/Publico/Ederson%20Pires.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2008.

PODESTÁ COSTA, Luis A. **Manual de derecho internacional público**. Buenos Aires : El Ateneo, 1943.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2006. Disponível em <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 05 abr. 2008.

PIOVESAN, Flávia. Princípio da complementaridade e soberania. **Revista CEJ**, n.11, 2000, (texto baseado em notas taquigráficas de palestra proferida por oportunidade do Seminário Internacional “O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, no dia 30 de setembro de 1999, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF).

PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2006, p.15-37.

PORTUGAL. Constituição (1976) **Constituição da República Portuguesa**. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/267050D0-0734-4E4C-83BD-779FEC5A6AAC/0/CRP_Revisao2005.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2008.

PREDIGER, André Eduardo Schröder. **Da concretização do direito fundamental ao meio ambiente sadio e equilibrado**. 2007. 264f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/direito/corpo_discente/2007_dissertacoes/andre_prediger.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2008.

QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo: Ática, 1987.

RAWLS, Jonh. **O direito dos povos**. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REIS, Márcio Monteiro. O Estado contemporâneo e a Noção de Soberania. In: MELLO, Celso de Albuquerque (Coord.). **Anuário**: direito e globalização. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p.277-295.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 9.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROBERT, Cinthia; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Teoria do estado, democracia e poder local**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

ROBINSON, Nicholas A. International Environmental Law: “Common but differentiated responsibilities”. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.6, n.24, p.9-20, out./dez. 2001.

RODRIGUES, Adroaldo Junior Vidal. **Bem comum ambiental e direito ambiental**: uma proposta de fundamentação. 2008. 97f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000638330&loc=2008&l=161ba8ba3fc2d6af>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

RODRIGUES, Alessandra Mahé Costa; CARVALHO, David França Ribeiro de; DINIZ, Luciano dos Santos. Uma abordagem sobre a compreensão da soberania no decurso da história. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 16, 2007, Belo Horizonte – MG. **Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. Disponível em: <http://conpedi.org/manaus/arquivos/anais/bh/anais_na_integra.pdf> Acesso em: 05 mai. 2008.

RODRIGUES, Fernanda Savian. Soberania e Supranacionalidade – oposição intrínseca ou aparente. In: DEL’OMO, Florisbal de Souza (Coord.). **Curso de Direito Internacional Contemporâneo**: estudos em homenagem ao Prof. Dr. Luís Ivani de Amorim Araújo pelo seu 80º aniversário. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p.329-338.

ROTA, Demetrio Loperena. **El derecho al medio ambiente adecuado**. Madrid: Editorial Civitas, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RUTKOWSKI, E.; LESSA, S. N.; OLIVEIRA, E. G.. Desenvolvimento Brasileiro x Meio Ambiente: trajeto da problematização da água. In: **Revista de ciência e tecnologia**, v.7, n.14, p.23-30, 1999. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/rct14art03.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2008.

SALOMÃO, Daniela Carla da Costa. **O município enquanto pessoa de direito internacional**. 2001. 130f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte.

SALVADOR, Jane. Implementação da sentença da Corte Interamericana no Brasil. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá, 2006. p.643-665.

SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. **Princípios de Direito Ambiental**: na dimensão internacional e comparada. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais**: retórica e historicidade. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SANTIVÁÑEZ, Emma Nogales de; PIMENTA, Luiz Otávio. (Org.). **IX Encuentro Internacional de Derecho de América del Sur: los procesos de integración en el nuevo milenio.** La Paz – Bolívia, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 13.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS JUNIOR, Antonio dos. **Meio ambiente como direito fundamental.** 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://www.pucpr.br/cursos/programas/ppgd/teses_dissertacoes.php>. Acesso em: 24 mai. 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais.** 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v.14, n.57, p.5-48, out. 2006.

SCHWANKA, Cristiane. O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. In: SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes, AUGUSTIN, Sérgio. (Org.). **Direito Ambiental e Bioética:** legislação, educação e cidadania. Rio Grande do Sul: Educs, 2004, p.83-102.

SEITENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Introdução ao Direito Internacional Público.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 1999.

SIBERT, Marcel. **Traité de droit international public:** le droit de la paix. Paris: Dalloz, 1951.

SILVA, Betina Günter. **Justiça ambiental intergeracional.** 2008. 154f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte.

SILVA, Cláudio Barros. A questão ambiental e os delitos lesa-humanidade. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.3, n.9, p.87-95, jan./mar. 1998.

SILVA, Daniela Aita da. **Ambiente e Educação Ambiental:** rumo ao desenvolvimento sustentável. 2006. 114f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/component/option,com_wrapper/Itemid,1456/lang,iso-8859-1/>. Acesso em: 07 jun. 2008.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 13. ed. rev. e atual. / por Nagib Slaibi Filho, Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Direito ambiental internacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universidade Estácio de Sá; Thex Ed., 2002.

SILVA, José Afonso da. Fundamentos constitucionais da proteção do meio ambiente. Interesse Público, Porto Alegre, v.5, n.19, p.44-50, mai./jun. 2003.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Roberto Luiz. Os tratados internacionais como instrumento de cessão de soberania estatal às organizações internacionais. In: SANTIVÁÑEZ, Emma Nogales de; PIMENTA, Luiz Otávio. (Org.). **IX Encuentro Internacional de Derecho de América del Sur: los procesos de integración en el nuevo milenio**. La Paz – Bolívia, 2000, p.339-346.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **MERCOSUL: direitos humanos, globalização e soberania**. 2.ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do Estado: o substrato clássico e os novos paradigmas como pré-compreensão para o direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. A metamorfose da soberania em face da mundialização. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002. p.543-564.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades**. São Paulo: Atlas, 2001.

SOBRINO, Marcelo da Silva; HEE, Moon Jo. Soberania no direito internacional: evolução ou revolução? In: **Revista de informação legislativa**, v.41, n.163, p.7-29, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf/pdf_163/R163-01.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2008.

SOUZA, Adriano Stanley Rocha Souza. A Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental. In: GALUPPO, Marcelo Campos (Org.). **O Brasil que queremos: reflexões sobre o Estado democrático de direito**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2006.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes, AUGUSTIN, Sérgio. (Org.). **Direito Ambiental e Bioética: legislação, educação e cidadania**. Rio Grande do Sul: Educs, 2004.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes, AUGUSTIN, Sérgio. O Princípio da Precaução: interpretação e aplicação do direito ambiental. In: SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes, AUGUSTIN, Sérgio. (Org.). **Direito Ambiental e Bioética**: legislação, educação e cidadania. Rio Grande do Sul: Educs, 2004, p.15-26.

STELZER, Joana. **União Européia e supranacionalidade** – desafio ou realidade. Curitiba: Juruá, 2000.

STRENGER, Irineu. **Relações internacionais**. São Paulo: LTr, 1998.

STRONG, Maurice. In: SACHS, I. **L'écodéveloppement**. Stratégies pour Le XXIe siècle, Alternatives Economiques ET Syros, 1997.

TELLES JÚNIOR, Goffredo da Silva. **Iniciação na ciência do direito**. São Paulo: Saraiva, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio-ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993.

UNITED NATIONS. **Our Common Future**, Chapter 2: Towards Sustainable Development. New York: U.N. Documents Cooperation Circles - Gathering a Body of Global Agreements, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm#I>> Acesso em: 12 mai. 2008.

UNITED NATIONS. **Stockolm Declaration on the Human Environment**. New York: U.N. Publications E. 73 II A. 14, 1973. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&I=en>> Acesso em : 12 mai. 2008.

URUGUAI. Constituição (1996) **Constituição da República Oriental do Uruguai**. Disponível em: <http://www.oas.org/JURIDICO/mla/sp/ury/sp_ury-int-text-const.html>. Acesso em: 27 mai. 2008.

VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. (Org.). **O novo em direito ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional econômico ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VARGAS, Fabiana Neves de. **MERCOSUL**: viabilidade de uma legislação ambiental comum. 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://www.unisc.br/servicos/btd/index.html#>>. Acesso em: 07 jun. 2008.

VATTEL, Emer de. **O direito das gentes**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

VENEZUELA. Constituição (2000) **Constituição da República Bolivariana da Venezuela**. Disponível em: <http://www.oas.org/JURIDICO/mla/sp/ven/sp_ven-int-const.html>. Acesso em: 02 jun. 2008.

VERDROSS, Alfred. **Derecho internacional publico**. Madrid: Aguilar, 1955.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.17, n.50, out. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

WANDERLEY JUNIOR, Bruno. **Consórcio Internacional de Meio Ambiente**: por políticas Latino-Americanas para a Amazônia. 2000. 211 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**: volume 1: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista". 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.

WILSON, Edward. **O futuro da vida**: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana. Tradução Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

YOUNG, Oran R. **The effectiveness of international environmental regimes**: causal connections and behavioral mechanisms. Cambridge: MIT Press, 1999.